
**MAPEAMENTO DA VITIMIZAÇÃO DE POLICIAIS
NO RIO DE JANEIRO**

Coordenação:
Jacqueline Muniz
Barbara Musumeci Soares

Pesquisadores:
Edigar Amorim
Lilian Salomão Moreno
Alexandra Guerreiro
Jacqueline Nogueira Soares

**ISER
UNESCO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
JULHO DE 1998**

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa contou com a inestimável colaboração de diversas pessoas e instituições.

Gostaríamos de agradecer, primeiramente, à UNESCO e ao Ministério da Justiça, que deram o apoio financeiro ao projeto e a Rubem César Fernandes, Secretário Executivo do ISER, que viabilizou a pesquisa com seu apoio pessoal e institucional.

Somos gratos, ainda, a Sean Patrick Larvie e a Leonarda Musumeci, que colaboraram em distintos momentos do trabalho.

Nas diferentes forças policiais, contamos com o apoio de diversos profissionais que nos forneceram, generosamente, as informações de que precisávamos.

Na Polícia Militar gostaríamos de agradecer ao Coronel Dorazil, ao Coronel PM Sérgio da Cruz, então Chefe do Estado Maior, ao Coronel Enildo Ferreira Feres, ao Coronel Médico Elísio de Almeida, ao Tenente Coronel Luiz Fernando Santos de Azevedo, ao Tenente Coronel Claudécir Ribeiro da Silva, ao Tenente Coronel Geraldo Luiz de França, ao Tenente Coronel Médico Paulo Noronha Pessoa, ao Major André Leonardo Pinheiro Fernandes, ao Major Médico Eduardo Sadigur, ao Major Antônio Carlos Carballo Blanco, ao Capitão Nelson Marinho da Silva, ao Capitão Carlos de Souza Alves, ao 1º Tenente Médico Jomar Rolland Braga Filho, ao Tenente Médico Bruno Caetano Sobral Filho, ao Sargento João Augusto dos Santos Neto, ao Cabo Cíntia Marques Conceição Arcoverde e à psicóloga Maria Leila Alves da Silva.

Na Guarda Municipal, gostaríamos de agradecer ao Superintendente Executivo, Paulo Cesar Amendola de Souza, ao Coordenador Jorge Alves Carneiro, à Dra. Telma Oliveira Jares, aos guardas Cláudia Cunha Barros, Cristiane Nascimento Rodrigues e Nildo Muiniz Santos e ao Sr. Roberto Sampaio Monteiro.

Na Polícia Civil, gostaríamos de agradecer ao Dr. Manoel Vidal Leite Ribeiro, chefe da Polícia Civil, ao Dr. José Figueiredo Ribeiro e ao Detetive Amaro de Jesus e Souza.

No Corpo de Bombeiros, gostaríamos de agradecer ao Coronel Rubens Jorge, ao Coronel Luiz Maurício, ao Coronel Médico Mário Benício de Souza Pierro, ao Tenente Coronel Médico Jayme Baptista Vieira Sobrinho, ao Major Paulo Roberto Oliveira Bandeira, ao Tenente Jorge Maurício de Lima, ao Sargento Jair Lucindo da Silva, ao Sargento Osmir Vieira da Silva e ao Cabo Marcos Antônio Martins de Oliveira.

Na Secretaria de Justiça, gostaríamos de agradecer à assessora Dra Julita Tannuri Lengruber, a Sérgio Gomes Barbosa e Carlos Eduardo do Carmo, da Divisão de Registro Funcionais da Secretaria de Justiça, ao assessor do Superintendente Dr. Jorge Fialho, da Superintendência de Saúde da Secretaria.

MAPEAMENTO DA VITIMIZAÇÃO DE POLICIAIS NO RIO DE JANEIRO

Coordenação:

Jacqueline Muniz
Barbara Musumeci Soares

Gerência de Pesquisa:

Edigar da Cunha Amorim

Pesquisadores:

Lilian Salomão Moreno
Jacqueline Nogueira Soares

Analista de Sistemas:

Henrique Cunha Carneiro Pinto

Analista de Suporte:

Marcelo de Sousa Nascimento

Estatístico Responsável:

Alexandra dos Santos Guerreiro

Suporte de Estatística:

Márcio de Souza Pinto
Enéas Domingos da Silveira

Secretaria:

Helena Gonçalves Mendonça
Ana Cristina Moreira Ferreira

Consultores:

Patrick Larvie
Domício Proença Júnior.

ÍNDICE

Introdução	01
I.1. Contexto da produção do trabalho	03
I.2. Universo pesquisado	04
II. Procedimentos metodológicos e análise das fontes	06
II.1. Plano amostral	06
II.2. Sobre o registro de ocorrência	07
II.3. A estrutura do R.O.	09
II.4. O preenchimento do R.O.	11
Capítulo I : Vitimização de Policiais Militares no Rio de Janeiro 1993 a 1997	14
Parte 1: Taxas de vitimização	16
1. Vitimização de policiais em folga e em serviço	16
2. Impacto das vitimizações sobre o efetivo da PMERJ	23
3. Número de habitantes por policial	25
4. Vitimizações comparadas: polícia e população	28
5. Vitimização comparada: o Rio de Janeiro no cenário internacional	31
6. Efeitos da vitimização sobre o fluxo de pessoal na PMERJ	35
Parte 2: Agentes mais expostos à vitimização	38
1. Agentes em serviço e em folga	38
2. Policiais mortos e feridos	39
3. Vitimização segundo o grau hierárquico	42
4. Vitimização por gênero	45
Parte 3: Circunstâncias da vitimização	47
1. Situações em que os policiais se vitimaram no Rio de Janeiro	47
2. Situações em que os policiais se vitimaram nos Estados Unidos	48
3. Instrumentos da vitimização	55
4. Autores da vitimização	58
5. Partes do corpo atingidas	60
6. O local da vitimização	64
7. Vitimização de civis no contexto da vitimização policial	65
8. As testemunhas	67
9. Atendimento recebido pelas vítimas	71
	74
Parte 4: Mapas de risco e principais resultados	75
1. Tipo de policiamento realizado no momento da vitimização	75
2. Distribuição das vitimizações policiais por batalhão	76
3. Distribuição, por batalhão, das vitimizações de civis perpetradas por policiais militares	78
4. Sumário dos dados	79
5. Mapas de risco: a vitimização policial por BPM	84

Capítulo II: Vitimização de policiais civis no Rio de Janeiro 1994 a 1995	89
Capítulo III: Vitimização de bombeiros militares no Rio de Janeiro 1994 a 1995	98
Capítulo IV: Vitimização de guardas municipais no Rio de Janeiro 1994 a 1995	106
Capítulo V: Vitimização de agentes penitenciários no Rio de Janeiro 1994 a 1995	113
Capítulo VI: Principais Resultados	122
Capítulo VII: Apresentação dos meios de força	134
Bibliografia	173
Anexo I: Plano amostral	175
Anexo II: Avaliação do preenchimento do R.O .	182
Anexo III: Metodologia de recuperação e aperfeiçoamento dos dados	195
Anexo IV: Documentação consultada	202
Anexo V: Áreas de competência das OPMs	206

I. INTRODUÇÃO

"A vitimização de policiais não é, de forma alguma, o preço necessário do trabalho corajoso e eficiente."

O presente trabalho consiste em um esforço de mapeamento da vitimização de policiais na cidade do Rio de Janeiro. Buscou-se, através desta pesquisa, apontar os números, as circunstâncias, os locais e as condições em que os agentes da lei vêm sendo mortos ou feridos, tanto em serviço como em folga, e analisar, assim, os riscos a que estão expostos. O trabalho focalizou, nesse sentido, aspectos cruciais para o planejamento da segurança no trabalho e da melhoria da qualidade de vida dos profissionais de polícia.

Partimos da premissa de que a Organização Policial, como qualquer organização pública ou privada, esteja orientada para alcançar metas determinadas através dos recursos que ampliem, da melhor forma, a sua performance, ou seja, que maximizem a eficácia na prestação dos seus serviços. Estamos supondo, portanto, que também como em qualquer organização a polícia se pautar por um planejamento que, na busca de seus objetivos, considere a relação custo/benefício embutida em cada uma de suas operações de curto, médio ou longo prazo. Nesse sentido, a eficiência de uma ação não se confunde com sua eficácia e, tampouco com a efetividade do trabalho policial.¹

O confronto armado entre policiais e um grupo de suspeitos pode, por exemplo, resultar na prisão de vários traficantes (e nesse sentido ser considerada eficiente), sem ser, contudo, eficaz: se produzir externalidades; se envolver brutalidade ou desrespeito; se trazer pânico e insegurança para a população; se envolver perdas materiais elevadas; se significar, simplesmente, o afastamento de alguns traficantes e sua substituição por outro grupo, ao invés de alterar a dinâmica do tráfico, instalada naquela região; se não resultar nos devidos procedimentos legais ou se resultar na perda da credibilidade da instituição. Por outro lado, essa mesma ação pode ser eficiente e eficaz sem ser, todavia, efetiva, se seus resultados forem, por exemplo, pouco duradouros, ou de alcance limitado no tempo. É possível imaginar, então, o seguinte cenário: os

¹ Agradecemos as sugestões do Ten. Cel. Luiz Fernando Santos, a propósito da discussão sobre critérios de avaliação de desempenho em atividades ostensivas de polícia.

índices de criminalidade de uma determinada região experimentam reduções significativas num dado momento no tempo, como resultado de intervenções tópicas, mas o preço pago pela sociedade e pela própria polícia é maior do que os benefícios extraídos daquele resultado obtido.

A racionalidade do trabalho de polícia, que se expressa nas suas formas de planejamento, ação, controle e avaliação do desempenho e dos resultados obtidos é, portanto, fundamental não apenas do ponto de vista da estrutura organizativa da corporação, mas, igualmente, da perspectiva da qualidade de vida de seu efetivo e da população que experimenta diretamente os efeitos dos diversos serviços prestados pela polícia. Nesse sentido, o mapeamento das vitimizações de policiais pode representar uma contribuição importante para os administradores da organização e para os formuladores de políticas públicas de segurança, os quais enfrentam, entre outras, as seguintes questões:

- As metas condizentes com a missão policial têm sido alcançadas?
- As políticas de policiamento adotadas têm contribuído, positiva ou negativamente, para os resultados obtidos?
- Os agentes estão adequadamente qualificados para as tarefas que lhes são atribuídas?
- As condições de trabalho são, em alguma medida, responsáveis pelo quadro das vitimizações dos policiais?
- Os métodos e procedimentos de trabalho favorecem o melhor emprego da força ou provocam seu esgotamento?
- A estrutura organizacional tem facilitado ou dificultado os resultados esperados?

Outro pressuposto básico, deste trabalho, é a necessidade imperiosa de que se constitua um sistema qualificado de coleta, armazenamento e recuperação de dados sobre a criminalidade e, nesse caso em particular, sobre as vitimizações policiais. É importante lembrar que a informação constitui um dos elementos-chave para o planejamento de qualquer modelo organizativo e, particularmente, de uma política de segurança pública que envolva a articulação de diversas agências estatais e não estatais, além das diferentes forças policiais. Nesses termos, tanto o desenho do Registro de Ocorrência (o documento preliminar de notificação da Polícia Civil) quanto a forma como ele vem sendo preenchido adquirem importância crucial na constituição de um sistema informativo, o que não tem sido devidamente reconhecido. Até que

se desenvolvam pesquisas de vitimização, capazes de complementar os dados do R.O, este documento representa a base, por excelência de informação sobre vítimas policiais e civis e constituiu a fonte básica desta pesquisa. Seu formato, alcance e limitações serão comentados nas seções subseqüentes.

I.1. CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO TRABALHO

Esta pesquisa foi concebida e elaborada, não por acaso, em 1997, um ano marcado pelas greves das Polícias e pela ativação das associações classistas policiais, quando se evidenciava a falência dos sistemas tradicionais de segurança pública em todo o país. Naquele momento o Brasil acompanhava estarecido as cenas de violência policial filmadas clandestinamente em Diadema (São Paulo) e Jacarepaguá (Rio de Janeiro), e os governos se viram pressionados a enfrentar as crises das Polícias. A discussão sobre a estrutura e a atuação da Polícia, até então excluída da agenda democrática, passou a ocupar o centro da cena, mas os debates que se seguiram revelaram o desconhecimento, tanto entre a população, quanto nas esferas governamentais, dos modelos de ação, dos métodos, objetivos e limitações do trabalho de polícia. Faltavam estudos e dados qualificados para orientar um diagnóstico consistente da situação. Nesse contexto, o Congresso Nacional instaura uma comissão de segurança pública e o Governo Federal cria a Secretaria de Direitos Humanos, que reunia representantes de diversos setores da sociedade e que tinha, como uma das principais tarefas, conceber e pôr em prática a reforma das Polícias. Ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, a ALERJ, instaurava uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a violência e a corrupção policiais. O Ministério da Justiça e o Viva Rio promoveram, na ocasião, um conjunto de seminários em diversas regiões do Brasil, com o objetivo de conhecer novas experiências bem sucedidas, na área da segurança pública, capazes de representar alternativas reais ao atual modelo de policiamento, desgastado e deficiente. Ao longo desse processo, várias polícias militares iniciaram um movimento de liberalização dos regulamentos e promoveram reformas internas, visando atender às pressões sociais por maior transparência, retidão e competência.

Esta pesquisa foi, portanto, concebida, no bojo de uma reflexão sobre a segurança pública e os papéis de polícia, com o propósito de contribuir para a ampliação do conhecimento

sobre as organizações policiais e para a democratização das informações, até então inacessíveis à sociedade civil. Não se trata, absolutamente, de um esforço de denúncia e, tampouco, de um trabalho de auditoria. Buscou-se, ao contrário, desenvolver instrumentos que sirvam, tanto para ampliar o conhecimento e o controle sociais sobre a atuação policial, quanto para auxiliar os meios de força no planejamento de sua política interna de recursos humanos, levando em consideração critérios objetivos de eficiência e eficácia, que incorporem, evidentemente, o respeito aos direitos humanos, razão da existência dos meios de força comedida. O mapa das vitimizações policiais constitui, portanto, uma fonte importante de visibilidade das formas de planejamento e de atuação, na área da segurança, uma vez que expressa, ainda que indiretamente, modelos de ação, estratégias de intervenção, alvos prioritários, formas de interação da Polícia com a população, os quais refletem, por sua vez, as concepções e os princípios que orientam as diferentes políticas de policiamento.

I.2. UNIVERSO PESQUISADO

A pesquisa de vitimização de policiais na cidade do Rio de Janeiro contemplou o período que se estende desde o ano de 1993 ao 1.º semestre de 1996, abrangendo as diversas forças da lei, inclusive o Corpo de Bombeiros e o conjunto de Agentes Penitenciários, que não constituem exatamente um corpo policial, mas foram igualmente considerados por agregar, como as outras forças, profissionais envolvidos com a segurança pública.

Foram excluídas da análise as Forças Armadas, a Polícia Federal e os demais policiais classificados sob a categoria “outros”, pois o número de vitimizações, nesses casos foi muito pequena. Evidentemente, cada uma das forças foi objeto de uma análise específica, já que são extremamente variadas as missões, dinâmicas, organizações, atividades, situações de risco e contingentes, da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal e Agentes Penitenciário. Tratar as polícias como conjunto homogêneo de forças da lei significaria, nesse caso, desconsiderar suas especificidades e, em decorrência disso, anular as chances de compreender mais precisamente o sentido das vitimizações.

A tabela abaixo exhibe a relação de todos os agentes da lei vitimados nos anos de 1994 e 1995. Os números relativos aos anos de 93 e 96, também contemplados pela pesquisa, foram excluídos da tabela por representarem apenas uma amostra dos casos. Este quadro expressa não apenas as desigualdades no tamanho dos efetivos mas, sobretudo, a diferença do potencial de risco a que está exposta cada uma das forças. Por se tratar de um polícia ostensiva, que possui o maior contingente de policiais dentre todas as forças e, por isso mesmo, apresentar o maior número de vitimizações a Polícia Militar ocupou, neste estudo, um lugar central e uma posição referencial em relação às demais agências da lei.

VITIMIZAÇÃO DE AGENTES DA LEI NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, EM 1994 E 1995, SEGUNDO O TIPO DE POLICIAL

TIPO DE AGENTE	N	%
POLÍCIAL MILITAR	933	63.2%
POLÍCIAL CIVIL	273	18.5%
BOMBEIRO	122	8.3%
GUARDA MUNICIPAL	43	2.9%
AGENTE PENITENCIÁRIO	49	0.3%
POLÍCIAL FEDERAL	4	3.3%
AG. DAS FORÇAS ARMADAS	23	1.6%
OUTROS	30	2.0%
TOTAL	1477	100.0%

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

A análise dos dados relativos à cada força policial será antecedida de uma breve apresentação do histórico e da estrutura da organização. O volume de informações dessa apresentação variou com a disposição de cada meio de força de fornecer os dados solicitados.

II. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DAS FONTES

O estudo foi realizado com base nos Registros de Ocorrência, produzidos pela Polícia Civil, relativos à vitimização de policiais na cidade do Rio de Janeiro. Foram analisados todos os casos registrados em 1994 e 1995 e uma amostra dos casos de 1993 e 1996, tal como indicado na tabela abaixo. Na análise das vitimizações de policiais militares foram utilizados, também, os dados fornecidos pela própria PMERJ, sobretudo aqueles relativos ao estado.

FONTES UTILIZADAS E QUALIFICAÇÃO DOS DADOS:

Composição da base de dados - R.O.s

Base de dados	1993(*)	1994	1995	1996(*)	Total
Documentação analisada	251	758	652	212	1873
Formulários processados	267	766	711	221	1965

(*) utilização de cálculo amostral.

II.1. PLANO AMOSTRAL

Para tornar as amostras relativas ao ano de 1993 e ao primeiro semestre de 1996 comparáveis aos outros anos não amostrados, foram mantidas as proporções encontradas no universo dos documentos.² Optou-se, portanto, por uma amostra probabilística proporcional à distribuição conjunta das modalidades de crimes e dos meses de ocorrência, que mantivesse o equilíbrio entre os fatores selecionados. Os estratos foram formados a partir dos pares modalidades de crime e mês de ocorrência.³

² O sorteio de uma amostra aleatória simples comprometeria o trabalho da análise, prejudicando a proporcionalidade requerida, já que algumas modalidades menos frequentes (embora importantes) de vitimização seriam excluídas do conjunto amostral.

³ Uma descrição detalhada do Plano Amostral encontra-se no Anexo I deste relatório.

II.2. SOBRE O REGISTRO DE OCORRÊNCIA

O Registro de Ocorrência (RO) é um documento produzido pela Polícia Civil, que representa a primeira notificação de uma queixa-crime. Dada sua função de polícia judiciária, cabe à Polícia Civil proceder a uma investigação e constituir um inquérito que será, futuramente, encaminhado ao Ministério Público. Nesse sentido, o RO expressa o atendimento preliminar oferecido ao público e representa uma primeira etapa no itinerário pelo interior da justiça criminal, cujo objetivo é a identificação da autoria de um crime/delito. Sendo uma peça documental, constituída em um momento subsequente ao do crime, esse documento poderá ser corrigido, com o passar do tempo e o encaminhamento das investigações. O RO não chega a ser, portanto, uma peça de cartório, embora forneça subsídios importantes para a consolidação das etapas posteriores à queixa. Isso significa que as informações que ele contém deverão ser checadas ao longo de todo o processo, que pode ou não culminar em um inquérito. Na realidade, o RO atende a dois diferentes propósitos: viabilizar a investigação (reunir as informações necessárias para a elucidação dos fatos) e orientar o próprio trabalho interno da polícia, em sua dimensão judicial.

Vale lembrar que o RO é a forma oficial de comunicação de um crime. Como tal, está intimamente articulado à gramática do Código Penal e do Código de Processo Penal. Em outras palavras, esse documento deve atender a certas exigências legais (como definir ou indicar a autoria e o tipo de crime, por exemplo), as quais condicionam a linguagem e a narrativa dos escreventes. Em termos práticos, isso significa que os fatos não previstos no Código Penal poderão ser desconsiderados ou reinterpretados, segundo uma lógica jurídica/policial.

A descrição dos fatos expostos no RO reflete dois tipos de discurso: aquele produzido pelas vítimas (sejam elas policiais ou civis), quando se trata de uma queixa realizada diretamente nos balcões das delegacias, ou o de um comunicante, quando a vítima está impossibilitada de realizar a queixa (por se tratar de menor de idade, por estar fisicamente impedida como resultado da vitimização, etc.). Não é difícil perceber, nos casos em que o registro conta com o relato de um comunicante policial, que o preenchimento do RO exprime tanto uma apreensão dos fatos filtrada pela lógica criminal, quanto uma expectativa de que a

realidade possa ser enquadrada na estrutura do RO, cujas características discutimos adiante. O escrevente, por sua vez, introduz um segundo filtro na narrativa dos comunicantes ou queixosos. Ele transforma a versão viva dos fatos em informações compatíveis com os campos previstos no documento que irá preencher. O policial encarregado do registro recorta as narrativas distribuindo os personagens envolvidos pelas diferentes seções do RO e recompondo, com seu vocabulário próprio, o cenário dos fatos experimentados pelas vítimas e perpetradores. Além de reunir informações sobre o crime, vítimas e possíveis autores, o RO deve atender, como já sugerimos, às demandas formais da Polícia Civil, como, por exemplo, enunciar a solicitação de perícias, a abertura de investigações e sindicâncias, o encaminhamento para outros órgãos relacionados à justiça criminal, a requisição de documentos de outras agências, as remoções e transferências, a convocação de testemunhas, etc.. Nesse sentido, ele é, ao mesmo tempo, um documento protocolar e uma peça de investigação.

O Registro de Ocorrência tem sido utilizado, tradicionalmente, como fonte de informação, tanto pelos órgãos de segurança pública, quanto por institutos de pesquisa empenhados no levantamento dos indicadores de criminalidade. Uma vez que o objetivo desta pesquisa é o mapeamento da violência de que são vítimas os policiais, o RO foi escolhido como objeto de investigação pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, por tratar-se de uma **fonte acessível** (arquivada em três vias, nas Delegacias, nos Departamentos Gerais da Polícia Civil e agregada às peças inquisitoriais); em segundo lugar, por ser, no limite de seu propósito, um **documento definitivo** (ao contrário do inquérito que, como peça de informação, é inconcluso e está em permanente circulação pelas diversas instâncias que compõem o sistema criminal). Por outro lado, o RO é a fonte de pesquisa mais **abrangente**, isto é, o número de ROs aproxima-se mais da quantidade real de fatos criminais, o que não ocorre com os inquéritos, que expressam apenas uma parcela destes fatos. Portanto, se o inquérito se apresenta como uma fonte mais qualificada de informações (o que nem sempre é verdadeiro), os Registros de Ocorrência apontam para um conjunto mais vasto de casos, muitos dos quais, pela dinâmica dos processos policiais, tendem a ser arquivados desqualificados ou eliminados do universo jurídico/policial.

Cabe ressaltar que o RO, como documento informativo, representa uma ferramenta fundamental para a constituição de um sistema de segurança pública. Sua estrutura e a qualidade do preenchimento constituem peças-chave, em todos os planos da atividade de polícia.

Somente através da sistematização dos dados gerados pelos ROs, torna-se possível, por exemplo,

- a criação de uma base de inteligência criminal;
- a melhoria da taxa de resolução de crimes;
- o desenvolvimento de programas de proteção à vítimas;
- a construção de mapas de risco;
- a elaboração de séries históricas que permitam o planejamento de políticas de policiamento;
- a alocação eficiente de recursos específicos;
- a construção de uma base de referência para pesquisas de vitimização capazes de:
 - determinar a relação entre taxas de criminalidade e taxas de notificação de crimes;
 - elaborar sistemas comparativos nos planos municipais, estaduais, nacionais e internacionais;
- a prestação de contas à população, no que concerne às atividades e conquistas realizadas na área de segurança pública;
- o controle externo sobre o universo das polícias.

Não é difícil perceber, portanto, a necessidade imperiosa de uma avaliação da estrutura do documento em pauta e da qualidade de seu preenchimento. As unidades II.3 e II.4 contém, respectivamente, uma descrição do R.O. e uma análise do modo como as informações foram codificadas no decorrer pela pesquisa.

II.3. A ESTRUTURA DO R.O.

O REGISTRO DE OCORRÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1995 DESENHO DO FORMULÁRIO

SEÇÕES DO R.O.	INFORMAÇÕES PREVISTAS
I. CABEÇALHO	1. Tipo de documento 2. Número (delegacia/número/ano) 3. Departamento da Polícia Civil 4. Órgão/delegacia 5. Área de atuação
II. DESPACHO	1. Encaminhamentos e expedientes propostos pelo Delegado titular ou adjunto.
Campo 01 COMUNICANTE E/OU VÍTIMA	1. Data e hora da comunicação 2. Informações se a ocorrência é um crime de ação pública condicionada ou privada. 3. Informações sobre o comunicante: 3.1. Tipo de comunicante (agente policial, a própria vítima e terceiros) 3.2. Nome 3.3. Filiação 3.4. Endereço e telefone

	<p>3.5. Indicadores pessoais (sexo, estado civil, idade, instrução, etnia, profissão, local de trabalho)</p> <p>3.6. Documentos (Identidade e CPF)</p> <p>3.7. Naturalidade e Nacionalidade</p>
Campo 02 DOS ÓRGÃOS TÉCNICOS E DA MATERIALIDADE	<p>1. Informações sobre a rotina dos expedientes solicitados a outras agências do sistema policial:</p> <p>1.1. Siglas dos órgãos</p> <p>1.2. Tipo e hora da comunicação e do comparecimento</p> <p>1.3. Identificação dos profissionais empenhados (perito, legista, etc.)</p> <p>1.4. Informações sobre a pessoa e material encaminhados para exame pericial</p> <p>1.5. Natureza do exame e número do seu ofício</p> <p>1.6. Conclusão do perito/legista</p>
Campo 03 VÍTIMA	<p>1. Informações sobre a vítima:</p> <p>1.1. Nome</p> <p>1.2. Filiação</p> <p>1.3. Endereço e telefone</p> <p>1.4. Indicadores pessoais (sexo, estado civil, idade, instrução, etnia, profissão, local de trabalho)</p> <p>1.4. Documentos (Identidade e CPF)</p> <p>1.5. Naturalidade e Nacionalidade</p> <p>2. Informações se o ofendido foi vitimado em outra ocorrência</p>
Campo 04 e campo 05 AUTOR OU SUSPEITO	<p>1. Informações sobre o autor ou suspeito:</p> <p>1.1. Nome</p> <p>1.2. Filiação</p> <p>1.3. Endereço e telefone</p> <p>1.4. Indicadores pessoais (sexo, estado civil, idade, instrução, etnia, profissão, local de trabalho)</p> <p>1.4. Documentos (Identidade e CPF)</p> <p>1.5. Naturalidade e Nacionalidade</p> <p>1.6. Ficha policial</p> <p>1.7. Natureza de sua prisão (flagrante, temporária, preventiva, condenação anterior e outras)</p>
Campo 06 DESCRIÇÃO DO FATO	<p>1. Informações sobre o comparecimento ao local de agentes/agências policiais</p> <p>2. Descrição da mecânica do evento</p> <p>3. Informações sobre medidas cautelares adotadas</p>
Campo 07 TESTEMUNHAS	<p>1. Informações sobre as testemunhas:</p> <p>1.1. Nome</p> <p>1.2. Filiação</p> <p>1.3. Endereço e telefone</p> <p>1.4. Indicadores pessoais (sexo, estado civil, idade, instrução, etnia, profissão, local de trabalho)</p> <p>1.4. Documentos (Identidade e CPF)</p> <p>1.5. Naturalidade e Nacionalidade</p>
Campo 08 COMPLEMENTAÇÃO DOS CAMPOS	<p>1. Seção destinada à complementação das informações previstas nos campos anteriores.</p>
COMPLEMENTAÇÃO GERAL	<p>1. Informações estatísticas obrigatórias:</p> <p>1.1 Causa do homicídio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - grupo de extermínio - confronto policial - disputa de Quadrilhas - interindividuais - latrocínio - outros - indefinido <p>1.2. Causa dos delitos de trânsito:</p> <ul style="list-style-type: none"> - atropelamento - colisão <p>1.3. Local onde ocorreu o furto, o roubo e a lesão corporal dolosa :</p> <ul style="list-style-type: none"> - via pública - residência - bares e similares - clubes e estádios - instituições públicas - outros <p>1.4. Requerimento da vítima para os crimes de ação penal pública condicionada ou privada</p> <p>1.5. Data do registro da ocorrência</p> <p>1.6. Nome, matrícula, rubrica e carimbo do escrevente e do delegado</p>

II.4. O PREENCHIMENTO DO R.O.

A despeito de sua extrema importância, o RO apresenta vários tipos de deficiência. Nos últimos anos o desenho do formulário passou por algumas mudanças, que não eliminaram os problemas antigos, mas, ao contrário, criaram novas dificuldades. As alterações na estrutura dos campos e a supressão de itens no curso dessas mudanças tornaram incompatível o novo modelo com os formulários anteriores, comprometendo a construção de séries históricas consistentes, e reduzindo ainda mais o conjunto de informações disponíveis.⁴

O preenchimento dos ROs realizado nas delegacias acarreta, por sua vez, uma série de problemas adicionais. Na rotina da Polícia Civil – agência policial que, como vimos, reúne atribuições ao mesmo tempo investigativas e judiciárias -, as atividades voltadas para a coleta e tratamento da informação (confeção de documentos e de arquivos, elaboração de relatórios, preparação de planilhas, etc.) são explicitamente desvalorizadas.

Na cultura policial parece não haver a consciência de que a informação gerada pelo Registro de Ocorrência, tal como assinalado acima, é a principal ferramenta de polícia em qualquer esfera de atuação, no que tanto à construção de um sistema de inteligência criminal, quanto às rotinas de investigação e patrulhamento. Em função disso, o documento é, com frequência, preenchido de forma assistemática e inconsistente, ou utilizado, exclusivamente, para atender a exigências burocráticas, privilegiando os expedientes internos, característicos de uma polícia judiciária, em detrimento dos aspectos substanciais do fato registrado. As informações encontram-se, muitas vezes, fora dos campos apropriados ou são, em outras, simplesmente negligenciadas. Chama a atenção o fato de que, em um universo de 1.873 documentos analisados, nenhum deles tenha sido preenchido segundo as convenções estabelecidas no próprio desenho do formulário. A maior parte dos campos pré-definidos encontra-se vazia e, frequentemente, as informações são apresentadas de forma caótica no campo-texto destinado à descrição da “mecânica do evento”. Na maioria dos casos foi preciso um esforço sistemático de recuperação daquelas informações que o documento não explicitava,

⁴ O modelo atual, adotado a partir de 1996, sofreu uma diminuição drástica dos campos, e sua estrutura foi reduzida basicamente aos campos abertos sem codificação.

ou indicava de forma fragmentada e obscura. Nem sempre é possível, por exemplo, distinguir com clareza o que o ofendido ou o comunicante sabe e “pode relatar” ao escrevente, das informações que ele desconhece, mesmo tendo vivenciado ou testemunhado a vitimização. Também não é fácil perceber se as lacunas presentes no documento refletem perguntas que deixaram de ser formuladas pelo policial que registrou a ocorrência, ou referem-se a aspectos que permaneceram desconhecidos da polícia até o momento da confecção do registro.

Outro grave problema que envolve o preenchimento dos Registros de Ocorrência é a precariedade da redação, que compromete o entendimento dos fatos e a integridade da cena relatada. De um modo geral, os campos abertos - os mais importantes do documento - apresentam um texto desorganizado, descontínuo, sem pontuação e, em alguns casos, sem sentido.

Vários fatores contribuem para obscurecer o relato e esvaziar o significado e a importância desta fonte oficial: o já mencionado desinteresse pela compilação de dados; o desconhecimento das ferramentas elementares da língua portuguesa e das técnicas básicas de redação (tanto um como outro fator, provavelmente associado à falta de qualificação específica dos escreventes e à desmotivação profissional); o fato de a ocorrência ser registrada simultaneamente ao relato da vítima e/ou comunicante (o que requer, como vimos, a tradução de episódios cotidianos em uma linguagem criminal/legal); o fato de essa atividade não ter sido ainda informatizada (o documento, escrito à máquina, não pode ser rasurado e incorpora, por isso, todas as retificações, obscurecendo a fluência da descrição).

Um dos efeitos mais problemáticos do preenchimento irregular do R.O. é a impossibilidade de analisar, de forma consistente, os indicadores sociais relativos ao policial-vítima e aos suspeitos. Como se verá no quadro a seguir, os registros raramente trazem informações sobre o “estado civil”, a “idade”, a “instrução” e a “etnia” dos atores envolvidos. A ausência de informações sobre a etnia da vítima e do provável autor da vitimização é particularmente grave, já que esse indicador pode ser facilmente apontado, por qualquer observador, ao contrário das outras variáveis que dependem da informação de terceiros ou das próprias vítimas e dos suspeitos.⁵

⁵ No Anexo II, encontra-se uma análise detalhada de cada seção do R.O. e da forma como esse documento foi preenchido, nos anos contemplados pela pesquisa.

O quadro a seguir expressa a frequência com que os indicadores sociais foram assinalados no Registro de Ocorrência e o percentual de recuperação das informações obtido pela pesquisa.

ITENS	PREENCHIMENTO DO R.O. (INFORMAÇÃO DISPONÍVEL)		BASE DE DADOS DA PESQUISA (INFORMAÇÃO RECUPERADA)	
	VÍTIMA	SUSPEITO/ AUTOR	VÍTIMA	SUSPEITO/ AUTOR
Estado Civil	Parcialmente	Raramente	33%	27%
Idade	Parcialmente	Raramente	35%	29%
Instrução	Raramente	Nunca	5%	8%
Etnia	Parcialmente	Raramente	33%	30%

Para superar as limitações do preenchimento dos R.O.s e maximizar seu aproveitamento, foi desenvolvido um sistema de recuperação dos dados⁶. A transcrição e a interpretação das questões explicitadas e daquelas não explicitadas no documento obedeceu a um gradiente de precisão, que levou em conta o modo como as informações se encontravam dispostas na fonte. Consideraram-se, dessa forma, três tipos de informação:

- Aquelas transcritas do R.O., não sujeitas à interpretação.
- Aquelas deduzidas diretamente dos dados explicitados no R.O.
- Aquelas deduzidas a partir de indicações implícitas no R.O.

⁶ No Anexo III, encontra-se uma apresentação detalhada da metodologia de recuperação das informações do Registro de Ocorrência.



Capítulo I

VITIMIZAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES NO RIO DE JANEIRO

1993 A 1997

Esta seção do relatório divide-se em quatro partes distintas:

- Na primeira parte são apresentadas as **taxas de vitimização** dos policiais militares na cidade e no estado do Rio de Janeiro.
- Na segunda parte, são identificados, dentre os policiais militares, os **agentes mais expostos à vitimização**.
- A terceira parte é dedicada à contextualização das **circunstâncias** em que ocorreram os episódios de vitimização.
- Na quarta parte são apresentados, finalmente, os **mapas de risco da vitimização** de policiais militares na cidade do Rio de Janeiro e um resumo dos principais resultados da pesquisa.

NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, EM 1997

- ◆ **1 PM MORREU A CADA 5 DIAS.**
- ◆ **1 PM SE VITIMOU A CADA 20 HORAS.**
- ◆ **1 PM SE VITIMOU EM SERVIÇO A CADA 42 HORAS.**



Parte 1

Taxas de Vitimização

1. Vitimização de policiais em serviço e em folga

Ainda que a profissão de polícia envolva um risco maior do que outras profissões, é surpreendentemente alta a taxa de vitimização de policiais militares no Rio de Janeiro, nos últimos anos, sobretudo quando comparada com as taxas de outros períodos, em nosso estado, ou de outros países, tal como se verá em seguida.

As figuras abaixo revelam os números e as taxas de vitimização de policiais militares na cidade do Rio de Janeiro no período de 1994 a 1997. O cálculo da taxa de vitimização foi realizado com base no universo total do efetivo existente em cada ano e na parcela desse efetivo aplicada, anualmente, nas diversas modalidades de policiamento ostensivo (atividades-fim).

FIGURA 1: VITIMIZAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1994/1995 - 1996/1997)¹

NÚMERO DE VITIMIZAÇÕES DE POLICIAIS MILITARES			
ANO	TOTAL	MORTO	FERIDO
1994	419	73	346
Serviço	196	13	183
Serviço/AF	196	13	183
Folga	223	60	163
1995	405	54	351
Serviço	217	15	202
Serviço/AF	217	15	202
Folga	188	39	149

Fonte: Registros de ocorrência da Polícia Civil.

¹ Os dados de 1994 /1995 e 1996 / 1997 não conformam uma série história homogênea, uma vez que provêm de duas fontes distintas: Os R.O.s e os dados produzidos pela PM relativos aos anos amostrados e aqueles não contemplados pela pesquisa.

NÚMERO DE VITIMIZAÇÕES DE POLICIAIS MILITARES			
ANO	TOTAL	MORTO	FERIDO
1996	563	106	457
Serviço	267	25	242
Serviço/AF	267	25	242
Folga	296	81	215
1997	444	67	377
Serviço	208	17	191
Serviço/AF	208	17	191
Folga	236	50	186

Fonte: Estado Maior -PM/1 - PMERJ.

TAXA POR 10 MIL POLICIAIS MILITARES²			
ANO	TOTAL	MORTO	FERIDO
1994	380	66	314
Serviço	178	12	166
Serviço/AF	262	17	245
Folga	202	54	148
1995	351	47	304
Serviço	188	13	175
Serviço/AF	252	17	235
Folga	163	34	129

Fonte: Registros de ocorrência da Polícia Civil.

TAXA POR 10 MIL POLICIAIS MILITARES			
ANO	TOTAL	MORTO	FERIDO
1996	502	94	408
Serviço	238	22	216
Serviço/AF	298	28	270
Folga	264	72	192
1997	406	62	345
Serviço	190	16	175
Serviço/AF	235	19	216
Folga	216	46	170

Fonte: Estado Maior -PM/1 - PMERJ.

As tabelas demonstram que os policiais militares estão expostos diferenciadamente aos riscos de vitimização, segundo sua situação profissional (em serviço ou em folga) e o tipo de serviço que realizam (atividade-meio ou atividade-fim).

- Quando empenhado em atividades-fim, o policial está, como se pode supor, potencialmente mais exposto a situações de risco. As taxas relativas aos agentes que no momento da vitimização efetuavam patrulhamento ostensivo são, portanto, superiores às do conjunto dos policiais vitimados em serviço. No ano de 1997, por exemplo, essa taxa foi de 190/10 mil policiais em serviço e de 235 /10 mil policiais em serviço dedicados a atividades-fim.
- Em 95 aumentam proporcionalmente as vitimizações de policiais em serviço, particularmente daqueles não diretamente envolvidos em atividades-fim. Se, em 94, a diferença no número das vítimas empenhadas em atividades-fim e o conjunto dos policiais em serviço era de 84, esse número reduz-se, no ano seguinte, para 64. Segundo os dados da PMERJ, essa diferença entre o conjunto dos policiais vitimados em serviço e os policiais-vítimas engajados em atividades-fim sofre também redução, de 60 em 1996, para 45, em 1997.
- De um modo geral, os policiais foram mais vitimados (mortos e feridos) em folga ou no desempenho de atividades informais do que quando em serviço. Em 1997, por exemplo, foram vitimados 190/10 mil policiais em serviço e 216/10 mil policiais em folga. Entretanto, verificou-se, nos anos focalizados, uma grande proximidade entre as taxas relativas à vitimização dos agentes em folga e em serviço, além da inversão dessas taxas no ano de 95, o que poderá ser melhor contextualizado quando forem analisadas as circunstâncias da vitimização³.
- Quando consideradas separadamente as taxas de morte e as taxas de ofensa corporal, qualquer que seja a fonte considerada (1994/1995 - 1996/1997) verifica-se que as primeiras

² Dado que os efetivos das forças policiais analisadas são inferiores a 100.000, foi preciso utilizar o índice de 10.000, ao invés dos 100.000 tradicionalmente empregados para o cálculo dessas taxas.

³ Vale lembrar que grande parte dos policiais no Rio utilizam sua folga para exercer atividades de vigilância privada. O "bico", tal como foi chamado esse trabalho, apesar informalmente aceito pelas instituições policiais, configura uma atividade "ilegal" do ponto de vista dos regulamentos policiais. É possível, portanto, que quando um policial se vitima no seu trabalho de vigilância esse fato, que explicaria, em parte, os altos índices de vitimização de PMs em folga, seja "mascarado" ou suprimido do Registro de Ocorrência.

são três vezes maiores entre policiais em folga e as últimas são superiores entre policiais em serviço, ou seja, o risco de morte é maior em folga, enquanto as chances de receber ofensas corporais (não letais) são maiores quando o policial está em serviço.

Por razões óbvias, espera-se que um profissional especializado, mesmo o agente de polícia, se vitime menos quando está em serviço do que quando em folga. Durante sua jornada, o trabalhador deve operar segundo normas precisas de segurança, além de receber treinamento específico para exercer sua profissão. Mais do que isso, durante o expediente reduzem-se, em princípio, as múltiplas fontes de vitimização a que está exposta qualquer pessoa, fora do trabalho, no cenário urbano. Taxas elevadas de vitimização, em qualquer empresa, indicam problemas de eficiência na organização do trabalho e comprometem necessariamente sua produtividade.

Condições precárias, treinamento insuficiente e técnicas obsoletas, entre outros fatores, resultam, ao fim e ao cabo, em desperdício e exaustão de recursos humanos e materiais. Dito de outra forma, o trabalhador envolvido em atividades consideradas de risco, como é o caso de policiais, eletricitários, mergulhadores, mineiros, etc., deveria atuar em condições especiais de segurança, pondo em prática os dispositivos e regras adotados por sua organização. Caso contrário, as baixas permanentes exigiriam a renovação contínua e elevada do contingente profissional, tornando a profissão humana e economicamente inviável.

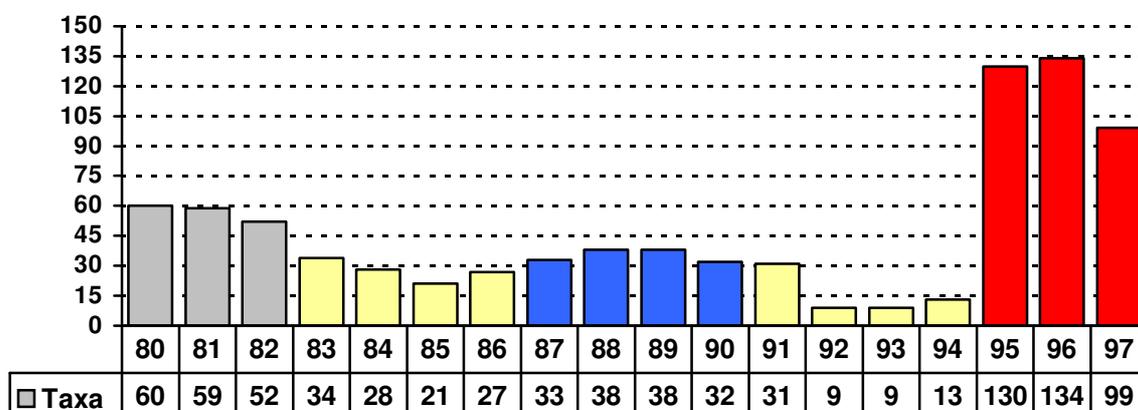
Pode-se argumentar, apropriadamente, que a profissão de polícia apresenta algumas singularidades que a diferenciam das demais: seu campo de ação se confunde, em boa medida, com o espaço de vitimização da população, isto é, o trabalho do policial está associado cotidianamente à intervenção nas esferas de risco de todos os outros trabalhadores e cidadãos não trabalhadores, envolvendo surpresa, acaso e aleatoriedade. Todavia, é exatamente o preparo para lidar com a imprevisibilidade que distingue, entre outros fatores, a polícia como um meio de força profissional comedida que possui superioridade de método face a intervenção em eventos criminosos, violentos, conflituosos, desordeiros, etc.

Levando em conta as razões expostas acima, percebe-se porque é tão delicada a proximidade das taxas de vitimização dos policiais militares em folga e em serviço, sobretudo no ano de 1995, quando as vitimizações em serviço (188/10 mil) superaram aquelas ocorridas

durante a folga dos agentes (163/10 mil). Considerando-se que o ano de 1995 foi marcado por uma mudança na política de segurança, a qual resultou na mobilização crescente dos recursos da PM pela busca de alta produtividade, expressa nos resultados da “guerra contra o crime”, e tendo em vista que esse aumento da capacidade operacional da PM não foi acompanhado do devido investimento em seus recursos humanos mas, ao contrário, correspondeu ao emprego de métodos obsoletos de abordagem e enfrentamento, o sentido desses indicadores pode ser mais facilmente compreendido. É preciso, portanto, contextualizar esses resultados, levando em conta as alterações nas diretrizes da política de segurança pública, decorrentes das mudanças experimentadas no cenário político do período. Sabe-se por exemplo, que, a partir de 95, além de terem sido intensificadas as operações de confronto armado, foi autorizado o uso da segunda arma pelo policial e instaurada a controvertida premiação por bravura e heroísmo. A partir desse momento, a política de segurança começava a ser claramente regida por uma orientação que privilegiava a “guerra contra o crime”, cujo efeito, quando consolidada, pode ter sido o aumento, não apenas das vitimizações de civis (Cano, 1997) como também a dos próprios policiais.

Quando focalizadas, por exemplo, as vitimizações de policiais militares em todo o estado, observa-se que elas sofreram um aumento abrupto entre os anos de 1994 e 1995. A figura 2, a seguir, construída com base nos números fornecidos pela Polícia Militar, recobre as últimas cinco gestões estaduais e exprime, indiretamente, o impacto das diferentes políticas governamentais que delinearam as orientações do comando da PM em cada período.

FIGURA 2: TAXA DE VITIMIZAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES EM SERVIÇO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO POR 10 MIL PMs (1980 -1997)



Fonte: PMERJ - PM/1-APOM.

- **1980/1982** - Nos três últimos anos da gestão Chagas Freitas, a taxa média de vitimização foi de **57/10 mil** policiais em serviço.
- **1983/1986** - No primeiro governo Brizola, a taxa média de vitimização, no estado do Rio, reduz-se em 50%, passando para 28 PMs vitimados em serviço, em cada 10 mil (**28/10 mil**).
- **1987 /1990** - Durante a gestão do Governador Moreira Franco, a taxa média de vitimização volta a crescer 25%, atingindo o índice médio anual de **35/10 mil** policiais militares em serviço.
- **1991/1994** - No segundo governo Brizola a taxa média de vitimização em serviço decresce 54% em relação ao período anterior, alcançando um índice de **16/10 mil**, inferior inclusive à taxa média alcançada na primeira gestão.
- **1995/1997** - Nos três primeiros anos do governo de Marcello Alencar a taxa média de vitimização de PMs em serviço no estado sofre uma elevação abrupta da ordem de 656%, atingindo o índice de **121/10 mil**.

Comparando-se, finalmente, os últimos cinco governos do estado do Rio de Janeiro, nota-se que as taxas de vitimização em serviço na gestão Marcello Alencar foram 2 vezes superiores às do período Chagas Freitas; 4 vezes maiores do que as do primeiro governo Brizola; 3,5 vezes superiores às do governo Moreira Franco e 7,5 vezes maiores que as do segundo governo Brizola.

Os defensores da política de guerra contra o crime atribuem o declínio das taxas de vitimização ao acovardamento da Polícia que teria deixado de subir os morros e, nesse sentido, passado a “trabalhar menos”. Em contrapartida, ao voltar-se para o enfrentamento dos ‘inimigos’, consubstanciados na figura de “perigosos bandidos”, a Polícia estaria desempenhando sua função precípua de combater o crime e funcionando como “anteparo à violência que atinge a sociedade”. Não é difícil, entretanto, fazer face a esse raciocínio francamente equivocado. Em primeiro lugar, porque o que qualifica a Polícia como um meio de

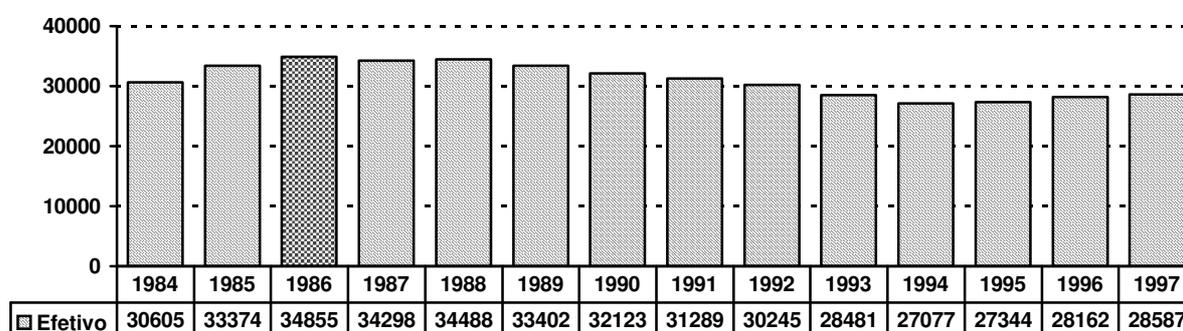
força moderno e profissional é a evidente superioridade dos métodos de ação empregados por essa força, comparativamente aos de qualquer cidadão isolado ou em grupo. Em segundo lugar, porque, ao contrário dos exércitos, que, estruturados para a ação bélica, se traduzem em “armas combinadas para produzir o máximo de violência ou letalidade”, a Polícia consiste em “capacidades combinadas” para prevenir, dissuadir, mediar, socorrer, assistir e reprimir o crime ou a desordem com o mínimo emprego de violência. Em outras palavras, as Polícias devem agregar a capacidade técnica aos expedientes de força (legal e legítima) para evitar atos impulsivos de violência e reduzir as oportunidades de risco para os próprios policiais e outros atores envolvidos numa dada ocorrência policial, restringindo, portanto, as possibilidades de vitimização. Se isto faz sentido, os encontros da Polícia com população que resultam em baixas frequentes, tanto de um lado como de outro, podem evidenciar graves problemas de doutrina, eficácia e treinamento. Eliminar criminosos não é o mesmo que eliminar dinâmicas criminais ou reduzir as oportunidades de execução de práticas criminosas e, menos ainda, ampliar a sensação de segurança do cidadão. Dito de outro modo, o contingente de criminosos (seja qual for o crime em questão) é sempre renovável (em ritmo provavelmente superior ao do contingente policiais) e a política de guerra contra crime gera externalidades que ampliam a insegurança da população. À medida que a política de segurança se reduz ao enfrentamento de determinados inimigos, deixando de lado as dinâmicas de ordem pública e as demandas cotidianas dos diversos atores sociais, as baixas civis, assim como as apreensões de armas e drogas (estas últimas sem dúvida necessárias), acabam, lamentavelmente, se tornando um fim em si mesmo.

Não se trata, portanto, de trabalhar mais ou menos, pois o produto do trabalho policial, que é a segurança pública, não pode ser medido ou avaliado pelo número de pessoas mortas ou feridas em cada ação. Importa, antes, a qualidade do trabalho de polícia: suas missões, metas e atribuições como meio de força especializado e singular, e seu preparo técnico para enfrentar todo tipo de situação, desde as mais corriqueiras às mais adversas, como o crime organizado, a máfia, a ação de assassinos seriais, seqüestros e etc.

2. Impacto das vitimizações sobre o efetivo da PMERJ.

A figura 2.1 apresenta a evolução do efetivo da PMERJ nas duas últimas décadas, fornecendo o quadro de referência para a avaliação do impacto das vitimizações no interior da corporação, nos diferentes governos.

FIGURA 2.1: EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA PMERJ NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1984 A 1997.



Fonte: Estado Maior da PMERJ -PM/1 e APOM.

- Quando considerado o conjunto dos policiais militares vitimados em cada período, observa-se a seguinte relação: de 1984 a 1986 o total de vitimados (mortos e feridos em serviço e em folga) correspondeu a 2,6% do efetivo no estado; de 1987 a 1990 correspondeu a 2,5%; de 1991 a 1994 correspondeu a 2,5% e de 1995 a 1997 correspondeu a 2,9% do efetivo do estado.

Note-se, portanto, que o impacto das baixas policiais, sobre o efetivo tem sido significativo (**cerca de 2.6%**) e manteve-se "estabilizado" nestes últimos 14 anos. Pode-se supor que a despeito das variações decorrentes das alterações nas políticas de policiamento, os patamares em que se firmou essa estabilidade estejam expressando problemas estruturais da PMERJ, relacionados à organização, doutrina, procedimentos, dinâmicas de emprego de força, treinamento, capacitação, formação profissional, etc. Embora esses percentuais pareçam, à primeira vista, irrelevantes, eles são quatro vezes mais elevados do que os da população do

estado: no ano de 1996, a Polícia Civil registrou um total de 92.369 vitimizações de homens, mulheres e menores no estado do Rio de Janeiro⁴ - tido como um dos mais violentos do país - o que corresponde a **0,69%** da população residente.

Quando se consideram apenas os policiais vitimados em serviço na corporação, evidencia-se um cenário menos estável do que aquele referente ao conjunto dos policiais (em folga e em serviço) mencionado acima: entre 1984 e 1986, a vitimização dos policiais em serviço representou em média 0,28% do efetivo do estado. Entre 1987 e 1990 esse percentual manteve-se, em cerca de 0,35%, reduzindo-se, de 1991 a 1994 para 0,15%, mas elevando-se, entre 1995 e 1997, para **1,2%** do efetivo. Nesses três últimos anos - quando verificou-se uma discreta ampliação do efetivo, acompanhada de um significativo deslocamento de policiais para as atividades-fim - a proporção de policiais vitimados em serviço foi oito vezes maior do que nos anos de 1991 a 1994 (conforme indicado na figura 2). Na população, esse aumento equivaleria à seguinte diferença: teríamos em lugar do patamar, já elevadíssimo, de 92.369 vítimas registradas em 1996, cerca de 740.000 pessoas vitimadas.

No que concerne às variações no tamanho do efetivo, vale ressaltar que embora o volume de entrada de novos policiais na corporação, no período 95 e 97, tenha superado o volume de saídas - o que significa um crescimento acumulado da ordem de 5,6% -, o efetivo médio desses três últimos anos manteve-se 18% abaixo do efetivo existente no ano de 1986, que foi de 34.855 integrantes em todo estado. Segundo os dados do Estado Maior da PMERJ (PM1)⁵, a defasagem de efetivo é ainda mais significativa quando se trata das patentes incumbidas do policiamento ostensivo.⁶

⁴ Esse número engloba as vítimas de homicídio doloso e culposo, homicídio tentado, lesão corporal dolosa e culposa, suicídio tentado e consumado, morte suspeita, auto-lesão e encontro de cadáver.

⁵ Documentação oficial fornecida pela PM1 e material divulgado na home page da Polícia Militar.

⁶ Sobre a histórica defasagem de efetivo da PMERJ ver Holloway, 1997.

3. Número de habitantes por policial

Considerando-se o contingente anual de policiais na corporação, de 1993 a 1997, e a população total do estado do Rio de Janeiro, em cada um desses anos, verifica-se a seguinte relação:

FIGURA 2.2: RELAÇÃO POLICIAL / HABITANTES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO	POLICIAL POR HABITANTES
1993	1/459
1994	1/487
1995	1/486
1996	1/476
1997	1/474

Fonte: Estado Maior - PM1 - PMERJ

Observa-se que entre 1995 e 1997, o aumento do efetivo no estado (indicado na tabela acima) foi acompanhado de uma elevação da "potencialidade de cobertura" da PMERJ, relativamente ao ano de 1994, o que significa uma redução, nesse período, do número de pessoas a serem atendidas, virtualmente, por cada policial. Na cidade do Rio de Janeiro a potencialidade de cobertura permaneceu basicamente inalterada, como indica a tabela abaixo, mas verificou-se uma ampliação da capacidade operacional de pronto emprego da PM, que se traduz em um aumento de 16% no número de policiais envolvidos em atividades-fim, se comparados os anos de 1994 e 1997.

FIGURA 2.3: RELAÇÃO POLICIAL / HABITANTES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANO	PM POR HABITANTES	PM/AF POR HABITANTES
1994	1/507	1/749
1995	1/489	1/656
1996	1/507	1/634
1997	1/509	1/629

Fonte: Estado Maior da PMERJ - PM/1-APOM.

- 1994/1995 - Observou-se um aumento de 3,7% da capacidade ostensiva e um aumento de 14,2% do pronto-emprego em atividade fim. Esse aumento indica um esforço da organização de reduzir a disparidade entre a potencialidade de cobertura (razão policial/habitantes) e sua efetividade (pronto emprego na atividade-fim).⁷
- 1995/1996 - Observou-se uma redução de 3,7% da capacidade ostensiva formal e um aumento acumulado de 17,7% do pronto emprego em atividades-fim. Entre 1996 e 1997 observou-se uma redução de 0,4% da capacidade ostensiva e um aumento acumulado de 18,7% do pronto emprego em atividades fim.

Para que esse esforço de ampliação do pronto-emprego da força policial se traduza, contudo, em resultados consistentes, é indispensável vinculá-lo a um redesenho estratégico e tático dos programas de patrulhamento (avaliação dos planos de ronda, alinhamento das modalidades de serviços ostensivos, modelagem e aperfeiçoamento dos serviços de despacho de viaturas para atendimento emergencial), e do C³IC (comando, controle, comunicações, inteligência e computação) sob pena de produzir um esgotamento no “empenho” da ferramenta principal da organização policial, ou seja, os recursos humanos.

⁷ Cabe ressaltar que a capacidade de cobertura ostensiva da polícia deve levar em consideração outras variáveis além da população residente. Dentre elas destacam-se a população flutuante e a densidade populacional de uma certa área; a tipicidade geográfica do território urbano a ser coberto; a incidência das dinâmicas criminais, violentas e desordeiras; a distribuição dos recursos de infraestrutura urbana e expedientes e ferramentas policiais de ampliação da ostensividade formal do policial uniformizado.

O quadro apresentado a seguir aponta a relação entre o número de habitantes potencialmente atendidos por cada policial, em diferentes cidades dos Estados Unidos e do Canadá. Note-se que a razão de agentes da lei por habitante, na cidade do Rio de Janeiro (1/269 hab.)⁸, está muito próxima daquela existente em Chicago (1/244hab.) no ano de 1994 e corresponde aproximadamente ao dobro do índice da cidade de Quebec (1/540 hab.).

FIGURA 2.4: NÚMERO DE POLICIAIS POR HABITANTES

REGIÕES	POLICIAL POR HABITANTES
EUA (1994)	
Chicago	1/244
Los Angeles	1/357
Kansas	1/417
Dallas	1/435
CANADÁ (1998)	
Quebec	1/540
Ontario	1/535
Alberta	1/636
BRASIL (1998)	
Rio de Janeiro	1/509 (*) 1/269 (**)

(*) Inclui apenas o efetivo da PM na cidade.

(**) Inclui os efetivos da PM, Polícia Civil e Guarda Municipal.

Fonte: Bayley, David H. 1994. *Canadian Statistics* - Estado Maior PMERJ -PM/1. Secretaria de Polícia Civil -RJ. Superintendência da Guarda Municipal.

Vale notar, ainda, que o efetivo da PM na cidade do Rio de Janeiro (1/509 hab.) apresenta, sozinho, uma potencialidade de cobertura ostensiva formal superior à das cidades canadenses listadas acima. Se esses números expressam, de um lado, a enorme diferença no padrão de violência das cidades canadenses e brasileira, em especial do Rio de Janeiro, eles indicam, por outro, que, abstratamente, a proporção policial/população na cidade do Rio não está longe de atingir níveis mais satisfatórios, sobretudo se comparada com a de Los Angeles, que experimenta, como nós, padrões elevados de violência.

⁸ No ano de 1998, o total de agentes da lei atuantes na cidade do Rio corresponde a 20.735. Este valor resulta da agregação dos efetivos da PM, da Polícia Civil e da Guarda Municipal.

4. Vitimizações comparadas: Polícia e população

A magnitude do risco a que estão expostos os policiais militares na cidade do Rio de Janeiro pode ser melhor avaliada quando se contrastam as taxas de vitimização desses agentes e as da população adulta. Os recentes estudos sobre violência e criminalidade, no Rio de Janeiro, apontam altos índices de vitimização, comparativamente a outras grandes cidades brasileiras e internacionais, especialmente no que se refere às taxas de homicídio.⁹ Entretanto, observa-se que os índices de vitimização da Polícia Militar são muito superiores aos da população, como revela a tabela a seguir:

FIGURA 3: VITIMIZAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES E DA POPULAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (POR 10 MIL HABITANTES).

1994					
Grupo	Homicídio		Lesão Corporal		Suicídio
	Doloso	Trânsito	Dolosa	Trânsito	
População	7,31	1,84	26,04	23,47	0,32
População masculina	19,67	4,18	42,78	46,93	0,69
PMERJ	59,84	5,44	207,63	89,76	0,0
Serviço	11,78	0,0	119,68	38,98	0,0
Folga	48,05	5,44	87,94	50,77	0,0
1995					
População	6,63	1,85	26,29	24,43	0,34
População masculina	17,72	4,17	41,43	49,03	0,63
PMERJ	39,85	3,46	256,45	72,78	2,59
Serviço	12,99	0,0	178,48	32,05	0,0
Folga	26,85	3,46	77,97	40,72	2,59

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil. IBGE - Censo Demográfico e estimativas.

- O diferencial das taxas de vitimização da PMERJ e da população masculina são ainda mais expressivos quando se trata de homicídios dolosos, que chegam a ser três vezes mais

freqüentes entre os policiais, e das lesões corporais dolosas, cuja taxa, entre os PMs, chega a ser 9.8 vezes maior em 1995. Porém, quando distinguimos a situação do profissional, percebemos que as taxas relativas ao policial em serviço são inferiores às da população masculina (que conforma 98,9% da corporação), e inferiores, também, às dos próprios policiais em folga, exceto nos casos de lesão corporal dolosa. Nesses casos, a vitimização de agentes em serviço é duas vezes maior que a dos PMs em folga e quatro vezes maior que a da população masculina.

- A taxa de PMs mortos no trânsito¹⁰ correspondeu, nos dois anos somados, a mais que o dobro da taxa relativa à população, embora esse resultado deva ser contextualizado, pois todos os acidentes fatais aconteceram quando o policial estava fora do serviço. Por sua vez, as lesões resultantes de acidentes no trânsito foram, em média, três vezes mais freqüentes entre os policiais do que na população. Já nesse caso, tanto em 94, quanto em 95, mais de 40% dos acidentes sem mortes, na corporação, envolveram policiais em serviço.

- É preciso lembrar, todavia, que a maior parte dos serviços de policiamento ostensivo oferecidos pela PM é realizada através de veículos automotores (viaturas, motocicletas, etc.). Parece, então, compreensível que, assim como outros profissionais que prestam serviços motorizados à população (motoristas de ônibus, motoristas de taxis, motoboys, etc.), os policiais estejam mais expostos aos riscos de acidente do que a população em geral. Dito de outra maneira, a diferença se explicaria pelo fato de aqueles trabalhadores que despendem boa parte de sua jornada no trânsito terem, em princípio, maior probabilidade de sofrer os impactos do tráfego violento e caótico da cidade.

⁹ Ver Soares, 1996.

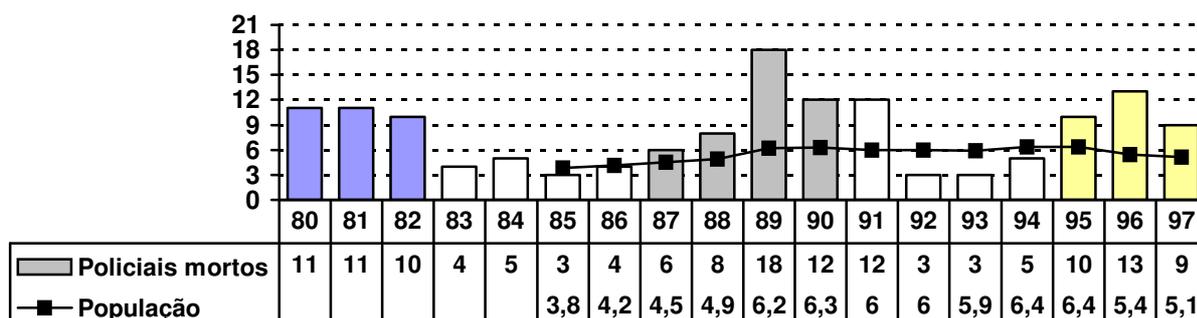
¹⁰ No cômputo das taxas de vitimização no trânsito não foram incluídas aquelas derivadas de situações excepcionais, específicas do trabalho policial, como perseguições, capturas, etc. Essas situações foram classificadas em separado, sob a categoria "perseguições". Assim, as taxas de vitimização no trânsito expressam unicamente os acidentes comuns (colisões e atropelamentos) resultantes de situações ordinárias.

- Vale ressaltar, ainda, que, embora não tenha sido registrado nenhum caso de suicídio de policial militar em 1994, a taxa de 1995 foi 7,6 vezes superior à da população, ainda que 100% das mortes tenham acontecido durante a folga do policial.¹¹

Comparando-se as taxas de homicídio de policiais militares com as da população masculina acima de 18 anos, residente na cidade do Rio de Janeiro, em 1995, obtém-se um quadro mais expressivo da magnitude das vitimizações na PMERJ.

A figura 3.1 apresenta, em uma série histórica, as taxas de homicídios dolosos relativas à população total do Estado do Rio e as taxas de mortes em serviço da PMERJ no período de 1985 a 1996.

FIGURA 3.1: HOMICÍDIOS DOLOSOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (POR 10 MIL PESSOAS)



Fonte: Estado Maior - PM/1-PMERJ. Registros de ocorrência da Polícia Civil.

- Note-se que no biênio 85/86, as taxas de morte em serviço da PM e os índices de homicídios dolosos, relativos à população estão muito próximos, variando em torno de 3 e 4 mortos por 10 mil policiais e habitantes.

¹¹ É importante ressaltar que o número de registros de suicídio é sempre subestimado, já que a morte auto-infligida é facilmente mascarada. O policial com tendências suicidas pode, por exemplo romper, intencionalmente, os expedientes de segurança, expondo-se ao risco desnecessário, e ter sua morte registrada como homicídio doloso. Somente a partir de 1995 a PMERJ começou a monitorar os suicídios tentados e consumados. De acordo com as estatísticas do Estado Maior, sete policiais se suicidaram em 1995, dois em 1996 e seis em 1997. Até fevereiro de 1998, não havia registros de suicídio (Estado Maior da PMERJ/ PM1).

- No período entre 1992 e 1994, as mortes de policiais em serviço variaram em torno de 3,7/10 mil, correspondendo a quase a metade da taxa média de homicídios obtida para a população (6,1/10 mil).

5. Vitimização comparada: o Rio de Janeiro no cenário internacional.

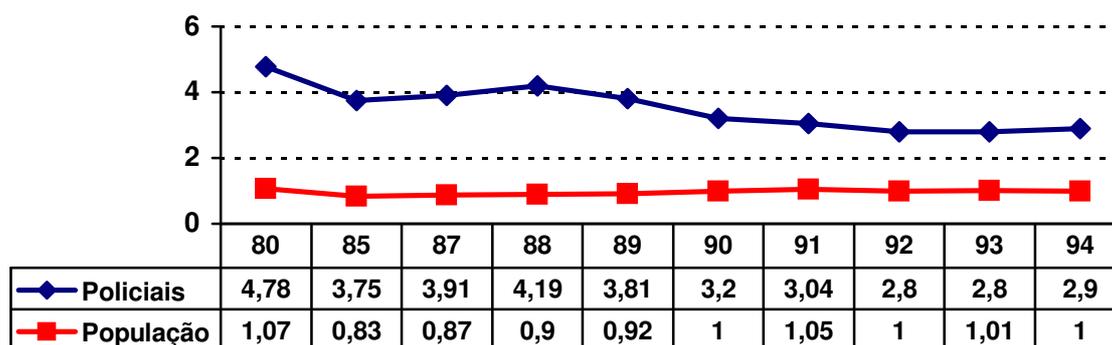
Por várias razões, a comparação entre os dados sobre a vitimização de policiais no Brasil e nos Estados Unidos pode ser bastante proveitosa, a despeito das diferenças na forma de classificar e coletar as informações. Em primeiro lugar porque, guardadas as devidas proporções, os Estados Unidos são, como o Brasil, um país violento e desigual. As taxas de homicídio, naquele país, são consideradas elevadas e alguns problemas na área de segurança parecem, também lá, muitas vezes incontornáveis. O final da década de 70 e o início dos anos 80 foram marcados na América do Norte, pela ascensão e queda da política de "guerra contra o crime", que continua orientando a ação de parte das Polícias Brasileiras. O fracasso dessa perspectiva, associado à pressão dos movimentos civis, desencadeou a crise das Polícias, impondo mudanças na doutrina e nos procedimentos. Os reformadores e a opinião pública apontavam a necessidade de conhecer e controlar os gastos com a segurança e criticavam os custos excessivos de uma política que se mostrava incapaz de gerar os resultados correspondentes (Bayley,1994 e Morgan,1997).

Em 1980, a taxa de policiais mortos em serviço no estado do Rio de Janeiro (11/10 mil) correspondeu a aproximadamente o dobro da taxa nacional norte-americana (4,78/10 mil), no mesmo ano.¹² Conforme demonstra a figura 4, a taxa de vitimização letal de policiais em serviço nos EUA apresentou uma queda significativa no período de 1980 a 1994. A taxa de 1994 (2,9/10 mil) expressa uma redução da ordem de 39,3% em relação aos últimos 14 anos, e corresponde ao

¹² Desde o final da década de 60 os EUA viviam a crise das organizações policiais. Naquele país, mais do que em qualquer outro, assistiu-se, nos últimos quarenta anos, a profundas transformações das polícias, no plano da doutrina, dos métodos de investigação e patrulha, das tecnologias, das abordagens, treinamentos, filosofias e missões, os quais refletiam o maciço investimento que se passou a fazer na área da segurança pública. Não por acaso a produção acadêmica sobre o tema, nos Estados Unidos, é volumosa e diversificada (ao contrário do que ocorre no Brasil) e os dados abundantes e disponíveis. Também lá, não obstante os graves problemas criminais das grandes cidades, como Chicago, Los Angeles Nova York e da história, ainda recente, de violência e corrupção policiais, têm sido criadas múltiplas ferramentas de controle externo e participação civil na esfera da segurança pública.

triplo da taxa relativa à população norte-americana, que permaneceu 1/10 mil.¹³ Ainda que indicando um esforço sistemático de redução dos riscos nas atividades de polícia, esse índice foi, na época, considerado preocupante para as agências policiais americanas.¹⁴

FIGURA 4: POLICIAIS MORTOS EM SERVIÇO E HOMICÍDIOS NA POPULAÇÃO, POR 10 MIL POLICIAIS E HABITANTES, NOS ESTADOS UNIDOS.



Fonte: U.S. Federal Bureau of Investigation; Statistical Abstract of the United States 1996.

- Mesmo que até 94 os indicadores norte-americanos fossem bastante elevados (e superiores aos da população), esse gráfico indica um esforço bem sucedido em aperfeiçoar as condições de segurança do trabalho policial, na última década, e revela, claramente, a dissociação entre vitimização civil e policial. Em outras palavras, as taxas de mortalidade violenta não podem ser usadas para se explicarem mutuamente, pois há vários fatores que as fazem variar de forma independente.

¹³ Entre 1995 e 1996, entretanto, a taxa norte-americana de homicídios declinou em 10%. (Bureau of Justice Statistics /National Crime Victimization Survey / Criminal Victimization 1996: Changes 1995-96 with Trends 1993-96 / November 1997, NCJ-165812)

¹⁴ Bayley, 1994.

No quadro a seguir são comparadas as taxas de policiais mortos em serviço (intencional ou acidentalmente), em relação ao efetivo policial de cada país ou região.

ANO	PAÍSES/ REGIÕES	RELAÇÃO MORTO/EFETIVO
1988	EUA	1 : 2385
	AUSTRÁLIA	1 : 2480
	ESTADO DO RIO	1 : 1189
1991	EUA	1 : 3293
	CANADÁ	1 : 18.000
	JAPÃO	1 : 27.000
	ESTADO DO RIO	1 : 802
1994	EUA	1 : 3481
	ESTADO DO RIO	1 : 1934

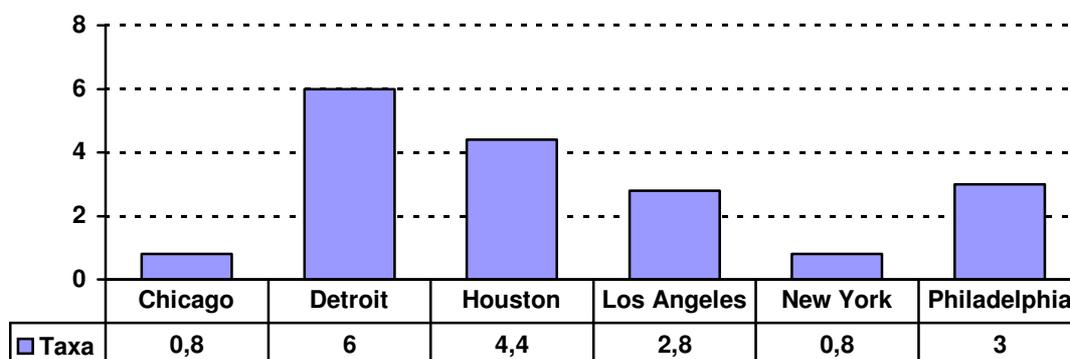
Fonte: Bayley, David H., 1994. Statistical Abstract of the United States 1996 - The National Data Book, Bureau of the Census. Estado Maior da PMERJ -PM/1.

➔ **Essa tabela tem apenas uma função referencial, já que as médias nacionais refletem as variações das taxas de cada estado ou região.**

- No ano de 1988, o índice de PMs mortos em serviço no estado do Rio (1 policial morto em cada 1189) foi duas vezes superior aos índices da Austrália (1:2480) e dos EUA (1:2385).
- No ano de 1991, o índice de PMs mortos em serviço no estado (1 policial morto em cada 802) foi 4 vezes superior ao índice dos EUA (1:3293), 22 vezes superior ao índice do Canadá (1:18000) e 34 vezes superior ao índice apurado no Japão (1: 27000).
- No ano de 1994, o índice de PMs mortos em serviço no estado (1 policial morto em cada 1934) foi a quase o dobro do índice de vitimização letal registrado nos EUA (1:3481).

A figura 4.1 apresenta as taxas de vitimização letal de policiais em serviço nas seis maiores cidades norte-americanas no ano de 1986.

FIGURA 4.1: POLICIAIS MORTOS EM SERVIÇO, POR 10 MIL NAS SEIS MAIORES CIDADES NORTE-AMERICANAS - 1986.



Fonte: The BIG SIX - Policing America's Largest Cities; Police Foundation, 1991.

- Note-se que o índice mais elevado de vitimização letal de policiais em serviço, nos Estados Unidos, situava-se na faixa de 6 /10 mil agentes, em Detroit, no período em que taxa nacional de mortalidade violenta de policiais ainda não havia experimentado seu maior declínio. Diante dessa média, as taxas de 12/10 mil, 13/10mil, 22/10 mil e 16/10 mil policiais mortos em serviço, alcançadas respectivamente em 1994, 95, 96 e 97, no Rio de Janeiro, se tornam ainda mais surpreendentes e dramáticas¹⁵.
- No ano de 1986 a taxa nacional norte-americana situava-se na faixa de 3,8/10 mil policiais - uma média ultrapassada apenas por Detroit (6/10 mil) e Houston (4,4/10 mil). As demais cidades apresentam índices inferiores que variaram de 0,8/10 mil (Chicago e New York) a 3/10 mil (Los Angeles e Philadelphia).

As taxas relativas a policiais mortos em serviço, no Rio de Janeiro, chegam a ser 4 vezes superiores àquelas obtidas há 10 anos atrás nas maiores cidades norte-americanas, com exceção de Detroit e Houston. No ano de 1996, por exemplo, observou-se um índice de 22 policiais

mortos em serviço para cada 10 mil agentes atuantes no Rio de Janeiro (22/10 mil) - taxa 27 vezes superior a de New York e 8 vezes superior a de Los Angeles no ano de 1986.

A figura 5 ajuda, por sua vez, a relativizar o teor do risco na profissão de polícia. Vale observar, por exemplo, que, nos EUA, as taxas de mortalidade de policiais, mineradores e agricultores oscilam em patamares muito pouco diferenciados entre si, não ultrapassando, nos anos em foco, a razão de 3,5 mortos/10 mil, no cômputo nacional. Por outro lado, a diferença entre os níveis de letalidade relativos a essas atividades e àquelas tidas como menos arriscadas (trabalho no comércio, instituições financeiras, seguradoras, imobiliárias, etc.) não chega a atingir a faixa de 3 mortos/10 mil.

FIGURA 5: QUADRO COMPATIVO DAS TAXAS DE MORTE EM SERVIÇO SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL, NOS ESTADOS UNIDOS POR 10 MIL TRABALHADORES.

Atividade profissional	1993	1994
Polícia	2,8	2,9
Mineração e extração de pedras (1)	3,3	2,7
Agricultura(2)	3,5	2,6
Construção	2,2	1,5
Transporte e serviços públicos	2,0	1,2
Manufatura	0,4	0,4
Governo	1,1	0,3
Comércio (3)	0,5	0,2
Serviços (4)	0,3	0,2

(1) Inclui extração de óleo e gás.
(2) Inclui atividades florestais e pesca.
(3) Inclui comércio atacadista e varejista.
(4) Inclui mercados financeiro, securitário e imobiliário

Fonte : National Safety Council, Itasca, IL, Accident Facts, annual. Statistical Abstract of the United States 1996.

6. Efeitos da vitimização sobre o fluxo de pessoal na PMERJ.

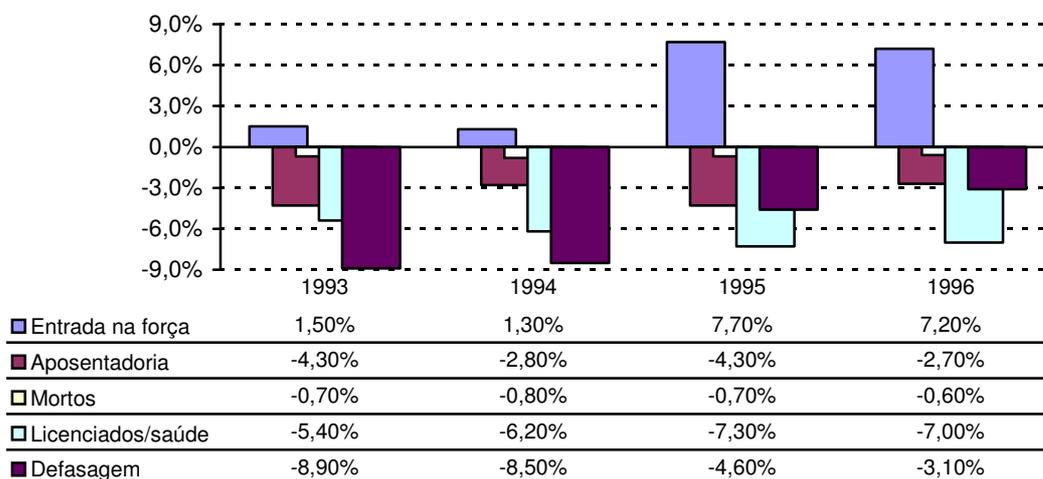
O conjunto de tabelas e gráficos apresentados nesta primeira parte referia-se, basicamente, à magnitude das taxas de vitimização da Polícia Militar, na cidade e no estado do

¹⁵ Infelizmente não dispomos das taxas referentes a essas cidades na década de 1990, o que nos permitiria compará-

Rio de Janeiro, nos últimos anos. A comparação com os indicadores internacionais, feita em seguida, teve o propósito de contextualizar o risco inerente à atividade de polícia e, sobretudo, evidenciar o expressivo impacto das vitimizações no interior da PMERJ, o qual, vale insistir, repercute na capacidade de renovação de quadros e na manutenção de recursos humanos para pronto emprego ao longo do tempo. De acordo com os dados fornecidos pelo Estado Maior da PMERJ, ingressou na força, no ano de 1996, um contingente de praças correspondente a 7,2% do efetivo existente. Neste mesmo ano, 2,7% da força policial foi encaminhada para a aposentadoria, isto é, 2% dos policiais passaram para a reserva e 0,7% foram reformados. Ainda em 1996, 3% (ou 853 PMs) foram vitimados no estado - dos quais aproximadamente 0,6% (ou 175 PMs) não retornaram à força porque sofreram agressões fatais, tendo sido licenciados 7%. No ano de 1996, em suma, a PMERJ incorporou 7,2% de policiais em seu efetivo e perdeu 10,3%, o que significa uma diferença negativa de 3,1%.

Nesse quadro as vitimizações se somam aos afastamentos rotineiros, tais como as ausências parciais por férias, afastamentos por motivos familiares e licenciamentos médicos, trazendo um ônus adicional à corporação e comprometendo o fluxo interno da organização.

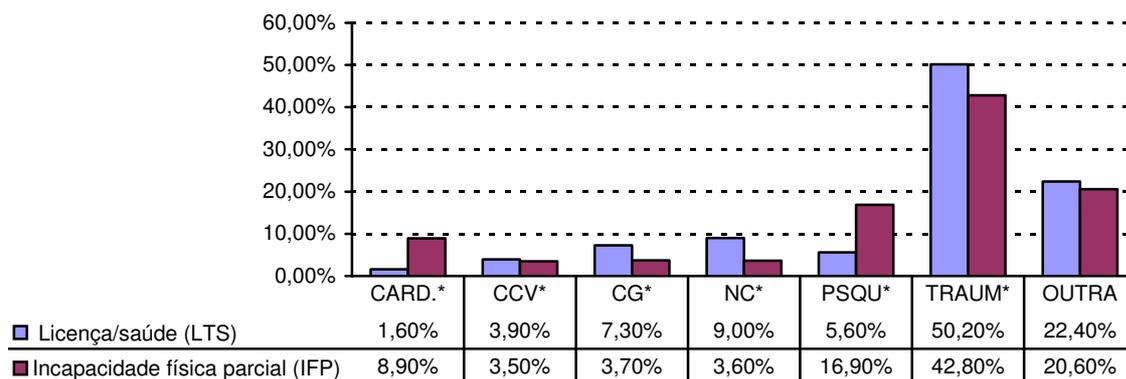
FIGURA 5.1: FLUXO DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PONDERADO PELO EFETIVO - 1993 A 1996



Fonte: Estado Maior - PM/1 - PMERJ.

Tomando-se exclusivamente os números relativos aos afastamentos por motivo de saúde, obtém-se o seguinte cenário:

FIGURA 5.2: LICENÇAS E ATESTADOS DE INCAPACIDADE FÍSICA PARCIAL EMITIDOS POR TIPO DE CLÍNICA DA PMERJ -1997



CLÍNICAS: CARDIOLOGIA; CIRURGIA CARDIOVASCULAR; CIRURGIA GERAL; NEUROCIRURGIA; PSQUIATRIA; TRAUMATOLOGIA E OUTRAS CLÍNICAS.

Fonte: Diretoria Geral de Saúde- SSPM-PMERJ.

- Observe-se o peso das vitimizações no conjunto dos licenciamentos emitidos no ano de 1997: 50,2% das licenças de saúde e 42,8% dos atestados de incapacidade física parcial foram emitidos pela clínica de traumatologia. Esses dados refletem, em boa medida, problemas derivados das condições de segurança no trabalho, os quais, por sua vez, repercutem negativamente no orçamento da organização policial militar.



Parte 2

Agentes mais expostos à vitimização

1. Agentes em serviço e em folga.

Nesta parte do relatório, os casos de vitimização serão analisados em função das variáveis pertinentes ao universo da Polícia Militar, como a situação profissional das vítimas (em folga ou em serviço) e de sua posição hierárquica na corporação, além dos indicadores tradicionais como a faixa etária e o gênero do(a) policial.

Retomemos, considerando agora os valores percentuais, a situação dos policiais em serviço e em folga.

FIGURA 6: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO A SITUAÇÃO (1993 A 1997)

Situação	Ano		
	1993	1994	1995
Serviço	47%	47%	54%
Folga	53%	53%	46%
Total	100%	100%	100%
Taxa de vitimização (por 10 mil PMs)	-	380	351

Fonte: Registros de ocorrência da Polícia Civil.

Situação	Ano	
	1996	1997
Serviço	47%	47%
Folga	53%	53%
Total	100%	100%
Taxa de vitimização (por 10 mil PMs)	502	406

Fonte: Estado Maior - PM/1-PMERJ.

- Como já foi assinalado anteriormente, observa-se uma proximidade acentuada das taxas de vitimização de policiais em serviço e em folga, e uma inversão, em 1995, dos padrões verificados nos anos anteriores. Nesse ano, em que a taxa de vitimização de policiais em serviço conheceu uma elevação surpreendente no estado, como mostra a figura 2, ocorreu também na cidade uma elevação proporcional dos índices de vitimização no trabalho. Note-se que os dados fornecidos pela PMERJ, relativos aos anos de 1996/1997, apresentam distribuição idêntica àquela revelada pelos Registros de Ocorrência que serviram de base para esta pesquisa.

- Segundo ainda dos dados da Polícia Civil, em 1995, computou-se, na cidade do Rio, uma redução de 6,5% da taxa geral de vitimização (351/10 mil) acompanhada de uma elevação das vitimizações em serviço na ordem de 6,4%. Já os dados da PM, para o estado do Rio indicam, por um lado, a ampliação de 6,5% das vitimizações (29,2/10 mil) e, por outro lado, a um expressivo aumento da ordem de 900% das taxas de vitimização em serviço no Estado (em 1994, o índice foi de 13/10 mil e, em 1995, passou para 130/10 mil).

No ano de 1995, como vimos, inaugurou-se uma nova gestão na secretaria de segurança pública, com a mudança do alto comando da Polícia Militar, que introduziu alterações nas estratégias de policiamento e nas políticas de emprego da mão-de-obra policial. Dentre essas alterações, destacou-se a ampliação de 14,2% do contingente de policiais empregados nas tarefas de policiamento ostensivo - o que, somado à implementação de uma política que privilegiava o confronto, pode estar associado, em parte, o aumento das taxas de vitimização dos policiais em serviço, nesse mesmo ano.

2. Policiais mortos e feridos

A figura 7, a seguir, aborda uma outra variável - o tipo de vitimização - que ajuda a compreender as formas de exposição de policiais ao risco, dentro e fora do serviço, na cidade do Rio de Janeiro.

FIGURA 7: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O TIPO DE VITIMIZAÇÃO

ANO	Morte		Ofensa		Total	
	N	%	N	%	N	%
1993 (*)	17	11,0	138	89,0	155	100,0
1994	73	17,4	346	82,6	419	100,0
1995	54	13,3	351	86,7	405	100,0

Fonte: Registros de ocorrência da Polícia Civil.

(*) Os números relativos ao ano de 1993 resultam de cálculo amostral

ANO	Morte		Ofensa		Total	
	N	%	N	%	N	%
1996	106	18,8	457	81,2	563	100,0
1997	67	15,0	377	85,0	444	100,0

Fonte: Estado Maior da PMERJ - PM/1 -APOM.

- No biênio 93/94 e no ano de 1996 observou-se um aumento do peso relativo das mortes no conjunto das vitimizações policiais na cidade do Rio de Janeiro. Os percentuais de mortes mais elevados ocorreram nos anos de 1994 e 1996 quando foram registrados 17,4% e 18,8% de episódios com mortes, respectivamente.

As tabelas abaixo mostram que a letalidade dos policiais, tanto em serviço quanto (e particularmente) em folga foi extremamente elevada, tendo havido, entre 1993 e 1995, um aumento crescente das mortes de policiais em serviço.

FIGURA 7.1: NÚMERO DE POLICIAIS MILITARES FERIDOS EM RELAÇÃO A CADA POLICIAL MORTO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DA VÍTIMA.

	Em serviço	Em folga
1993	1 / 17,25	1 / 5,30
1994	1 / 14,07	1 / 2,71
1995	1 / 13,46	1 / 3,82

Fonte: Registros de ocorrência da Polícia Civil.

	Em serviço	Em folga
1996	1 / 9,68	1 / 4,31
1997	1 / 11,23	1 / 3,72

Fonte: Estado Maior - PM/1-PMERJ.

- Enquanto no ano de 1993 a Polícia Civil registrou um policial morto para cada 17,25 feridos em serviço, em 1995 a proporção de policiais feridos caiu para 13,46 para cada policial morto na linha da obrigação. Nesse ano observou-se, curiosamente, uma redução da taxa geral de vitimização de policiais na cidade (351/10 mil). Em 1997, os dados da Polícia Militar indicam uma discreta redução, relativamente ao ano anterior, do risco de letalidade em serviço (1 morto:11,23 feridos), embora esse número seja ainda superior àqueles obtidos no triênio 93/94/95. A figura 7.1 confirma a evidência de que em folga o risco de vitimização letal é significativamente maior do que em serviço, chegando a ser, em alguns anos, 4 vezes superior.

Os resultados apresentados nessa tabela serão, entretanto, melhor compreendidos quando, adiante, forem avaliadas as circunstâncias em que ocorreram as vitimizações e, com base nessas circunstâncias, discriminada a situação do policial (em serviço/ em folga). Antes disso, é preciso distinguir, segundo o gênero e as patentes, o tipo de policial que está mais exposto ao risco de vitimização.

3. Vitimização segundo o grau hierárquico.

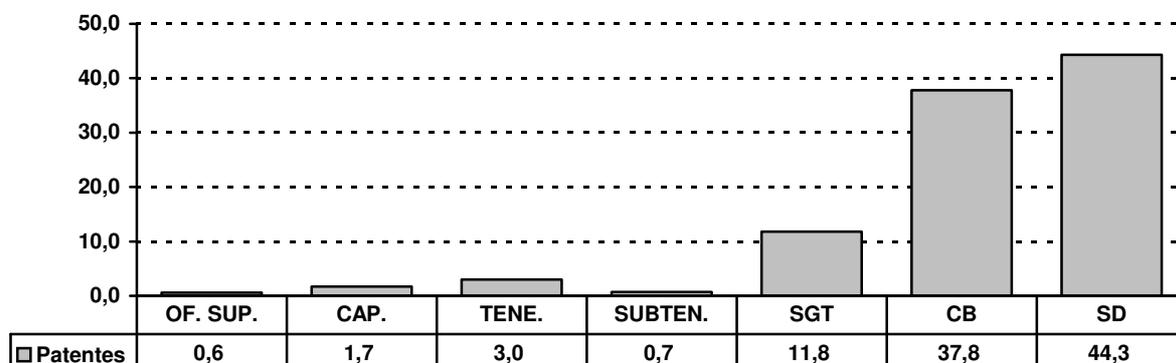
As figuras 8 e 8.1 indicam que, tanto em serviço quanto em folga, a maioria dos policiais vitimados (94,4%) integra as patentes mais baixas, que compõem o círculo das praças.

FIGURA 8: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS SEGUNDO A SITUAÇÃO E A PATENTE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1993 - 1996)

Patente	1993		1994		1995		1996		Total
	Serviço	Folga	Serviço	Folga	Serviço	Folga	Serviço	Folga	
	%		%		%		%		%
CEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TEN-CEL	-	-	-	-	-	0,8	-	-	0,1
MAJOR	-	-	0,6	1,4	-	0,8	-	-	0,5
CAPITÃO	-	1,8	-	3,4	1,1	1,6	2,4	4,2	1,6
TENENTE	1,6	1,8	3,5	4,1	2,7	1,6	2,4	1,4	2,7
ASP.OF.	-	1,8	0,6	-	-	-	-	-	0,2
SUBTEN.	-	-	1,7	-	0,5	-	-	-	0,5
SARGENTO	6,3	3,5	5,2	8,8	6,9	13,7	4,8	12,7	8,0
CABO	14,3	10,5	25,0	22,4	47,9	33,9	59,5	29,6	31,1
SOLDADO	77,8	80,7	63,4	59,9	41,0	47,6	31,0	52,1	55,3
TOTAL	100,0								

FONTE: Registros de ocorrência da Polícia Civil.

GRÁFICO 8.1 - POLICIAIS MILITARES VITIMADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO A PATENTE - (1995 a 1997)



Fonte: Estado Maior da PMERJ - PM/1- APOM.

Quando desagregadas as patentes que compõem o efetivo da PM, percebe-se, claramente, a incidência das mais altas taxas de vitimização entre aqueles policiais diretamente envolvidos nas atividades-fim, ou seja, nos serviços de policiamento ostensivo que congregam, normalmente, soldados, cabos e sargentos. Note-se, contudo, que, a partir de 1995, inverte-se a proporção de soldados e cabos vitimados entre 1993 e 1994. Essa inversão reflete as mudanças nas regras de promoção e ascensão profissional no círculo das praças, a partir de 1996. Na promoção para cabo, por exemplo, foi suprimida a necessidade de aprovação em concurso, sendo apenas exigido o cumprimento do tempo mínimo na patente de soldado.¹⁶ Essa promoção automática por tempo de serviço acabou beneficiando um expressivo contingente de soldados que já haviam cumprido o seu tempo de permanência no escalão inferior.

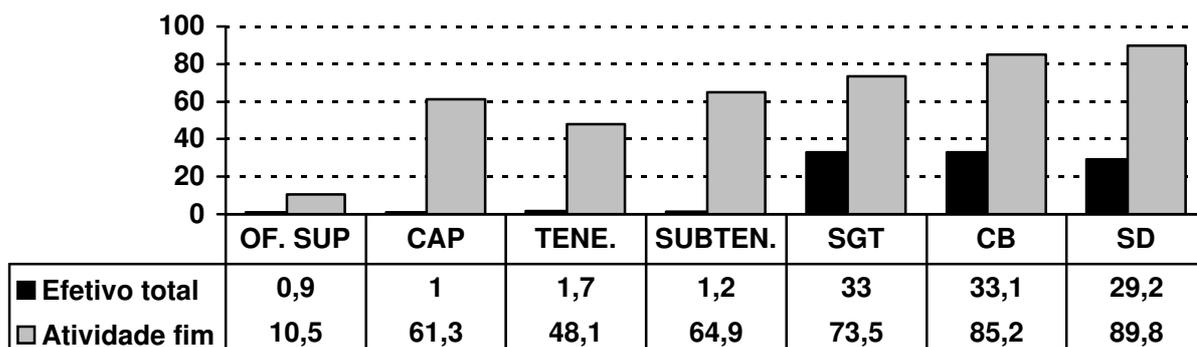
A concentração de vitimizações no círculo das praças explica-se pelo fato de serem precisamente os sargentos, cabos e soldados os responsáveis por realizar o policiamento

¹⁶ Segundo o Regulamento de Promoção de Praças, atualizado pelos Decreto n.º 22.169, de maio de 1996 e Decreto n.º 23.673, de novembro de 1997 (Estado Maior -PM/1), a regulamentação dos critérios de ascensão das praças e tempo de permanência por patente sofreu significativas alterações a partir de maio de 1996. O quadro abaixo sistematiza essas modificações:

DECRETO DE MAIO DE 1996					
SD	CB	3 SGT	2 SGT	1 SGT	SUBTEN
10 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos
DECRETO DE NOVEMBRO DE 1997					
SD	CB	3 SGT	2 SGT	1 SGT	SUBTEN
8 anos	7 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos

ostensivo oferecido pela PMERJ. Conforme se pode observar na figura 8.2, 70% das praças estão encarregadas de desempenhar atividades-fim.

FIGURA 8.2: DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DAS OPMs E DOS UOpEs DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E ÍNDICE DE EMPREGO NA ATIVIDADE FIM SEGUNDO A PATENTE - 1997.



Fonte: Estado Maior da PMERJ - PM/1 - APOM

Através da distribuição das vítimas por patente pode-se estimar quais as faixas etárias e o tempo de serviço na força dos policiais militares mais expostos aos riscos de vitimização conforme apresentado na figura 8:

- Os **soldados**, que estão, em sua maioria na faixa dos 21 a 34 anos e têm, em média, de 5 a 10 anos de experiência profissional, representaram, em 1996, **52,1%** dos policiais vitimados na cidade.
- Os **cabos**, que estão, em sua maioria, na faixa dos 30 aos 39 anos e têm, em média, de 10 a 18 anos de experiência profissional, representaram, em 1996, **29,6%** dos policiais vitimados na cidade.
- Os **sargentos**, que estão, em sua maioria, na faixa dos 34 a 44 anos e têm, em média, de 14 a 23 anos de experiência profissional, representaram, em 1996, **12,7%** dos policiais vitimados na cidade.

4. Vitimização por gênero

Quando focalizado o gênero das vítimas, fica clara a prevalência das vitimizações entre os homens, já que as mulheres experimentam menos de 2% do total das vitimizações.

FIGURA 9: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO O GÊNERO DA VÍTIMA

ANO	Masculino	Feminino
	%	%
1993	98,8	1,16
1994	98,9	1,06
1995	99,1	0,87
1996	100,0	0,0

Fonte: Registros de ocorrência da Polícia Civil.

(*) Nesta tabela foram incluídos os casos de ofensas corporais classificadas como "indeterminadas".

Veja-se, a seguir, a distribuição do contingente feminino da PMERJ por patente, apresentada na figura 9.1:

FIGURA 9.1: DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO FEMININO POR PATENTE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1997

Patente	N	%
MAJOR	7	2,3
CAPITÃO	17	5,5
TENENTE	71	23,1
ASPIRANTE	7	2,3
SUBTENENTE	9	2,9
SARGENTO	94	30,5
CABO	103	33,4
TOTAL	308	100,0

As policiais femininas correspondem a **1,1%** do efetivo da PMERJ.

Fonte: Estado Maior - PM/1-PMERJ.

- As figuras acima assinalam a proporção e a distribuição de cargos, por gênero, no interior da polícia militar, e permitem comparar, nos diferentes anos, a relação entre o efetivo feminino e as taxas de vitimização das mulheres oficiais. Note-se que tanto em 93, como em 94 e 95, o percentual das agentes vitimadas, relativamente aos homens, é sempre inferior à sua participação no conjunto da força, o que se explica, em parte, pelo fato de as mulheres estarem menos envolvidas do que seus parceiros nas atividades-fim. Normalmente as praças femininas tendem a ser aproveitadas nos serviços internos das unidades operacionais, enquanto as oficiais - boa parte com curso universitário - são aproveitadas pela Divisão de Ensino e no Sistema Hospitalar da PMERJ. Possivelmente a proporção de mulheres vitimadas em serviço seria ainda menor do que a dos homens, se distinguíssemos as oficiais atingidas em serviço, daquelas mortas ou feridas durante a folga.¹⁷

¹⁷ Veja-se a participação decrescente das mulheres, no conjunto dos agentes da lei mortos, nos Estados Unidos.

ANO	% MASCULINO	% FEMININO
1993	94.0	6.0
1994	96.0	4.0
1995	99.0	1.0

Fonte: *U.S. Department of Justice, Federal Bureau of Investigation*



Parte 3

Circunstâncias da Vitimização

Nesta parte do relatório serão explorados os elementos que circunscrevem os contextos da vitimização. Os dados aqui apresentados referem-se às circunstâncias em que aconteceram as mortes e as lesões, aos tipos de interação que deram lugar à ocorrência, aos instrumentos da vitimização e à participação de outros atores na cena, como outras vítimas, testemunhas, agressores, etc.

Para classificar os eventos descritos nos R.O.s criamos o seguinte sistema de codificação das circunstâncias da vitimização:

CIRCUNSTÂNCIAS

1. ACIDENTES NO TRÂNSITO

2. EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS

- Acidentes da natureza (a queda de uma árvore, por exemplo);
- Eventos acidentais (a queda de uma marquise, por exemplo);
- Acidente com arma de fogo;
- Disparos aleatórios (disparos cuja procedência é desconhecida);
- Morte natural.

3. DINÂMICAS CRIMINAIS

- ◆ ASSALTO
 - Inclui assaltos em que a vitimização se deu em consequência da revelação da identidade policial
- ◆ CONFRONTO ARMADO
- ◆ AÇÃO ARMADA DE SUSPEITOS
- ◆ EMBOSCADA / TOCAIA
 - Inclui execução; vingança; tortura; descoberta da identidade policial, fora do contexto de assalto.
- ◆ FUGA DE PRESOS
 - Inclui captura de presos
- ◆ GUERRA ENTRE BANDOS
- ◆ RESISTÊNCIA
- ◆ PERSEGUIÇÃO
- ◆ OCUPAÇÃO CRIMINOSA

4. DINÂMICAS CONFLITUOSAS

- ♦ CONDUTA ABUSIVA / DESACATO
- ♦ CONFLITO COLETIVO
 - Inclui manifestação pública
- ♦ CONFLITO DOMÉSTICO
- ♦ CONFLITO INTERPESSOAL
 - Inclui conflito no trânsito
- ♦ ABUSO DE AUTORIDADE
 - Inclui conflito de autoridade

5. INDETERMINADA / IGNORADA

6. SUICÍDIO

1. Situações em que os policiais se vitimaram no Rio de Janeiro

Se desagregamos as circunstâncias em que o policial se encontrava, no momento de sua vitimização, segundo as categorias mais abrangentes, encontramos o seguinte cenário:

FIGURA 10: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM SERVIÇO, NO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO (%)

Circunstâncias	1993	1994	1995	1996*
Dinâmicas criminais	43,8	59,0	61,3	51,1
Dinâmicas não criminais	52,1	40,0	36,9	46,8
Indeterminada/Ignorado	4,1	1,0	1,8	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Os dados relativos a 1996 referem-se somente ao 1º semestre.
 Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

FIGURA 10.1.: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM FOLGA, NO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO (%)

Circunstâncias	1993	1994	1995	1996
Dinâmicas criminais	28,4	38,0	36,4	36,7
Dinâmicas não criminais	58,0	48,0	53,5	46,8
Indeterminada/Ignorado	13,6	14,0	10,2	16,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Os dados relativos a 1996 referem-se somente ao 1º semestre.

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

➤ Note-se que, segundo essa classificação, predominam as situações tipicamente criminais, quando o policial está em serviço (com exceção do ano de 1993) e aquelas não criminais, quando o agente vitimado se encontra em folga. Nas próximas figuras, através de sucessivas desagregações, será possível distinguir exatamente o peso de cada uma das situações chamadas aqui de “criminais”, daquelas identificadas como “não criminais”. Por ora, vale destacar a proximidade desses percentuais (sobretudo quando se trata de policiais em serviço), ressaltando a importância relativa das situações não criminais, no conjunto de fatores que provocam a vitimização de policiais, em nossa cidade.

Embora seja importante distinguir a natureza das circunstâncias que vitimaram o policial e separar aquelas de caráter “**criminal**” (como assaltos, confronto armado, ação armada de suspeitos, guerra entre bandos, fuga de presos, ocupação criminosa, etc.) daquelas “**não - criminais**” (como acidentes no trânsito, conflitos interpessoais, conflitos domésticos, acidentes da natureza, etc.) é preciso lembrar que o universo desta pesquisa está em última instância referido ao mundo criminal, dado que todas as vitimizações aqui consideradas resultaram em um Registro de Ocorrência e expressam, portanto, ainda que potencialmente, uma relação com o código penal. Por outro lado, a distinção entre dinâmicas criminais e não criminais deve ser cercada de cautela, pois a fronteira entre um termo e outro do binômio é sempre flexível e instável. Conflitos domésticos e interpessoais, por exemplo, podem não apenas se transformar em atos criminosos, mas apresentarem-se como essencialmente criminais, conforme a magnitude e a recorrência dos atos, a intenção dos atores a definição social e jurídica dos eventos, entre outros fatores.

Mesmo quando as circunstâncias são desagregadas de forma a destacar as vitimizações por acidente no trânsito das demais, a variação no percentual de policiais vitimados em serviço e em folga não chega a ser significativa. A aparente homogeneidade desses números encobre, entretanto, diferenças importantes no que se refere às dinâmicas criminais, como mostram as tabelas abaixo:

FIGURA 11: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM SERVIÇO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO (%)

Circunstâncias	1993	1994	1995	1996*
Dinâmicas Conflituosas	32,9	14,4	14,7	21,3
Trânsito	16,4	22,1	17,1	21,3
Dinâmica Criminal	43,8	59,0	61,3	51,1
Eventos extraordinários	2,7	3,6	5,1	4,3
Indeterminadas/Ignoradas	4,1	1,0	1,8	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Os dados relativos a 1996 referem-se somente ao 1º semestre.

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

FIGURA 11.1.: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM FOLGA, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO (%)

Circunstâncias	1993	1994	1995	1996*
Dinâmicas Conflituosas	18,5	15,8	18,2	16,5
Trânsito	34,6	28,1	27,3	26,6
Dinâmica Criminal	28,4	38,0	36,4	36,7
Eventos extraordinários	4,9	4,1	8,0	3,8
Indeterminadas/Ignoradas	13,6	14,0	10,2	16,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Os dados relativos a 1996 referem-se somente ao 1º semestre.

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- As vitimizações ocorridas em "dinâmicas conflituosas" referem-se a dois processos distintos: quando em folga os policiais são partícipes dos distúrbios que os vitimam, enquanto em serviço eles são atingidos ao interferirem, como força da lei, nos conflitos, desordens e eventos difusos em andamento.
- Da mesma forma, as “dinâmicas criminais” apontam para situações diversas, sobretudo no que diz respeito aos assaltos: em serviço, o policial é morto ou ferido quando surpreendido ou é chamado a intervir em assaltos contra terceiros. Em folga ele é, normalmente, alvo dos assaltantes e está envolvido na cena, assim como outras vítimas civis.
- O exame das descrições dos eventos, nos R.O.s, permitiu observar a recorrência dos assaltos nos quais o policial, em folga, é morto por tentar reagir contra os assaltantes (mesmo quando não era o principal alvo do assalto) ou quando sua identidade de policial é descoberta pelos assaltantes. Os casos de reação a assalto representam, por exemplo, 23,8% do universo das vitimizações dos agentes em folga, ocorridas em 1994 e 26% daquelas notificadas em 1995.

Vale notar que, no conjunto dos quatro anos analisados, sem que se levem em conta as alterações de um período a outro e o fato de o policial estar em serviço ou em folga, os acidentes de trânsito, isoladamente, são os maiores responsáveis por vitimizações de policiais (24% do total dos R.O.s), seguindo-se os assaltos (18%) e as ações armadas de suspeitos (11%). Entre 1993 e 1996, os confrontos armados produziram 5% das vitimizações e os conflitos interpessoais, assim como os casos de desacato e conduta abusiva, foram causadores de 6% das ocorrências. Agregados, os fatos que reunimos sob a categoria “dinâmicas criminais” correspondem a 47% do total das ocorrências, enquanto as situações consideradas “não criminais” foram responsáveis por 47% das vitimização no período em questão. A tabela abaixo discrimina as circunstâncias agregadas, até então, sob as categorias “criminais” e “não criminais”, distinguindo os casos em que o policial estava em folga ou em serviço.

FIGURA 12: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM SERVIÇO , SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO (%)

Circunstâncias	1993	1994	1995	1996*
ACIDENTE NO TRÂNSITO	16,4	22,1	17,1	21,3
DINÂMICAS CRIMINAIS	43,9	58,9	61,4	51,1
Assalto	5,5	5,6	12,9	4,3
Confronto armado	4,1	6,7	15,7	12,8
Ação armada de suspeitos	17,8	28,2	11,1	23,4
Emboscada/Tocaia	-	-	1,4	-
Fuga de presos	-	-	2,3	-
Guerra entre bandos	-	1,0	1,4	2,1
Resistência	9,6	8,2	10,1	2,1
Perseguição	5,5	5,6	6,0	6,4
Ocupação criminosa	1,4	3,6	0,5	-
DINÂMICAS CONFLITUOSAS	32,9	14,4	14,7	21,2
Conduta abusiva/ Desacato	13,7	9,2	10,6	19,1
Conflito coletivo	6,8	2,1	1,8	-
Conflito Doméstico	1,4	1,0	0,9	2,1
Conflito interpessoal	-	2,1	0,9	-
Abuso de autoridade	11,0	-	0,5	-
EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS	2,7	3,6	4,6	4,3
SUICÍDIO	-	-	0,5	-
INDETERMINADA/IGNOR.	4,1	1,0	1,8	2,1
TOTAL (**)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

(*) Os dados relativos a 1996 referem-se somente ao 1º semestre.

(**) Em algumas colunas verifica-se uma diferença de 0,1%, positiva ou negativa, na soma total, em consequência dos ajustes acumulados.

FIGURA 12.1: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM FOLGA, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO (%)

Circunstâncias	1993	1994	1995	1996*
ACIDENTE NO TRÂNSITO	34,6	28,1	27,3	26,6
DINÂMICAS CRIMINAIS	28,4	38,1	36,2	36,7
Assalto	23,5	26,2	28,9	30,4
Confronto armado	-	0,9	-	-
Ação armada de suspeitos	1,2	3,2	0,5	6,3
Emboscada/Tocaia	3,7	6,8	4,8	-
Fuga de presos	-	-	0,5	-
Guerra entre bandos	-	0,5	-	-
Resistência	-	-	0,5	-
Perseguição	-	0,5	0,5	-
Ocupação criminosa	-	-	0,5	-
DINÂMICAS	18,5	15,9	18,2	16,5
CONFLITUOSAS				
Conduta abusiva/ Desacato	-	-	3,7	-
Conflito coletivo	-	0,5	1,1	1,3
Conflito Doméstico	6,2	5,4	2,7	2,5
Conflito interpessoal	11,1	9,5	10,2	12,7
Abuso de autoridade	1,2	0,5	0,5	-
EVENTOS EXTRAORDIN.	4,9	4,1	6,4	3,8
SUICÍDIO	0,0	0,0	1,6	-
INDETERMINADA/IGNOR.	13,6	14,0	10,2	16,5
TOTAL (**)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

(*) Os dados relativos a 1996 referem-se somente ao 1º semestre.

(**) Em algumas colunas verifica-se uma diferença de 0,1%, positiva ou negativa, na soma total, em consequência dos ajustes acumulados.

- Embora os dados de que dispomos componham uma série histórica limitada, a análise das vitimizações desagregadas segundo as circunstâncias da ocorrência aponta para o crescimento relativo dos casos de vitimização em “confronto armado”, durante o serviço (em 1995 e no primeiro semestre de 1996); o crescimento relativo dos casos de vitimização em

“assalto”, durante o serviço (no ano de 1995 - em contraste com os anos de 1993, 1994 e 1996) e durante a folga (entre 1993 e 1996), assim como dos casos de vitimização em consequência de “guerra entre bandos”. Por outro lado, pode-se observar a redução relativa das vitimizações em casos de “resistência” (no primeiro semestre de 1996); o declínio relativo das vitimizações provocadas por “abuso de autoridade”, (a partir de 1994), quando os percentuais passam de 11% para 0,5% e 0% (em 95, 96 e 97, respectivamente), e a diminuição relativa das vitimizações resultantes de “conflitos coletivos” (a partir de 1994).

- As ações armadas de suspeito, ao contrário dos confrontos armados, não envolvem dois ou mais grupos em conflito, mas representam situações nas quais os policiais acabam sendo o alvo dos ataques (predominantemente armados), mesmo que não sejam, originalmente, o objeto da agressão. Os percentuais relativos a essa circunstância, quando se trata tanto de policiais em serviço como em folga, são de tal forma oscilantes, ao longo dos quatro anos analisados, que desautorizam a formulação de qualquer hipótese explicativa. Pode-se apenas afirmar que essa modalidade de vitimização está menos diretamente associada do que os assaltos e os confrontos armados a decisões políticas dos comandos da Polícia Militar.
- Dentre as circunstâncias relativas às dinâmicas conflituosas, observa-se a predominância das vitimizações causadas por “conduta abusiva” e “desacato a autoridade”, quando o policial está em serviço, e dos casos de “conflito interpessoal”, quando se trata de policiais em folga. Já os acidentes de trânsito são responsáveis por parcela significativa da vitimização de policiais, tanto em folga quanto em serviço.
- Em 1993, 1994 e 1995 as circunstâncias relativas aos eventos extraordinários (acidentes naturais, acidentes com arma, eventos acidentais, morte natural, etc.) ocorreram com mais frequência durante a folga do policial.
- Observa-se entre 1993 e 1996 um movimento crescente dos casos de vitimização em perseguição policial.
- Chama a atenção, ainda, a prevalência, durante a folga do policial, dos casos em que as circunstâncias da vitimização são indeterminadas ou ignoradas. Esses casos chegam a ser cinco vezes mais numerosos do que os casos ocorridos durante o serviço, nos últimos três

anos da série histórica. Trata-se, em geral, de ocorrências notificadas como "encontro de cadáver" e "remoção de cadáver", com ferimentos por Projétil de Arma de Fogo (PAF) e cujas circunstâncias são descritas no Registro de Ocorrência de forma ambígua, imprecisa e muitas vezes obscura. Note-se ainda que aqueles casos em que se pode classificar as circunstâncias como "emboscada, tocaia, execução, vingança, tortura", também são mais frequentes durante a folga do policial.

- Cabe salientar também o percentual de vitimizações de policiais em serviço nas dinâmicas conflituosas, tais como “conduta abusiva” e “desacato” - situações, por princípio, menos violentas do que aquelas referentes às dinâmicas criminais. Considerando-se que essas circunstâncias envolvem, predominantemente, ações preventivas e dissuasivas, e que essas ações são dirigidas, via de regra, aos cidadãos comuns, pode-se perguntar sobre a necessidade de aprimoramento dos expedientes de treinamento e reciclagem voltados para a principal função da polícia ostensiva, que é a preservação da ordem pública.

2. Situações em que os policiais se vitimaram nos Estados Unidos.

Ainda que as diferenças na coleta e classificação dos dados norte-americanos não nos permita comparar, termo a termo, as circunstâncias em que se vitimam nossos policiais e os policiais em serviço nos Estados Unidos, vale a pena observar a relação entre as circunstâncias que resultam em agressões a policiais, classificadas pelo Departamento de Justiça daquele país.

FIGURA 13: AGRESSÕES SOFRIDAS POR AGENTES DA LEI, NOS ESTADOS UNIDOS, (REPORTADAS AO “UNIFORM CRIME REPORTING PROGRAM”), SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO - 1995¹⁸

Circunstâncias	N	%
Distúrbios da ordem (conflitos familiares, homem c/ arma, etc.)	18.709	33,0
Furtos em andamento ou perseguição a suspeitos de estarem cometendo furto	710	1,3
Roubos em andamento ou perseguição a suspeitos de estarem cometendo assalto	611	1,1
Outras tentativas de detenção	10.023	17,7
Desordem civil (desobediência coletiva, revoltas, etc.)	661	1,2
Cuidado / Transporte de presos sob custódia	6.628	11,7
Investigação de pessoas e circunstâncias suspeitas	6.063	10,7
Emboscada / Tocaia	243	0,4
Perturbação mental	773	1,4
Perseguições no tráfego	5.761	10,2
Outros	6.504	11,5
Total	56.686	100

Fonte: U.S. Department of Justice, Federal Bureau of Investigation, *Law Enforcement Officers Killed and Assaulted, 1995*, FBI Uniform Crime Reports (Washington, DC, USGPO, 1977), p.70

- Os números expostos na tabela acima expressam agressões tentadas e consumadas, o que significa que eles não indicam, necessariamente, que o policial tenha sofrido lesões.
- O item “cuidado e transporte de presos” não foi incorporado, de um lado, pela dificuldade em adequá-lo tanto ao universo das “dinâmicas criminais”, quando ao das “não criminais” e, por outro lado, por corresponder a um número irrisório de casos de vitimização de policiais militares.

➤ Agregadas, as categorias norte-americanas definidas aproximadamente como “dinâmicas criminais” (por remeterem a crimes em andamento, tais como “furtos”, “roubos”, “outras tentativas de detenção”, “investigação de suspeitos”, “emboscadas/tocais” e “perseguição no tráfego”), perfazem um total de 41.4% do total de vitimizações. Somados, os casos de “dinâmicas não criminais” (que não envolvem, em princípio, crimes em andamento, como

¹⁸ Os dados de 1995 são baseados em 8.938 agências, cobrindo aproximadamente 74% da população total.

“distúrbio da ordem”, “desordem civil”, “perturbação mental” e “outros”), concentram 47.1% do total das vitimizações.

- Quando se trata de agressões fatais, as situações tipicamente “criminais” (como “detenção”, investigação de pessoa ou circunstância suspeita”, “emboscada/tocaia” e “perseguição no tráfego”) assumem, nos anos assinalados, um papel determinante na vitimização dos policiais norte-americanos, representando 82.2% das circunstâncias responsáveis pelos homicídios notificados, conforme demonstra a figura abaixo.

FIGURA 13.1: MORTES DE AGENTES DA LEI (RELATADAS AO “UNIFORM CRIME REPORT”), OCORRIDAS NOS ESTADOS UNIDOS E TERRITÓRIOS AMERICANOS¹⁹

Circunstâncias da morte	1993		1994		1995	
	N	%	N	%	N	%
DISTÚRBIOS DA ORDEM	10	14,2	8	10,5	8	10,8
• Brigas em bares, homens com arma, etc.)	5	7,1	4	5,2	2	2,7
• Conflitos familiares	5	7,5	4	5,2	6	8,1
SITUAÇÕES DE DETENÇÃO	29	41,4	31	40,7	21	28,3
• Furtos em andamento ou perseguição a suspeitos de estarem cometendo furto	1	1,4	3	3,9	4	5,4
• Roubos em andamento ou perseguição a suspeitos de estarem cometendo assalto	10	14,2	16	21,0	7	9,4
• Questões relacionadas à drogas	3	4,2	3	3,9	4	5,4
• Outras tentativas de detenção	15	21,4	9	11,8	6	8,1
DESORDEM CIVIL (DESOBEDIÊNCIA COLETIVA, REVOLTAS, ETC)	-	-	-	-	-	-
CUIDADO /TRANSPORTE DE PRESOS SOB CUSTÓDIA	1	1,4	1	1,3	4	5,4
INVESTIGAÇÃO DE PESSOAS E CIRCUNSTÂNCIAS SUSPEITAS	15	21,4	15	19,7	17	22,9
EMBOSCADA / TOCAIA	4	5,7	6	7,8	14	18,9
• Cilada	2	2,8	0	0,0	6	8,1
• Ataque imotivado	2	2,8	6	7,8	8	10,8
PERTURBAÇÃO MENTAL	1	1,4	4	5,2	1	1,3
PERSEGUIÇÃO NO TRÁFEGO	10	14,2	11	14,4	9	12,1
TOTAL	70	100	76	100	74	100

Fonte: U.S. Department of Justice, Federal Bureau of Investigation, *Law Enforcement Officers Killed and Assaulted, 1987*, p.17; 1994, p.31, 1995, p. 31; FBI Uniform Crime Reports (Washington, DC, USGPO). Table adapted by SOURCEBOOK staff.

¹⁹ Os dados incluem agentes federais, estaduais e locais.

3. Instrumentos da vitimização.

O instrumento com o qual se realizou a vitimização ajuda, por sua vez, a consolidar o cenário das vitimizações, marcado predominantemente por ferimentos ou mortes violentas, produzidas por arma de fogo. A Figura 12 apresenta os casos de vitimização de policiais na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o instrumento empregado pelo autor da agressão.

FIGURA 14: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM SERVIÇO, SEGUNDO A SITUAÇÃO E O INSTRUMENTO DA VITIMIZAÇÃO (%)

INSTRUMENTO	1993	1994	1995	1996
S/especificação	12,0	0,5	1,3	2,1
Nenhum	1,3	0,5	1,8	-
Arma de fogo	38,7	55,2	56,8	53,2
Arma branca	-	0,5	0,9	2,1
Corpo	21,3	13,4	15,9	19,1
Carro/coletivo/veículo/etc.	17,3	23,9	18,9	21,3
Explosivos/granada/etc.	0,0	1,5	3,5	-
Paus e Pedras	5,3	3,0	0,4	2,1
Outros	4,0	1,5	0,4	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Registros de ocorrência da Polícia Civil.

FIGURA 14.1: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM FOLGA, SEGUNDO A SITUAÇÃO E O INSTRUMENTO DA VITIMIZAÇÃO (%)

INSTRUMENTO	1993	1994	1995	1996
S/especificação	1,2	1,3	2,1	3,6
Nenhum	-	0,4	0,5	1,2
Arma de fogo	51,8	56,2	53,4	57,8
Arma branca	1,2	2,2	1,0	-
Corpo	8,4	7,1	11,5	10,8
Carro/coletivo/veículo/etc.	33,7	27,9	26,7	24,1
Explosivos/granada/etc.	-	-	-	-
Paus e Pedras	1,2	2,2	1,0	1,2
Outros	2,4	2,7	3,7	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

- Note-se que, com exceção do ano de 1993, quando se verifica o mais alto percentual de registros sem informação sobre o instrumento com que o policial foi atingido, (12 %), mais de 50% das vitimizações, em todos os outros anos, foram produzidas por arma de fogo, independentemente do fato de o policial estar em serviço ou em folga. Esses números se revelam particularmente alarmantes se comparados, por exemplo, com dados relativos a toda a polícia norte-americana: nos Estados Unidos o percentual de vitimizações por arma de fogo, em 93, 94 e 95 não ultrapassou a faixa dos 5,9%, como se pode verificar na tabela abaixo, e seria ainda mais reduzido se os veículos tivessem sido incluídos no conjunto dos instrumentos analisados.

- Os veículos representam, como se pode supor com base nas tabelas anteriores, a segunda maior fonte de vitimização de policiais militares no Rio de Janeiro, sobretudo quando a vítima está em folga. A cada mil PMs, 10,1 foram vitimados no trânsito, em 1994, e 8,14 em 1995. Considerando-se a situação do policial, a taxa se distribui em 4,4 e 3,7, vitimados em cada grupo de mil policiais em serviço (em 94 e 95, respectivamente) e 5,7 e 4,4 vitimados em cada grupo de mil policiais em folga (em 94 e 95, respectivamente).

FIGURA 15: AGRESSÕES SOFRIDAS POR AGENTES DA LEI, NOS ESTADOS UNIDOS (RELATADAS AO “UNIFORM CRIME REPORTING PROGRAM”) SEGUNDO O INSTRUMENTO DA VITIMIZAÇÃO²⁰

Ano	Arma de fogo		Corpo		Faca / instrumento cortante		Outros instr. perigosos		Total N
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1993	4.002	5.9	53.848	80.4	1.574	2.3	7.551	11.2	66.975
1994	3.168	4.8	53.021	81.6	1.513	2.3	7.210	11.1	64.912
1995	2.238	3.9	46.848	82.6	1.301	2.9	6.299	11.1	56.686

Fonte: U.S. Department of Justice, Federal Bureau of Investigation

- Embora as agressões contempladas por essa tabela não tenham, necessariamente, provocado lesões no policial (o que compromete, em parte, a comparação com os dados da pesquisa no Rio de Janeiro) vale notar que o maior número de vitimizações é, naquele país, produzido com o próprio corpo do agressor (81.5% na média dos três anos). A relação indicada pela tabela acima sugere, então, um padrão de abordagem menos bélico, ou tecnicamente mais consistente, orientado por normas e procedimentos mais rigorosos no uso do recurso extremo, que é o emprego da força letal, considerando-se, principalmente, o fato de mais de 41% das vitimizações de agentes da lei, na América do Norte, estarem relacionadas ao que chamamos de “dinâmicas criminais”.

4. Autores da vitimização dos policiais.

As vitimizações de policiais, em todo o período pesquisado, foram predominantemente perpetradas por autores desconhecidos da vítima (69,5%), como mostra o quadro abaixo.

²⁰ Os dados de 1995 são baseados em 8.938 agências, cobrindo aproximadamente 74% da população total, enquanto os anos anteriores referem-se à agências que cobrem de 76% a 85% da população total.

FIGURA 16: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS, SEGUNDO A RELAÇÃO COM O AGRESSOR (1993 A 1996) (%)

Relação com o agressor	1993 a 1996
S/especificação	9,3
Ignorada	5,0
Não conhecido	69,5
Conhecido do PM vítima	8,9
A própria vítima	6,6
Outro	0,7
Total	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

Quando se focaliza a relação entre a vítima e seu(s) agressor(es), no quadro das circunstâncias da vitimização, verifica-se, da mesma forma, a prevalência de agressores desconhecidos (69,5%), quando se trata de acidentes no trânsito, dinâmicas conflituosas e dinâmicas criminais. As exceções, nesse caso, são as vitimizações de policiais em folga, nas dinâmicas conflituosas que englobam confrontos interpessoais e domésticos vividos, por suposto, entre pessoas que se conhecem.

FIGURA 16.1: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM SERVIÇO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS E A RELAÇÃO COM O AGRESSOR (1993 A 1996) (%)

Relação com o agressor	Dinâmicas Conflituosas	Trânsito	Dinâmicas Criminais	Eventos Extraordin.	Indetermin. /Ignorada
S/especificação	2,8	11,4	2,2	19,0	60,0
Ignorada	-	-	2,5	-	10,0
Não conhecido	89,7	63,8	93	14,3	30,0
Conhecido do PM vítima	4,7	14,3	1,3	4,8	-
A própria vítima	2,8	9,5	0,3	61,9	-
Outro	-	1,0	0,6	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

FIGURA 16.2: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM FOLGA, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS E A RELAÇÃO COM O AGRESSOR (1993 A 1996) (%)

Relação com o agressor	Dinâmicas Conflituosas	Trânsito	Dinâmicas Criminais	Eventos Extraordin.	Indetermin. /ignorada
S/especificação	6,5	5,9	9,5	22,2	43,4
Ignorada	4,8	1,2	7,6	3,7	31,6
Não conhecido	26,6	69,0	82,0	33,3	21,1
Conhecido do PM vítima	50,8	6,5	0,9	3,7	2,6
A própria vítima	8,1	17,0	-	37,0	1,3
Outro	3,2	0,6	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

➤ Note-se que as vitimizações experimentadas sob as circunstâncias que chamamos de “eventos extraordinários”, sobretudo aquelas ocorridas durante o serviço do policial (61,9%), são predominantemente perpetradas pela própria vítima. Cabe mencionar, ainda, que 36% das vitimizações provocadas por desconhecidos, envolviam dinâmicas criminais e atingiram policiais em serviço. Em 21,3% dos casos em que o agressor era desconhecido, a ocorrência vitimou policiais em folga, envolvidos em dinâmicas criminais. Dentre as vitimizações produzidas por pessoas conhecidas do policial, 60,6% referem-se a agentes em folga envolvidos em dinâmicas conflituosas, 25,4% a acidentes de trânsito (14,4% dos quais quando o policial estava em serviço e 11% quando em folga). 51% dos casos em que o próprio policial é responsável por sua vitimização, referem-se a acidentes no trânsito e 30% a eventos extraordinários (como acidentes com a própria arma, acidentes da natureza, etc.)

Um outro aspecto importante a destacar, na configuração do cenário das vitimizações de policiais, no Rio de Janeiro, dada a prevalência da arma de fogo como instrumento da vitimização, é a autoria dos disparos: verifica-se um aumento acentuado dos confrontos armados, no ano de 1996, já que, como indica a tabela 13.1, abaixo, os tiros foram disparados, predominantemente, entre mais de um suspeito e mais de um policial.

FIGURA 17: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS, EM SERVIÇO, POR ARMA DE FOGO, SEGUNDO A AUTORIA DOS DISPAROS (%)

Autoria	1993	1994	1995	1996 (*)
S/especificação	7,1	0,9	2,4	-
Somente outros policiais	-	-	3,1	-
Somente o suspeito/autor	39,3	63,6	70,9	20,0
Somente o policial-vítima	3,6	5,5	5,5	8,0
Suspeito e policial-vítima	14,3	11,8	5,5	8,0
Suspeito e outros policiais	3,6	1,8	1,6	4,0
Suspeito, policial-vítima e outros policiais	32,1	16,4	11,0	60,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Os dados de 1996 reportam-se somente ao 1º semestre.

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Note-se que as situações que envolveram trocas de tiros (entre um ou mais policiais e um ou mais suspeitos) corresponderam, somadas, a 50,0% dos casos em 1993; a 30,0% dos casos, em 1994; a 18,1% em 1995 e a 72,0% dos casos em 1996.
- Os casos em que somente o policial-vítima efetuou os disparos referem-se, via de regra, a acidentes com a própria arma, os quais não ultrapassaram 8,0% do total das ocorrências em 1996.

5. Partes do corpo atingidas.

Quando se consideram exclusivamente os casos de vitimização por arma de fogo, verifica-se o seguinte cenário:

FIGURA 18: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS POR ARMA DE FOGO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DA VÍTIMA E A PARTE DO CORPO ATINGIDA (%)

Parte do Corpo *	1993	1994	1995	1996
Cabeça	19,6	16,3	14,6	23,8
Tronco	25,5	23,5	27,7	35,7
Membros superiores	15,7	27,5	24,6	14,3
Membros inferiores	39,2	32,7	33,1	26,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

(*) Nesta tabela foram considerados apenas os casos em que os registros de ocorrência informam a parte do corpo atingida, os quais correspondem a apenas 58% do total dos casos de vitimização por arma de fogo.

- Embora os Registros de Ocorrência raramente façam menção à gravidade das lesões sofridas pelos policiais e, mesmo que não se possa simplesmente deduzi-las das partes do corpo atingidas, é interessante notar a predominância dos membros inferiores e superiores no conjunto das partes assinaladas, ao contrário do que foi constatado na pesquisa de vitimizações de civis, no Rio de Janeiro, (Cano, 1997), segundo a qual as vítimas dos disparos efetuados por policiais, foram atingidas, majoritariamente, na cabeça e no tórax. Note-se que, com exceção do ano de 1996, quando aumentou, proporcionalmente, a quantidade de ferimentos na cabeça e no tronco, reduzindo-se as lesões nos braços e pernas, mais da metade das vitimizações por arma de fogo (55% em 93; 60% em 94; 58% em 95) atingiram exclusivamente os membros, superiores ou inferiores, dos policiais militares.

6. O local da vitimização.

No que concerne ao local em que foi efetuada a ação que vitimou os policiais, as vias públicas, presumivelmente, representaram, como se pode constatar pela tabela a seguir, o espaço de maior incidência dos casos de vitimização.

FIGURA 19: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS , SEGUNDO O LOCAL DA VITIMIZAÇÃO (1993 A 1996) (%)

Local	1993 a 1996
S/especificação	1,6
Residência	3,5
Vizinhança	4,6
Bairro	6,3
Via pública	72,7
Bares e similares	2,1
Clubes e estádios	0,5
Inst. Públicas	0,5
Inst. Pol. e seg.	2,8
Inst. Com. E Fin.	3,3
Inst. Cívica e rel.	0,2
Outros	1,9
Total	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Nessa tabela a distinção entre vizinhança, bairro e via pública têm apenas o sentido de destacar o mundo privado, doméstico, pessoalizado, da esfera pública, impessoal. Na verdade, os fatos ocorridos no bairro ou na vizinhança tiveram lugar, também, em vias públicas. Somados, portanto, os três itens (via pública, bairro e vizinhança) o conjunto de ocorrências na rua passa a representar 83.6% do total das vitimizações.

Quando associamos o local da vitimização às circunstâncias e à situação do policial (em serviço ou em folga) observamos as seguintes distribuições, apontadas nas tabelas abaixo:

FIGURA 19.1: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM SERVIÇO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS, A SITUAÇÃO E O LOCAL DA VITIMIZAÇÃO (1993 A 1996) (%)

	Dinâmicas conflituosas	Trânsito	Dinâmicas criminais	Eventos extraordinários	Indeterminado ignorado
Local					
S/especificação	2,0	-	0,9	-	10,0
Residência	1,0	-	0,9	-	-
Vizinhança	-	-	-	-	-
Bairro	-	-	-	-	-
Via pública	70,7	98,1	86,4	73,9	70,0
Bares e similares	4,0	-	0,9	-	-
Clubes e estádios	1,0	-	0,3	-	-
Inst. Públicas	6,1	-	-	-	-
Inst. Policiais e seg.	11,1	-	3,8	26,1	20,0
Inst. Comerciais E Fin.	-	-	6,3	-	-
Inst. Cíveis e religiosas	-	-	-	-	-
Outros	4,0	1,9	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

FIGURA 19.2: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM FOLGA, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS, A SITUAÇÃO E O LOCAL DA VITIMIZAÇÃO (1993 A 1996) (%)

	Dinâmicas conflituosas	Trânsito	Dinâmicas criminais	Eventos extraordinários	Indeterminado Ignorado
Local					
S/especificação	0,7	-	1,5	-	9,7
Residência	19,4	-	1,2	22,0	2,2
Vizinhança	14,2	3,3	7,3	12,2	9,7
Bairro	14,9	8,8	10,4	14,6	10,8
Via pública	29,9	87,9	68,7	39,0	58,1
Bares e similares	7,5	-	1,9	2,4	3,2
Clubes e estádios	3,0	-	-	-	-
Inst. Públicas	-	-	-	-	-
Inst. Policiais e seg.	2,2	-	-	-	1,1
Inst. Comerciais E Fin.	3,0	-	5,0	4,9	3,2
Inst. Cíveis e religiosas	-	-	0,8	2,4	-
Outros	5,2	-	3,1	2,4	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Dado que a maior parte dos policiais vitimados em serviço encontrava-se desempenhando atividades de policiamento ostensivo e a maioria dos policiais em folga foi atingida predominantemente em acidentes de trânsito e em assaltos, não surpreende o fato de 72,7% das vitimizações terem ocorrido em vias públicas (longe do lugar de moradia). É compreensível, por outro lado, que "dinâmicas conflituosas" (conflitos interpessoais, conduta abusiva, conflitos domésticos, etc.) e os "eventos extraordinários" (acidentes da natureza, eventos acidentais, acidentes com arma de fogo, etc.) envolvendo policiais em folga, tenham ocorrido, em 14,4% dos casos, nos espaços que englobam o mundo doméstico, como o bairro, a vizinhança e a própria residência.

7. Vitimização de civis no contexto da vitimização policial

Não se pode esquecer que uma parte das ocorrências de policiais vitimados envolveu, também, a morte ou o ferimento de civis. Entre 1993 e 1996 (1º semestre) 13,3% dos R.Os informavam a existência de vítimas civis no cenário da vitimização do policial; 62,7% notificavam apenas a existência de vítimas policiais e 23,9% não faziam menção à vitimização civil, embora a maior parte desses registros, que classificamos como "casos sem especificação", se reportasse a situações como confronto armado, guerra entre bandos, ação armada de suspeitos, etc., em que, tipicamente, produzem-se externalidades de ambos os lados. A presença de vítimas civis é mais marcante, contudo, nos casos em que o policial está fora de serviço, como mostra a figura 20.

FIGURA 20: POLICIAIS MILITARES E CIVIS (NÃO POLICIAIS) VITIMADOS NA MESMA OCORRÊNCIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1993 A 1996) (%)

Situação dos policiais	Sim	Não	S/especificação
Em serviço	39,9	45,1	43,7
Fora de serviço	53,0	47,9	23,4
Inativo	1,8	1,8	0,6
S/especificação	5,2	5,1	32,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

Quando consideradas as circunstâncias nas quais os civis foram vitimados, juntamente com os policiais, percebe-se que as dinâmicas criminais estão sobre-representadas, como mostra a figura 20.1.

FIGURA 20.1: POLICIAIS MILITARES EM SERVIÇO E CIVIS VITIMADOS NA MESMA OCORRÊNCIA, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO (1993 A 1996) (%)

Circunstâncias	Sim	Não	S/especificação	Total
Dinâmicas Conflituosas	22,9	16,3	15,1	17,7
Trânsito	13,0	23,3	6,8	18,6
Dinâmicas criminais	61,8	52,2	76,7	57,8
• Intervenção em assalto	21,0	12,8	14,3	15,2
• Confronto armado	21,0	11,2	39,3	18,7
• Ação armada de suspeitos	13,6	45,3	25,0	33,5
• Emboscada/tocaia, execução,	-	1,7	-	0,9
• Fuga de presos	-	2,2	1,8	1,6
• Guerra entre bandos	6,2	-	1,8	1,9
• Resistência	28,4	12,3	7,1	15,5
• Perseguição	8,6	11,2	7,1	9,8
• Ocupação criminosa	1,2	3,4	3,6	2,8
Eventos extraordinários	1,5	5,8	-	4,0
Ignorada/indeterminada	0,8	2,3	1,4	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	23,9	62,7	13,3	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- As dinâmicas criminais correspondem a 61,8% das circunstâncias que vitimaram policiais e civis, embora representem menos de 60% do conjunto das circunstâncias em que ocorreram as vitimizações. Do universo de eventos criminais, destacam-se os casos de interações presumivelmente violentas como "resistência à prisão" (28,4%), "intervenção em assaltos" (21,0%) e "confronto armado" (21,0%). Por outro lado, 22,9% dos casos que envolviam vítimas civis reportaram-se à dinâmicas conflituosas e 13,0% consistiram em vitimizações derivadas de acidentes de trânsito.
- Os episódios relacionados tanto a "ação armada de suspeitos" quanto a "perseguição" são responsáveis, respectivamente, por 13,6% e 8,6% do conjunto das circunstâncias criminais que produziram vítimas civis e policiais simultaneamente. Entretanto, grande parte dos registros que não fornecem informações sobre a presença ou ausência de vítimas civis é composta, exatamente, pelos registros referentes aos casos de "confronto armado" (39,3% das dinâmicas criminais).

Quando se examina a quantidade de vítimas civis e policiais, em cada ocorrência, verifica-se que a maior parte dos casos (70%) não inclui vítimas civis. A tabela 20.2., a seguir, revela ainda que 14,9% dos casos envolvem mais de um agente e nenhum civil e 55,1%, apenas uma vítima policial e nenhuma vítima civil.

FIGURA 20. 2: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS, SEGUNDO A PRESENÇA DE OUTRAS VÍTIMAS NA MESMA OCORRÊNCIA (1993 A 1996) (%)

	Mais de um policial e civis	Um policial e civis	Mais de um policial	Só um policial	TOTAL
Em serviço	68,5	28,2	68,5	38,9	43,5
Fora de serviço	23,9	65,0	25,9	53,8	49,5
Inativo	2,2	1,7	-	2,3	1,8
S/especificação	5,4	5,1	5,6	5,0	5,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	8,5	21,5	14,9	55,1	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

Foram expurgadas, desta tabela, os casos em que não havia especificação sobre a presença de mais de um civil ou policial na mesma ocorrência.

- Na maior parte dos casos em que houve mais de uma vítima policial na mesma ocorrência (parcela que representou 23,4% do conjunto dos casos), as vítimas estavam em serviço (68,5% das vitimizações que envolviam mais de um policial e civis e 68,5% das vitimizações envolvendo mais de um policial e nenhum civil). Esses números se explicam pelo fato de o policiamento ostensivo se fazer, normalmente, em equipes ou duplas. Como se pode esperar, por outro lado, a maioria das vitimizações experimentadas por apenas um policial (conjunto que representou 76,6% do total de casos) ocorreu quando a vítima estava fora de serviço, embora não seja desprezível o montante de vitimizações de policiais em folga, envolvendo mais de um agente (23,9% dos casos em que há também civis vitimados e 25,9% dos casos em que nenhum civil foi atingido).

Quando, finalmente, se investiga a relação entre os riscos de vitimização e a eficácia do trabalho policial, percebe-se, claramente, que a vitimização de policiais, assim como a de civis, não traduz, absolutamente, uma ação eficaz, se utilizarmos como um dos critérios para avaliar a eficácia, por exemplo, o número de prisões efetuadas.

FIGURA 20.3: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM SERVIÇO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO, A PRESENÇA DE OUTRAS VÍTIMAS E A PRISÃO DO SUSPEITO (%)

Circunstâncias	Com vítimas civis e		Com vítimas civis e		Sem vítimas civis e		Sem vítimas civis e	
	com outros policiais		sem outros policiais		com outros policiais		sem outros policiais	
	c/ prisão	s/ prisão	c/ prisão	s/ prisão	c/ prisão	s/ prisão	c/ prisão	s/ prisão
Dinâmicas Conflituosas	22,2	22,7	25,0	20,0	40,0	3,1	58,7	9,0
Trânsito	-	22,7	-	15,0	13,3	36,5	-	23,7
Dinâmica criminal	77,8	50,0	70,0	65,0	46,7	58,3	39,1	53,1
Eventos extraordinários	-	4,5	5,0	-	-	2,1	-	10,2
Ignorada/indeterminada	-	-	-	-	-	-	2,2	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

Circunstâncias	c/ vítimas civis e outros policiais		c/ vítimas civis s/ outros policiais		s/ vítimas civis c/ outros policiais		s/ vítimas civis s/ outros policiais		TOTAL
	c/ prisão	s/ prisão	c/ prisão	s/ prisão	c/ prisão	s/ prisão	c/ prisão	s/ prisão	
Dinâmicas Conflituosas	5,1	12,7	6,3	10,1	7,6	3,8	34,2	20,3	100,0
Trânsito	-	10,5	-	6,3	2,1	36,8	-	44,2	100,0
Dinâmica criminal	5,6	8,8	5,6	10,4	2,8	22,3	7,2	37,5	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- As ocorrências que resultaram em prisão, segundo a tabela acima, são bastante raras e não chegam a atingir a faixa dos 11%, quaisquer que sejam as circunstâncias do fato, o tipo de vítima (civil ou policial) e o número dos policiais atingidos. A única exceção refere-se aos 34,2% de casos de dinâmicas conflituosas, em que apenas um policial foi vitimado. Esses casos representam 21,7% do universo de ocorrências que resultaram em prisão e 6% do total de vitimizações. Dito de outro modo, 58,7% das ocorrências que geraram prisão e somente um policial vitimado dizem respeito às dinâmicas conflituosas.

7. As testemunhas

Em 52,1% das ocorrências não foram arroladas testemunhas civis e tampouco policiais o que constitui aspecto relevante, quando se pensa nas condições em que é feita a investigação pela Polícia Civil e quando se quer conhecer a disposição da população em colaborar com o trabalho policial. Os casos sem testemunhas representam 41,6% das vitimizações em serviço; 59,2% das vitimizações ocorridas fora de serviço e 42,9% das vitimizações dos policiais inativos. A tabela 21 abaixo destaca a presença de testemunhas na cena da vitimização, segundo a situação do policial.

FIGURA 21: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO A SITUAÇÃO E A PRESENÇA DE TESTEMUNHAS NA OCORRÊNCIA (1993 a 1996) (%)

Situação	só testemunhas civis	Só testemunhas policiais	Testemunhas civis e policiais	Sem testemunhas	Total
Em serviço	23,9	77,4	62,2	34,8	43,6
Fora de serviço	67,6	15,8	30,0	52,2	46,0
Inativo	3,2	0,8	2,2	1,4	1,7
S/especificação	5,3	6,0	5,6	11,6	8,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	19,6	21,1	7,2	52,1	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- A maior parte dos casos em que foram formalizadas testemunhas policiais (77,4%) ou testemunhas civis juntamente com as policiais (62,2%), refere-se a vítimas policiais em serviço. Aqueles que envolvem somente testemunhas civis estão associados, em sua maioria (67,6%), a policiais vitimados em folga. Esses resultados, bastante previsíveis, refletem as seguintes situações: quando o policial está em serviço, as testemunhas são, freqüentemente, os colegas com quem ele compartilhava o trabalho, na mesma guarnição. Fora de serviço, o policial, mais raramente identificado como tal, tem menos chances de estar na companhia de um colega e, além disso, sua vitimização ocorre em situações comuns a outros civis, como assaltos em ônibus, acidentes de automóvel, conflitos interpessoais, etc. Ele está, portanto, como um civil em meio a outros civis, o que produz mais identificação e menos temor ou distanciamento, por parte das potenciais testemunhas.

Quando se focalizam as circunstâncias associadas à presença de testemunhas, obtêm-se as seguintes proporções, apontadas na tabela 21.1.:

FIGURA 21.1 - POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM SERVIÇO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS E A PRESENÇA DE TESTEMUNHAS (1993 A 1996) (%)

Circunstâncias	C/ testemunhas	S/ testemunhas	TOTAL
Dinâmicas Conflituosas	71,1	28,9	100,0
Trânsito	39,2	60,8	100,0
Din. Criminal	64,2	35,8	100,0
Eventos Extraordinários	18,2	81,8	100,0
Indeterminadas/ignoradas	40,0	60,0	100,0
Total	58,5	41,5	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- O volume de testemunhas nos casos envolvendo dinâmicas criminais (64,2%) reflete a predominância de policiais no conjunto das testemunhas arroladas nos R.Os, dado que eles aparecem em mais da metade do conjunto dos documentos que mencionam a presença de testemunhas. As situações “indeterminada / ignorada” referem-se, via de regra, a mortes suspeitas e encontros de cadáver. As testemunhas destes casos são, muitas vezes, os policiais (freqüentemente também "comunicantes" da Ocorrência) que encontraram o corpo ou foram chamados para registrar o encontro.

8. Atendimento recebido pelas vítimas

Observemos, agora, o atendimento recebido pelas vítimas: por motivos semelhantes aos que se associam ao tipo de testemunha, a maior parte dos policiais em serviço foi socorrida pelos colegas com quem trabalhava e, em menor escala, por policiais chamados posteriormente ao local da vitimização.

FIGURA 22: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO A SITUAÇÃO E O TIPO DE SOCORRO RECEBIDO (1993 A 1996) (%)

Quem socorreu	Em serviço	Folga	Total
S/especificação	28,6	31,1	29,9
Não houve socorro	4,0	2,8	3,4
Policiais envolvidos no contexto	42,3	2,9	22,1
Outros policiais chamados depois	21,0	38,1	29,8
Civis	3,5	21,5	12,7
A própria vítima	5,1	7,8	6,5
Total	100,0	100,0	100,0
	48,7	51,3	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Quando em folga, o policial contou, predominantemente, com o auxílio de civis ou de policiais chamados ao local. É de se esperar que os civis tenham menor participação no socorro de policiais em serviço, já que as vítimas estão, normalmente, acompanhadas por seus colegas, que dispõem, por definição, dos recursos básicos para o auxílio imediato, como noções de primeiros socorros, rádio, sirene, etc. Dentre as vítimas socorridas, 41,2% dos policiais em serviço chegaram vivos ao hospital e 26,5% chegaram mortos, enquanto em folga, 32,6% dos agentes chegaram vivos ao hospital e 18,6% chegaram mortos. Os casos em que não houve socorro referem-se, de um modo geral, a encontros de cadáver.



Parte 4

Mapas de Risco e Principais resultados sobre a vitimização de policiais militares

Nessa parte, serão focalizadas as ações que o policial desempenhava no momento em que foi atingido e os números comparados, por batalhão, das vitimizações civis e policiais. Ao final desta parte encontram-se os mapas de risco, nos quais as vitimizações estão distribuídas por OPMs, nos anos de 1993, 1994, 1995 e 1996, respectivamente.

1. Tipo de policiamento realizado no momento da vitimização

FIGURA 23: POLICIAIS MILITARES VITIMADOS EM SERVIÇO SEGUNDO O TIPO DE POLICIAMENTO E AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO (1993 A 1996) (%)

Tipo de policiamento	Total	Dinâmica Conflitiva	Trânsito	Dinâmica criminal	Total
Policimento Geral	55,3	18,3	20,6	61,1	100,0
Patrulha a pé	3,1	33,3	-	66,7	100,0
Patrulha motorizada/rotina	41,4	10,8	22,6	66,7	100,0
Patrulhamento de trânsito	6,9	43,3	30,0	26,7	100,0
Cabina	3,9	47,1	-	52,9	100,0
Policimento dirigido	29,2	14,4	14,4	71,2	100,0
Operação especial	12,0	12,5	1,8	85,7	100,0
Radiopatrulha/atendimento	13,1	14,3	19,0	66,7	100,0
Choque	2,0	20,0	60,0	20,0	100,0
Auxílio a policial	2,0	20,0	10,0	70,0	100,0
Investigação e diligência	2,9	15,4	7,7	76,9	100,0
Investigação/P2	1,2	-	20,0	80,0	100,0
Diligência/Cump. De mandato	1,6	25,0	-	75,0	100,0
Outros	12,7	35,5	8,9	55,4	100,0
Sentinela/plantão	10,4	41,3	-	58,7	100,0
Outros (blitzen, etc.)	2,2	10,0	50,0	40,0	100,0
	100,0				

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

(*) Nesta tabela foram excluídos os casos de vitimização cujas circunstâncias foram classificadas como "eventos extraordinários".

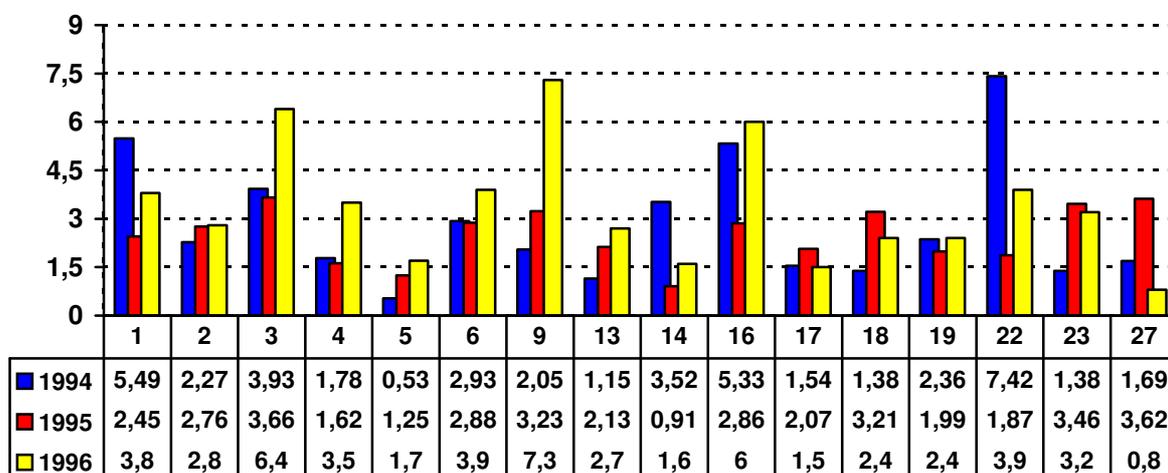
- Com exceção dos casos de policiamento geral, em que parecem aumentar as chances de o policial vitimar-se no trânsito, não há diferenças significativas, associadas à circunstância da vitimização, se o agente está realizando policiamento dirigido ou investigação/diligência: em cerca de 70% dos casos, a ocorrência envolveu dinâmicas criminais, tanto em um como em outro caso.
- Como era de se esperar, em 55,3% das vitimizações ocorridas durante o serviço, o policial encontrava-se realizando atividades convencionais de policiamento ostensivo geral, particularmente o patrulhamento motorizado (41,4%) que absorve a maior parte dos recursos humanos alocados nas atividades-fim.
- Constata-se que as circunstâncias relativas a dinâmicas conflituosas apresentaram uma significativa importância nas situações de vitimização em que o policial estava empenhado em atividades de policiamento pedestre, como é o caso da patrulha a pé (33,3%), do patrulhamento de trânsito (43,3%) e do patrulhamento de cabina (47,1%).
- As "operações especiais" e os "atendimentos emergenciais", que envolvem, supostamente, maior potencial de risco foram, respectivamente, responsáveis por 12,0% e 13,1% das vitimizações durante o serviço.

2. Distribuição das vitimizações policiais por batalhão

A figura 24 apresenta as taxas de vitimização em serviço apuradas em cada batalhão do Comando de Policiamento da Capital (CPC), no período que vai de 1994 a 1996. O cálculo da taxa considerou o efetivo total existente em cada ano e a parcela desse efetivo aplicada, anualmente, nas atividades-fim das unidades operacionais contempladas.²¹

²¹ Uma vez que os efetivos das OPMs são inferiores a 1.000, adotou-se para essas unidades o índice de 100 policiais militares.

FIGURA 24: TAXA DE VITIMIZAÇÃO EM SERVIÇO POR 100 POLICIAIS MILITARES, SEGUNDO EFETIVO LOTADO NAS ATIVIDADES-FIM DOS BATALHÕES, RIO DE JANEIRO - 1994 A 1996.



Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil relativos aos anos de 1994 e 1995.
Estatísticas do Estado Maior-PM/1-PMERJ relativas ao ano de 1996.

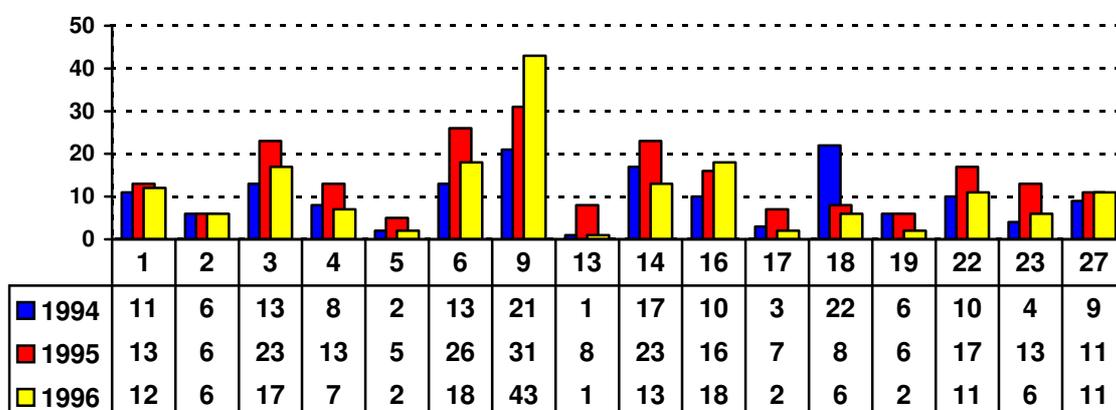
- No período de 1994 a 1996, os batalhões que apresentaram as maiores taxas de vitimização de policiais em serviço foram: o 16º BPM - Olaria (4,73/100PMs); o 3º BPM - Méier (4,66/100PMs); o 22º BPM - Benfica (4,4/100PMs); o 9º BPM - Rocha Miranda (4,2/100 PMs) e o 1º BPM - Estácio (3,9/100PMs). Com exceção deste último, os demais BPMs são contíguos e, juntos, cobrem uma parte significativa da Zona Norte, circunscrevendo um total de 78 bairros da cidade.²²
- Observe que o 2º BPM/Botafogo, o 3º BPM/Méier, o 4º BPM/São Cristóvão, o 5º BPM/Harmonia, o 6º BPM/Tijuca, o 9º BPM/Rocha Miranda e o 13º BPM/Centro experimentaram um crescimento das taxas de vitimização em serviço no triênio 94/96.

²² Ver no anexo V as áreas de competência de cada batalhão do CPC (Comando de Policiamento da Capital).

3. Distribuição, por batalhão, das vitimizações de civis perpetradas por policiais militares

A figura 25 dispõe a quantidade de vítimas civis mencionadas nas ocorrências notificadas como "auto de resistência", segundo os batalhões dos policiais militares envolvidos.

FIGURA 25: NÚMERO DE VÍTIMAS CIVIS POR BATALHÃO DOS POLICIAIS MILITARES ENVOLVIDOS, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 1994 A 1996



Fonte: Ignácio Cano, *Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: ISER, 1997).

(*) O ano de 1996 corresponde apenas ao 1º semestre.

(**) Foram excluídos 48 registros de ocorrência com vítimas civis que envolviam policiais militares de diferentes batalhões.

É preciso ressaltar que, ainda que os dois gráficos se refiram à ação do policial em serviço, as situações que resultaram em vitimizações de civis, perpetradas por policiais militares, não correspondem integralmente àquelas que ocasionaram as vitimizações de PMs durante o serviço. No que se refere aos civis, foram computados apenas os "autos de resistência", enquanto o conjunto das vitimizações policiais engloba, além destes, toda sorte de ocorrências criminais e não criminais (como acidentes de trânsito, conflitos interpessoais, acidentes, etc.). Ainda assim, são, via de regra, as mesmas OPMs as responsáveis pelas taxas mais elevadas de vitimização tanto civil quanto policial.

- Os batalhões que apresentaram, no período de 1994 a 1996, os números mais elevados de vitimização de civis foram: o 9º BPM/Rocha Miranda (95 vítimas); o 6º BPM/Tijuca (57 vítimas); o 3º BPM/Méier (53 vítimas); o 14º BPM/Bangu (53 vítimas) e o 16º BPM/Olaria (44 vítimas). Excetuando os 6º e o 14º BPMs, as demais OPMs também registraram taxas elevadas de vitimização de policiais em serviço conforme demonstra a figura 25.
- Além de ter registrado os mais altos índices de vitimização civil e policial, no triênio 94/95/96, o 9º BPM apresentou, neste período, taxas ascendentes de vitimização.

Eis, portanto, os batalhões que apresentaram as piores taxas de vitimização civil e policial, simultaneamente: 1º BPM/ Estácio; o 3º BPM/Méier; o 6º BPM/ Tijuca; o 9º BPM/Rocha Miranda; o 14º BPM/Bangu; o 16º BPM/Olaria e o 22º BPM/Benfica.

Cabe aqui, retomar, finalmente, o ponto central desta pesquisa: os elevados patamares de vitimização de policiais e de civis, observados no Rio de Janeiro²³ e, particularmente, nos batalhões apontados acima, podem estar indicando certamente problemas estruturais da organização, como doutrina, formas de emprego da força, técnicas de abordagem, entre outros. Esses problemas restringiriam a capacidade da polícia de fazer pleno uso de sua competência, isto é, de buscar o máximo de eficácia, reduzindo, pelo emprego qualificado da força comedida ou proporcional, as oportunidades de risco para todos os atores (policiais e civis) envolvidos numa dada circunstância.

4. Sumário dos dados.

Eis, em resumo, os aspectos que se destacam, na análise da vitimização dos Policiais Militares:

1. As taxas de vitimização de policiais militares, na cidade do Rio de Janeiro, são muito elevadas, sobretudo se comparadas às taxas internacionais, mesmo quando se consideram as

²³ Dos 5000 casos de homicídios dolosos estimados para o ano de 1995, 9,8% foram produzidos pelas organizações policiais no Rio de Janeiro (Cano, 1995:7).

idades que apresentam altos índices de criminalidade violenta. Nos anos de 1994, 1995, 1996 e 1997, as taxas de vitimização (mortos e feridos) foram, respectivamente, 380/ 10 mil PMs, 351/ 10 mil PMs, 502 / 10 mil PMs e 406/ 10 mil PMs.

- Nos anos em que a taxa nacional de mortalidade violenta de policiais ainda não havia conhecido seu maior declínio, nos Estados Unidos, os índices mais elevados de letalidade policial em serviço situavam-se na faixa de 6 /10 mil agentes, em Detroit; 3 /10 mil, na Philadelphia; 2,8/10mil, em Los Angeles; 4,4/10 mil, em Huston e 0,8/10 mil em Chicago e Nova York. Diante dessa média, as taxas alcançadas no Rio de Janeiro, em 1994, 95, 96 e 97, respectivamente 12/10 mil, 13/10mil, 22/10 mil e 16/10 mil policiais mortos em serviço, revelam-se particularmente dramáticas.
 - A taxa de 22 policiais mortos em serviço para cada 10 mil PMs atuantes na cidade do Rio de Janeiro, em 1996, foi 27 vezes superior à de New York e 8 vezes superior à de Los Angeles no ano de 1986.
2. Os policiais estão, de uma forma geral, expostos diferenciadamente aos riscos de vitimização. Entretanto,
- no período pesquisado observou-se, na cidade do Rio de Janeiro, percentuais elevados de vitimização de PMs em serviço os quais corresponderam, em média, a 48% do conjunto das vitimizações.
 - Em 1995, na cidade do Rio, houve um significativo aumento das vitimizações de policiais em serviço. No caso específico das lesões corporais, produziu-se uma inversão da razão serviço/folga: os policiais militares, durante os anos de 95,96 e 97 passaram a se ferir predominantemente durante o serviço.
3. Nos últimos 14 anos, a taxa global de vitimização de PMs, em todo o estado, tem variado em torno de 2,6 % do efetivo existente. Quando, entretanto, se focaliza a vitimização de policiais militares em serviço nos últimos cinco governos, nota-se uma oscilação acentuada: na gestão Marcello Alencar, as taxas de vitimização de policiais em serviço

foram 2 vezes superiores às do período Chagas Freitas; 4 vezes maiores que as do primeiro governo Brizola; 3,5 vezes superiores às do governo Moreira Franco e 7,5 vezes maiores que as do segundo governo Brizola.

4. Os índices de vitimização da PMERJ são significativamente superiores aos da população masculina da cidade do Rio, sobretudo quando se trata de homicídios dolosos, que chegam a ser três vezes mais frequentes entre os policiais, e das lesões corporais dolosas, cuja taxa, entre os PMs, chegou a ser 9,8 vezes maior que a da população masculina em 1995. Entretanto, as taxas de vitimização dos policiais em serviço são inferiores às da população masculina e inferiores, também, às dos próprios policiais em folga, exceto nos casos de lesão corporal dolosa. A vitimização não letal de agentes em serviço foi, nos anos pesquisados, duas vezes maior que a dos PMs em folga e quatro vezes maior que a da população masculina.
5. No biênio 93/94 e no ano de 1996 deu-se um aumento do peso relativo das mortes no conjunto das vitimizações de PMs tanto em serviço quanto em folga na cidade do Rio de Janeiro. Os percentuais mais elevados de mortes ocorreram nos anos de 1994 e 1996, que registraram 17,4% e 18,8% de episódios com mortes, respectivamente.
6. As taxas de letalidade de policiais (relação mortos/feridos), em 1995 e 1996, evidenciaram um agravamento do risco durante o serviço, passando de 1 morto / 13,46 PMs feridos para 1 morto / 9,68 PMs feridos. Entre 1996 e 1997 houve uma discreta redução da letalidade durante o serviço, expressa na relação 1 morto / 11,23 PMs feridos. Em folga, a taxa de letalidade chega a ser 4 vezes maior do que em serviço, como em 1994 (1 morto/2,71 PMs feridos) e 1997 (1 morto/3,72 PMs feridos).
7. Tanto em serviço quanto em folga, a maioria dos policiais vitimados (94,4%) integrava as patentes mais baixas, que compõem o círculo das praças.
8. As mulheres experimentam menos de 2% do total das vitimizações.

9. Entre 1995 e 1997, o aumento do efetivo no estado foi acompanhado de uma elevação da "potencialidade de cobertura" da PMERJ, relativamente ao ano de 1994, o que significa uma redução, nesse período, do número de pessoas a serem atendidas, virtualmente, por cada policial. Na cidade do Rio de Janeiro a potencialidade de cobertura permaneceu basicamente inalterada, mas verificou-se uma ampliação da capacidade operacional de pronto emprego da PM, que se traduz em um aumento de 16%, no número de policiais envolvidos em atividades-fim, se comparados os anos de 1994 e 1997.
10. Quando se consideram os efetivos da PM, Polícia Civil e Guarda Municipal, a razão de agentes da lei por habitante, na cidade do Rio de Janeiro (1/269 hab.), está muito próximo daquela relativa à Chicago (1/244hab.) no ano de 1994 e corresponde, aproximadamente, ao dobro do índice da cidade de Quebec (1/540 hab.).
11. Os acidentes de trânsito, isoladamente, foram os maiores responsáveis pelo total das vitimizações de policiais em serviço e em folga (24% do total dos R.O.s), seguindo-se os assaltos (18%) e as ações armadas de suspeitos (11%). Entre 1993 e 1996, os confrontos armados produziram 5% das vitimizações e os conflitos interpessoais, assim como os casos de desacato e conduta abusiva, foram causadores de 6% das ocorrências.
12. A análise das vitimizações desagregadas segundo as circunstâncias da ocorrência apontou um crescimento relativo dos casos de vitimização em "confronto armado", durante o serviço (em 1995 e no primeiro semestre de 1996).
13. Observou-se um crescimento relativo dos casos de vitimização em "assalto", durante o serviço (no ano de 1995) e durante a folga (entre 1993 e 1996).
14. Exceto no ano de 93, mais de 50% das vitimizações foram produzidas por arma de fogo, independentemente do fato de o policial estar em serviço ou em folga. Nos Estados Unidos o percentual de vitimizações por arma de fogo, em 93, 94 e 95 não ultrapassou a faixa dos 5,9%.
15. Dentre as vitimizações por arma de fogo, as situações que envolveram trocas de tiros (entre um ou mais policiais e um ou mais suspeitos), ou seja, as situações que sugerem a

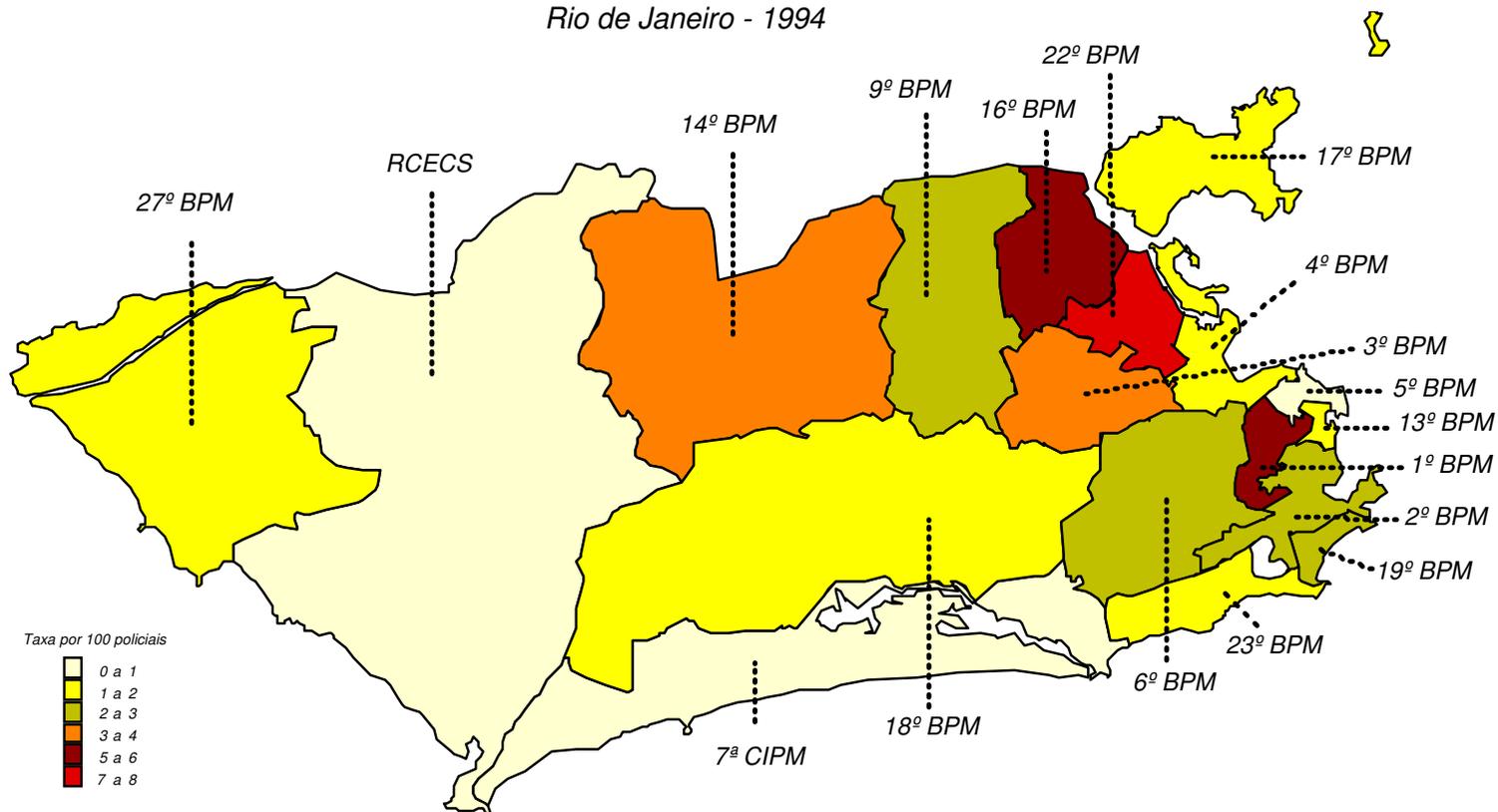
eventualidade de “confrontos armados”, corresponderam, somadas, a 50,0% dos casos em 1993; a 30,9% dos casos, em 1994; a 23,6% em 1995 e a 72,0% dos casos em 1996.

16. As vitimizações transcorridas em vias públicas representaram 83,6% do total das vitimizações.
17. 69,5% dos agressores eram desconhecidos dos policiais vitimados.
18. 70% das vitimizações de policiais militares não incluíram vítimas civis. 14,9% dos casos envolveram mais de um agente e nenhum civil e 55,1% apenas uma vítima policial e nenhuma vítima civil.
19. As ocorrências de vitimização de policiais que resultaram em prisão foram bastante raras e não chegaram a atingir a faixa dos 11%, quaisquer que fossem as circunstâncias do fato e o número dos policiais atingidos.
20. No período de 1994 a 1996, os batalhões que apresentaram as maiores taxas de vitimização de policiais em serviço foram: o 16º BPM - Olaria (4,73/100PMs); o 3º BPM - Méier (4,66/100PMs); o 22º BPM - Benfica (4,4/100PMs); o 9º BPM - Rocha Miranda (4,2/100 PMs) e o 1º BPM - Estácio (3,9/100PMs). Com exceção deste último, os demais BPMs são contíguos e, juntos, cobrem uma parte significativa das Zona Norte, circunscrevendo um total de 78 bairros da cidade.
21. Os batalhões que apresentaram, no período de 1994 a 1996, os números mais elevados de vitimização de civis foram: o 9º BPM/Rocha Miranda (95 vítimas); o 6º BPM/Tijuca (57 vítimas); o 3º BPM/Méier (53 vítimas); o 14º BPM/Bangu (53 vítimas) e o 16º BPM/Olaria (44 vítimas). Excetuando os 6º e o 14º BPMs, as demais OPMs também registraram taxas elevadas de vitimização de policiais em serviço.
22. Os BPMs que apresentaram as maiores taxas de vitimização civil e policial simultaneamente foram: 1º BPM (Estácio); 3º BPM (Méier); 6º BPM (Tijuca); 9º BPM (Rocha Miranda); 14º BPM (Bangu); 16º (Olaría) e 22º BPM (Benfica).

5. Mapas de risco: a vitimização policial por BPM

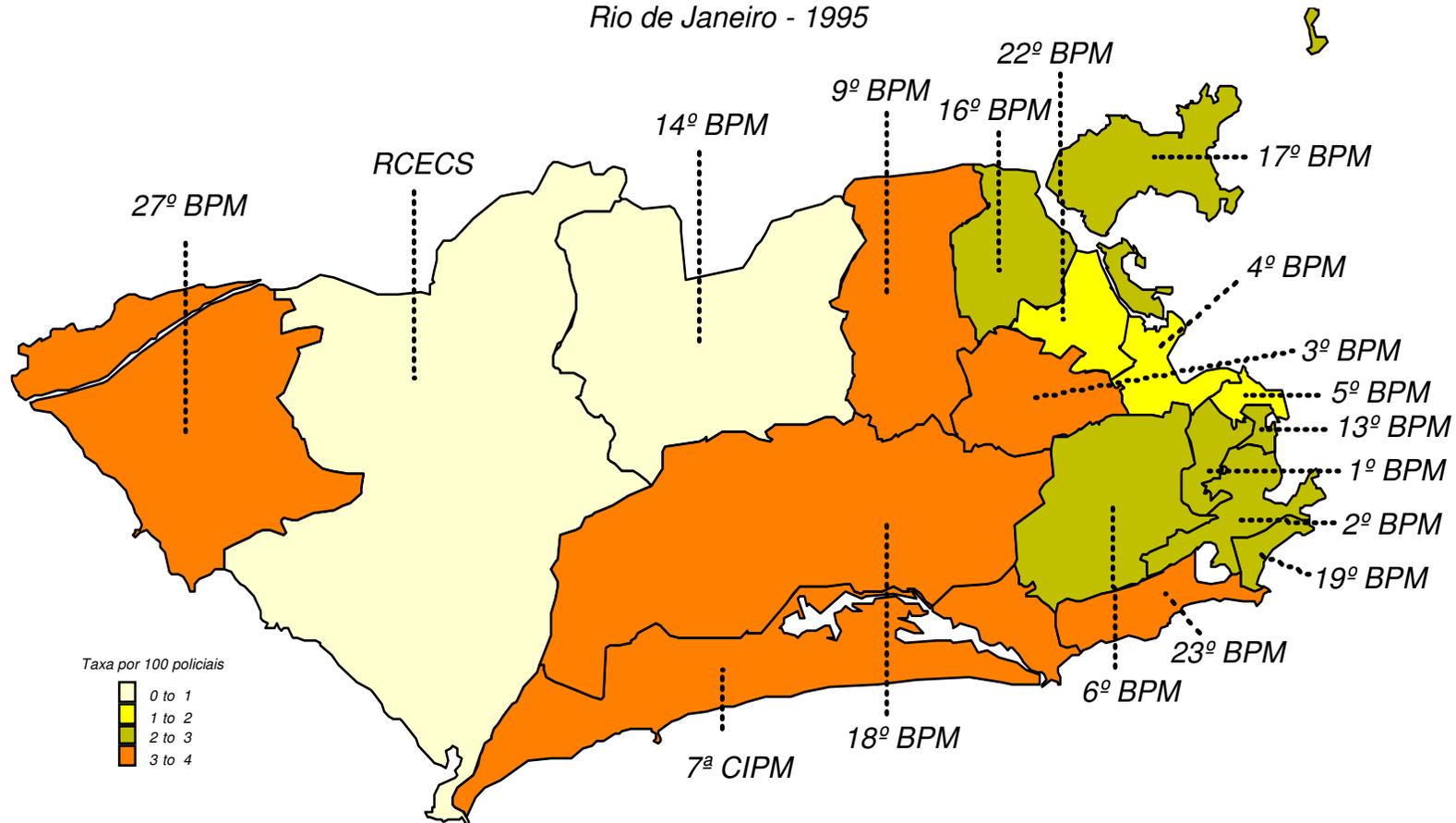
Seguem-se os mapas de risco que indicam as taxas de vitimização policiais em serviço, relativas aos anos de 1994 a 1997.

Taxa de vitimização de policiais militares, segundo OPMs
Rio de Janeiro - 1994



Fonte: Registros de Ocorrências da Polícia Civil

Taxa de vitimização de policiais militares, segundo OPM
Rio de Janeiro - 1995

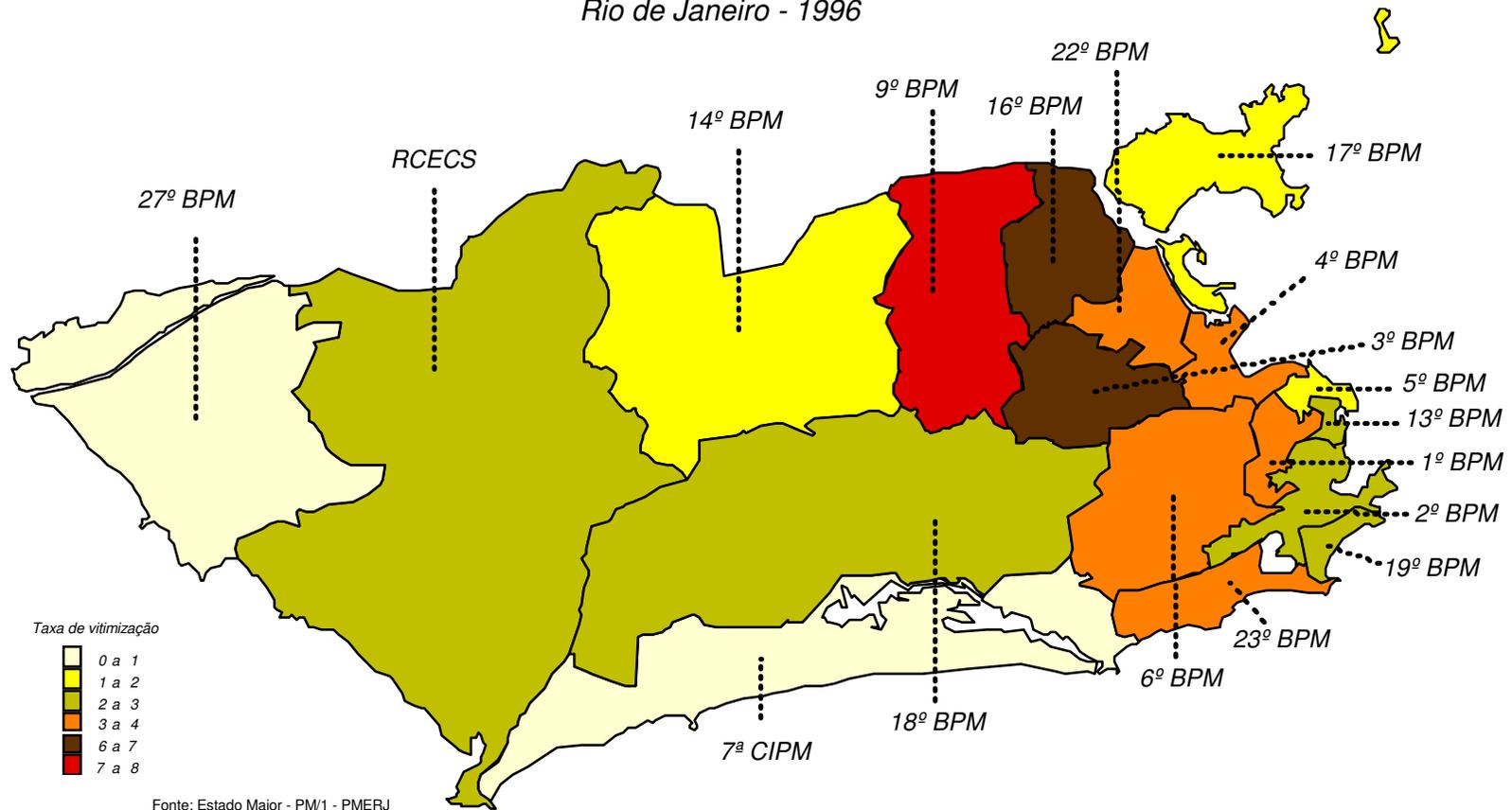


Taxa por 100 policiais

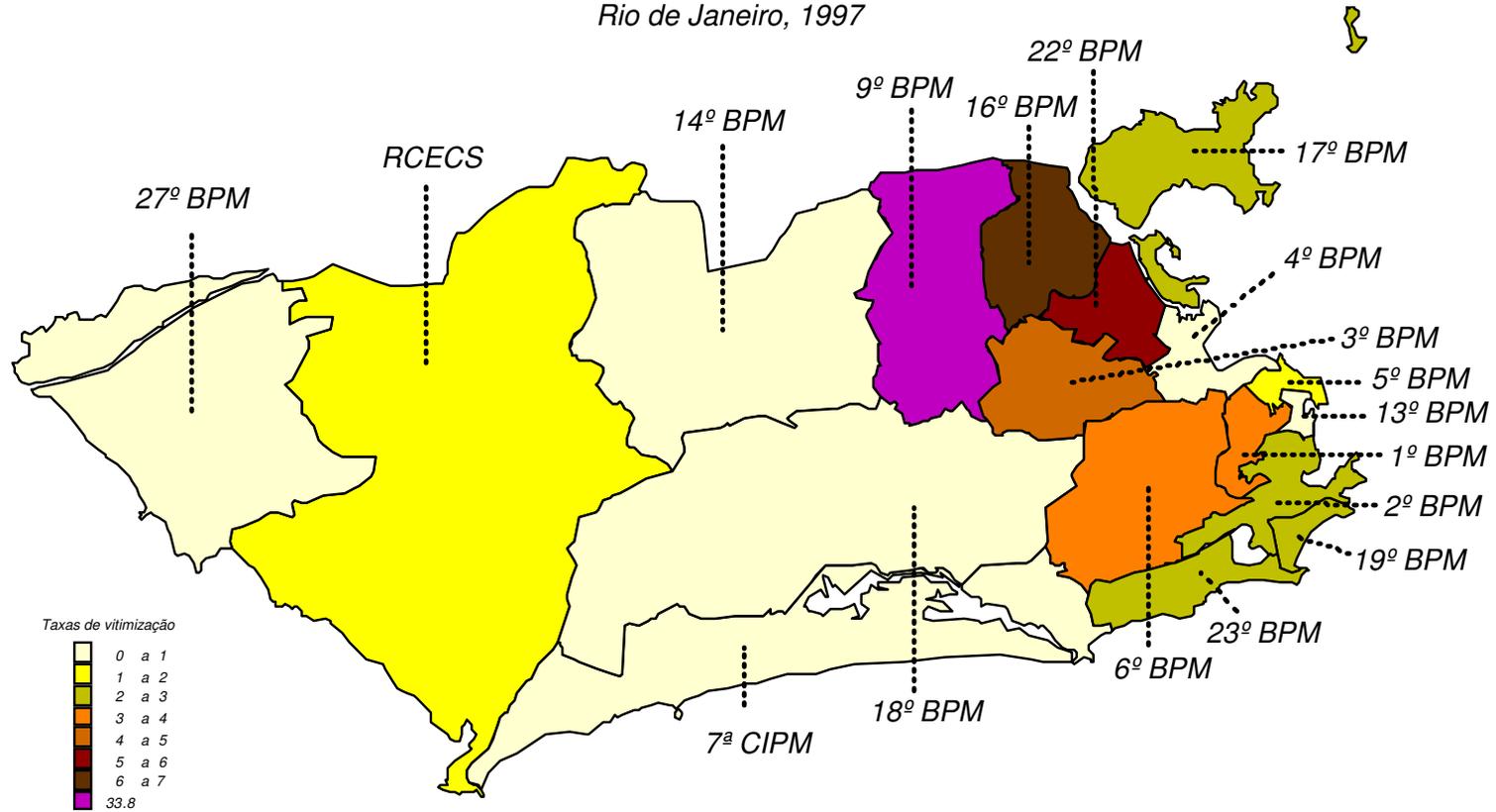


Fonte: Registro de ocorrência da Polícia Civil

Taxa de vitimização de policiais militares, segundo OPM
Rio de Janeiro - 1996



Taxa de vitimização de policiais militares, segundo OPM
Rio de Janeiro, 1997



Fonte: Estado Maior - PM/1 - PMERJ



Capítulo II

VITIMIZAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS NO RIO DE JANEIRO 1994 A 1995

Nesta seção serão analisados os casos de vitimização de Agentes da Polícia Civil em 1994 e 1995. Cabe ressaltar, entretanto, que, assim como no caso da PM, esse conjunto não expressa o total de vitimizações experimentadas pelos componentes dessa força, mas o total de episódios que mereceram um registro policial, fossem eles de natureza acidental ou intencional.

A tabela abaixo expressa a magnitude das vitimizações que atingiram a Polícia Civil.

FIGURA 1: TAXA DE VITIMIZAÇÃO DOS POLICIAIS CIVIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1994 -1995)

Taxa por 1 mil policiais civis			
Ano	Total	Morto	Ferido
1994	20,8	4,7	16,1
Serviço	6,6	0,7	5,9
Folga	14,3	4,0	10,3
1995	17,5	3,4	14,1
Serviço	6,1	0,4	5,7
Folga	11,4	3,0	8,4

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

- Os policiais civis estão expostos diferenciadamente aos riscos de vitimização, os quais variam de acordo com o fato de o agente estar em serviço ou em folga. Note-se que, durante a folga, a taxa de vitimização chega a ser duas vezes superior àquela registrada durante o serviço. Ao contrário do que ocorreu na PM, a taxa de vitimização dos policiais civis sofreu uma redução entre 94 e 95, ainda que esses dois anos, isoladamente, não sejam suficientes para indicar uma tendência.

FIGURA 2: AGENTES DA POLÍCIA CIVIL VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO POLICIAL

No momento da vitimização o policial estava:	1994		1995		TOTAL
	N	%	N	%	N
Em folga / Atividade Informal	85	59,0	69	53,5	154
Em serviço	44	30,6	41	31,8	85
Sem Especificação	11	7,6	17	13,2	28
Inativo/Reserva / Licenciado	4	2,8	0	0,0	4
Outros	0	0,0	2	1,6	2
Total	144	100	129	100,0	273

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

Dado que a Polícia Civil não se dedica ao policiamento ostensivo, nos moldes da PM, mas atua, via de regra, no processo investigativo, depois da ocorrência consumada, ela está, por definição, menos exposta do que a PM aos riscos de vitimização durante o serviço. Não surpreende, portanto, o fato de que a diferença entre as taxas de vitimização dos policiais em folga e em serviço seja, aqui, consideravelmente mais alta do que na PM. Por outro lado, como se trata de uma polícia não uniformizada, cujo trabalho é, por diversas razões, menos visível do que aquele desempenhado pelas demais forças da lei, torna-se mais difícil definir se o policial estava em folga ou em serviço, uma vez que o documento, em muitos casos, não contém esse tipo de informação. O resultado dessa dificuldade se expressa nos 10% de registros sem indicação sobre a situação do policial - classificados como “sem especificação”.

A tabela 3, a seguir, indica a relação entre o número de agentes mortos e feridos e a tabela 3.1. expressa essa relação através da taxa de letalidade dos agentes da Polícia Civil.

FIGURA 3: POLICIAIS CIVIS VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O TIPO DE VITIMIZAÇÃO

Tipo de vitimização	1994		1995		TOTAL
		%		%	
MORTE	28	22,6	20	19,2	48
OFENSA CORPORAL	96	77,4	84	80,8	180
TOTAL	124	100,0	104	100,0	228

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

(*) Foram excluídos os casos em que o tipo de vitimização foi classificado como "outros" e não especificado.

FIGURA 3.1: RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE POLICIAIS CIVIS MORTOS E FERIDOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Ano	Em serviço	Em folga
1994	1 / 8,75	1 / 2,54
PMERJ	1 / 14,07	1 / 2,71
1995	1 / 17	1 / 2,78
PMERJ	1 / 13,46	1 / 3,82

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Em 94, a taxa de letalidade dos policiais civis em serviço foi significativamente superior à da PM, assim como a taxa de letalidade dos policiais em folga, no biênio 94/95.

A tabela a seguir, mostra a incidência dos casos de vitimização segundo a patente da vítima.

FIGURA 4: POLICIAIS CIVIS VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O CARGO OCUPADO

Cargo	1994		1995		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
DETETIVE	63	48,8	64	58,2	127	53,1
SEM ESPECIFICAÇÃO	28	21,7	15	13,6	43	18,0
CARCEREIRO	14	10,9	12	10,9	26	10,9
OUTROS	13	10,0	7	6,4	20	8,4
ESCRIVÃO	6	4,7	6	5,5	12	5,0
DELEGADO	3	2,3	6	5,5	9	3,8
INSPETOR	2	1,6	0	0,0	2	0,8
TOTAL	129	100,0	110	100,0	239	100

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- A predominância de vitimizações de detetives decorre do fato de que a maior parte do efetivo da polícia civil compõe-se de detetives e são eles que realizam, em maior quantidade, as tarefas de polícia judiciária e investigativa. Também aqui, dada a invisibilidade do trabalho investigativo, que se soma à precariedade do preenchimento do R.O., o número de casos em que não há indicação sobre o cargo e a função (classificados como “sem especificação”) é significativamente alto, correspondendo a 18,0% dos casos.

A tabela 5, a seguir, aponta a distribuição das vitimizações por gênero, reiterando o padrão já detectado na análise da Polícia Militar: menos de 5% das vítimas são mulheres, o que diz respeito tanto ao tamanho reduzido do contingente feminino (comum a todas as forças), quanto ao tipo de tarefa desempenhada, normalmente, pelas mulheres.

FIGURA 5: POLICIAIS CIVIS VITIMADOS, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O SEXO DA VÍTIMA

Sexo	1994		1995		TOTAL
	N	%	N	%	
HOMENS	137	95,1	125	96,9	262
MULHERES	7	4,9	4	3,1	11
TOTAL	144	100,0	129	100,0	273

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

As tabelas 6 e 6.1, , expressam as circunstâncias em que os Agentes da Polícia Civil foram, predominantemente, vitimados nos anos de 1994 e 1995.

FIGURA 6: POLICIAIS CIVIS VITIMADOS EM SERVIÇO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO (1994 / 1995)

CIRCUNSTÂNCIAS	policiais civis vitimados em serviço		total serviço e folga	
	N	%	N	%
ACIDENTE NO TRÂNSITO	17	22,7	61	26,8
ASSALTO	4	5,3	48	21,1
CONFLITO INTERP. / CONFL. NO TRÂNSITO	2	2,7	26	11,4
INDETERMINADA/IGNORADA	3	4,0	14	6,1
CONDUTA ABUSIVA / DESACATO	9	12,0	13	5,7
AÇÃO ARMADA DE SUSPEITOS	10	13,3	11	4,8
EVENTOS EXTRAORDIN.	2	2,7	7	3,1
EMBOSCADA / TOCAIA / EXECUÇÃO	3	4,0	7	3,1
PERSEGUIÇÃO	4	5,3	6	2,6
CONFLITO DOMÉSTICO	0	0,0	5	2,2
CONFRONTO ARMADO	5	6,7	5	2,2
ABUSO/CONFLITO DE AUTORIDADE	1	1,3	5	2,2
RESISTÊNCIA	5	6,7	5	2,2
OCUPAÇÃO CRIMINOSA	5	6,7	5	2,2
CONFLITO COLETIVO / MANIF. PÚBLICA	2	2,7	4	1,8
FUGA DE PRESOS / CAPTURA	3	4,0	3	1,3
SUICÍDIO	0	0,0	3	1,3
TOTAL	75	100,0	228	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

(*) Foram excluídos os casos em que o tipo da vitimização foi classificado como "outros".

FIGURA 6: POLICIAIS CIVIS VITIMADOS EM FOLGA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO (1994 / 1995)

CIRCUNSTÂNCIAS	policiais civis vitimados em folga		total serviço e folga	
	N	%	N	%
ACIDENTE NO TRÂNSITO	44	28,8	61	26,8
ASSALTO	44	28,8	48	21,1
CONFLITO INTERP. / CONFL. NO TRÂNSITO	24	15,7	26	11,4
INDETERMINADA/IGNORADA	11	7,2	14	6,1
CONDUTA ABUSIVA / DESACATO	4	2,6	13	5,7
AÇÃO ARMADA DE SUSPEITOS	1	0,7	11	4,8
EVENTOS EXTRAORDIN.	5	3,3	7	3,1
EMBOSCADA / TOCAIA / EXECUÇÃO	4	2,6	7	3,1
PERSEGUIÇÃO	2	1,3	6	2,6
CONFLITO DOMÉSTICO	5	3,3	5	2,2
CONFRONTO ARMADO	0	0,0	5	2,2
ABUSO/CONFLITO DE AUTORIDADE	4	2,6	5	2,2
RESISTÊNCIA	0	0,0	5	2,2
OCUPAÇÃO CRIMINOSA	0	0,0	5	2,2
CONFLITO COLETIVO / MANIF. PÚBLICA	2	1,3	4	1,8
FUGA DE PRESOS / CAPTURA	0	0,0	3	1,3
SUICÍDIO	3	1,9	3	1,3
TOTAL	153	100,0	228	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

(*) Foram excluídos os casos em que o tipo da vitimização foi classificado como "outros".

- Dentre as circunstâncias da vitimização, destacam-se, tal como ocorreu na Polícia Militar, os acidentes de trânsito, tanto na folga, quanto durante o serviço do agente, e os assaltos cometidos contra o policial em folga. Seguem-se os casos de conduta abusiva e ações armadas (durante o serviço) e os conflitos interpessoais (durante a folga).

FIGURA 6.1: POLICIAIS CIVIS VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO (1994 / 1995)

Circunstâncias	Em serviço		Em folga		TOTAL
	N	%	N	%	N
DINÂMICAS CRIMINAIS	39	52,0	51	33,3	90
ACIDENTE NO TRÂNSITO	17	22,7	44	28,8	61
DINÂMICAS CONFLITIVAS	14	18,7	39	25,5	53
INDETERMINADA /IGNORADA	3	4,0	11	7,2	14
EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS	2	2,7	8	5,2	10
TOTAL	75	100,0	153	100,0	228

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Quando agregadas segundo a classificação da natureza do evento, as vitimizações ocorridas em circunstâncias relativas a dinâmicas criminais passam a representar 39,5% do total, seguidas dos acidentes de trânsito (26,8%) e das circunstâncias ligadas aos eventos conflituos (23,2%).

FIGURA 7: POLICIAIS CIVIS VITIMADOS, SEGUNDO O INSTRUMENTO DA VITIMIZAÇÃO (1994 / 1995)

Instrumento	Em serviço		Em folga		TOTAL
	N	%	N	%	N
ARMA DE FOGO	42	48,8	77	48,7	119
VEÍCULOS	17	19,8	44	27,8	61
CORPO	12	14,0	21	13,3	33
OUTROS INSTRUMENTOS	3	3,5	7	4,4	10
NENHUM	5	5,8	2	1,3	7
SEM ESPECIFICAÇÃO	4	4,7	2	1,3	6
EXPLOSIVOS	3	3,5	0	0,0	3
PAUS E PEDRAS	0	0,0	3	1,9	3
ARMA BRANCA	0	0,0	2	1,3	2
TOTAL DE RESPOSTAS ¹	86	100,0	158	100,0	244

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

- Nesse cenário, em que predominam como fatores de vitimização, ao lado dos acidentes de trânsito, os assaltos e as ações armadas de suspeitos, não surpreende o fato de quase 50% das ocorrências envolverem o uso de arma de fogo. 25% envolveram veículos e 13,5% foram perpetradas com o corpo, o que parece repercutir os percentuais correspondentes aos acidentes de trânsito (26,8% das vitimizações) e aos eventos conflituivos, sobretudo conflitos interpessoais e domésticos, que juntos perfazem o total de 13,6% das vitimizações.

¹ Essa questão admitiu mais de uma resposta por episódio de vitimização, já que mais de um instrumento, em alguns casos, foi responsável pelo ferimento ou morte do agente.

FIGURA 8: POLICIAIS CIVIS VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O LOCAL DA VITIMIZAÇÃO (1994 / 1995)

Local	Em serviço		Em folga		TOTAL
	N	%	N	%	N
VIA PÚBLICA	61	71,8	107	59,1	168
RESIDÊNCIA	3	3,5	15	8,3	18
INSTITUIÇÕES POLICIAIS OU DE SEG. PÚBLICA	16	18,8	1	0,6	17
BAIRRO	0	0,0	15	8,3	15
BARES E SIMILARES	0	0,0	14	7,7	14
VIZINHANÇA	0	0,0	13	7,2	13
SEM ESPECIFICAÇÃO	0	0,0	6	3,3	6
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	5	5,9	1	0,6	6
OUTROS	0	0,0	5	2,8	5
CLUBES E ESTÁDIOS	0	0,0	2	1,1	2
INSTITUIÇÕES COMERCIAIS E FINANCEIRAS	0	0,0	2	1,1	2
TOTAL DE RESPOSTAS²	85	100,0	181	100,0	266

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

- Apesar da clara prevalência dos casos ocorridos em vias públicas (63%, no total), a residência e as instituições públicas foram palco de vitimizações de policiais civis em maior proporção do que na Polícia Militar. Tal como no caso da PM, a distinção, efetuada na tabela, entre vizinhança, bairro e via pública têm apenas o sentido de destacar o mundo privado da esfera pública, pois os fatos ocorridos no bairro ou na vizinhança foram também sediados nas vias públicas. Se somarmos os três itens (via pública, bairro e vizinhança), o conjunto de ocorrências na rua passa a representar 73.7% do total das vitimizações.

² Nesta tabela foi considerado o total de respostas pois a variável "via pública" engloba algumas das demais, como "bairro" e "vizinhança".

FIGURA 9: POLICIAIS CIVIS VITIMADOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O AUTOR DA VITIMIZAÇÃO (1994 / 1995)

Autor	Em serviço		Em folga		TOTAL
	N	%	N	%	N
DESCONHECIDO DA VÍTIMA	69	75,0	112	72,3	181
CONHECIDO DA VÍTIMA	11	12,0	17	11,0	28
SEM ESPECIFICAÇÃO	8	8,7	12	7,7	20
A PRÓPRIA VÍTIMA	3	3,3	13	8,4	16
OUTRO	1	1,0	1	0,6	2
TOTAL DE RESPOSTAS ³	92	100	155	100	247

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

- No conjunto, 73% das vitimizações foram produzidas por desconhecidos, e somente em 11,3% dos casos a vítima conhecia o autor da agressão.

De um modo geral, apesar das diferenças na modalidade de policiamento, pode-se dizer que a Polícia Civil apresenta padrões de vitimização próximos aos da Polícia Militar, exceto pelo fato de que, entre os policiais civis, a taxa de letalidade, assim como o peso das vitimizações ocorridas durante a folga foram significativamente maiores .

³ Esta questão admitiu mais de uma resposta por episódio de vitimização já que mais de um agressor , em alguns casos, foi responsável pela morte ou ferimento do agente policial.



Capítulo III

VITIMIZAÇÃO DE BOMBEIROS MILITARES NO RIO DE JANEIRO 1994 A 1995

Esta seção trata dos casos de vitimização de Agentes do Corpo de Bombeiro em 1994 e 1995. Cabe ressaltar que, também neste caso, esse conjunto não expressa o total de vitimizações experimentadas pelos componentes dessa força, mas o total de episódios que mereceram registro policial, fossem eles de natureza acidental ou intencional. Não foram considerados, portanto, os acidentes de trabalho, como queimaduras, quedas ou intoxicações e, tampouco, as enfermidades e acidentes pessoais, que, salvo em casos específicos, não envolvem trâmites policiais/legais.

FIGURA 1: TAXA DE VITIMIZAÇÃO DOS BOMBEIROS MILITARES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1994 -1995)

Ano	Taxa por 1 mil bombeiros militares		
	Total	Morto	Ferido
1994	18,6	3,2	15,4
Serviço	2,1	0,0	2,1
Folga	16,5	3,2	13,4
1995	12,0	1,9	10,1
Serviço	1,6	0,0	1,6
Folga	10,4	1,9	8,5

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

- Em 1994, o número de casos de vitimização de bombeiros militares registrados na Polícia Civil correspondeu a 1,9% do efetivo da cidade do Rio de Janeiro e, em 1995, o número de vitimizações atingiu 1,2% do efetivo.
- A taxa de vitimização, nos dois anos pesquisados, foi, em média, 7 vezes superior quando o bombeiro encontrava-se em folga ou exercendo atividades informais.

FIGURA 2: AGENTES DO CORPO DE BOMBEIROS VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO POLICIAL

No momento da vitimização o policial estava:	1994		1995		TOTAL
	N	%	N	%	N
Sem Especificação	3	4,1	3	6,3	6
Em serviço	8	10,8	6	12,5	14
Em folga / Atividade Informal	62	83,8	39	81,3	101
Inativo/Reserva / Licenciado	-	-	-	-	-
Outros	1	1,4	-	-	1
Total	74	100,0	48	100,0	122

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

- A maior parte das vitimizações ocorreu, como se pode ver, quando o agente se encontrava fora de serviço, o que se explica, provavelmente, pelo fato de o trabalho dos bombeiros não envolver, diretamente, ações voltadas para dinâmicas criminais ou situações de desordem pública.
- Ao contrário do que ocorre na PMERJ, não se observa, no caso dos bombeiros, uma proximidade das taxas de vitimização dentro e fora de serviço.

A tabela 3, a seguir, indica a relação entre o número de agentes mortos e feridos e a tabela 3.1. expressa essa relação através da taxa de letalidade dos agentes do Corpo de Bombeiros.

FIGURA 3: BOMBEIROS MILITARES VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O TIPO DE VITIMIZAÇÃO

Tipo de vitimização	1994		1995		TOTAL
	N	%	N	%	
MORTE	14	18,9	10	20,8	24
OFENSA CORPORAL	60	81,1	38	79,2	98
TOTAL	74	100,0	48	100,0	122

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

FIGURA 3.1. : RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE BOMBEIROS MORTOS E FERIDOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

Ano	Em folga (*)
1994	1 / 4,17
1995	1 / 4,6

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

(*) Nos anos apurados não aparecem registros de morte em serviço.

- Esses dados indicam que, em média, para cada 4 agentes feridos, em 1994 e 1995, um agente foi morto durante a folga. Ainda que menor do que no caso da PM (em 1994, 1/2.71 e em 1995, 1/3.82), esse índice de letalidade é bastante expressivo, sobretudo se se considera que a maior parte das vitimizações não envolveu dinâmicas criminais, como se verá adiante.

A tabela a seguir, mostra a incidência dos casos de vitimização segundo a patente da vítima.

FIGURA 4: BOMBEIROS MILITARES VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO A PATENTE OU CARGO OCUPADO

Patente ou cargo	1994		1995		Total
	N	%	N	%	N
CORONEL	0	-	1	2,1	1
MAJOR	0	-	1	2,1	1
CAPITÃO	0	-	1	2,1	1
TENENTE	3	4,1	0	-	3
SUBTENENTE	1	1,4	0	-	1
SARGENTO	8	10,8	3	6,3	11
CABO	7	9,5	2	4,2	9
SOLDADO	31	41,9	21	43,8	52
SEM ESPECIFICAÇÃO	2	2,8	0	-	2
TOTAL	74	100,0	48	100,0	122

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

- Note-se que, tal como na Polícia Militar, a maior parte dos episódios envolveu os oficiais de baixa patente (sargentos, cabos e soldados), especialmente os soldados, os quais representaram, sozinhos, nos anos de 1994 e 1995, 42,6% do total das vítimas. Nas patentes superiores o número de episódios que geraram algum tipo de vitimização foi insignificante, tanto pelo fato de ser menor o contingente de oficiais, quanto pelo fato de eles estarem menos expostos, em serviço ou em folga, às situações de risco que tipicamente vitimam as camadas mais pobres da população .

- Da mesma forma foi reduzido o número de vitimizações entre as mulheres, como indica a tabela abaixo.

FIGURA 5: BOMBEIROS MILITARES VITIMADOS, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O SEXO DA VÍTIMA

Sexo	1994		1995		Total
	N	%	N	%	
HOMENS	71	95,9	48	100,0	119
MULHERES	3	4,1	0	-	3
TOTAL	74	100,0	48	100,0	122

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

- Nos anos de 94 e 95 somente 3 mulheres foram vitimadas no Corpo de Bombeiros, o que significa 2,4% do total de vitimizações.

As tabelas 6 e 6.1, a seguir, expressam as circunstâncias em que os Agentes do Corpo de Bombeiros foram, predominantemente, vitimados nos anos de 1994 e 1995.

FIGURA 6: BOMBEIROS MILITARES VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO (1994 / 1995)

Circunstâncias	Em serviço		Em folga		Total
	N	%	N	%	N
ACIDENTE NO TRÂNSITO	8	57,1	34	33,7	42
EVENTOS EXTRAORDIN.	1	7,1	1	1,0	2
ASSALTO	1	7,1	12	11,9	13
CONDUTA ABUSIVA / DESACATO	3	21,4	2	2,0	5
CONFLITO DOMÉSTICO	0	-	13	12,9	13
CONFLITO INTERP. / CONFL. NO TRÂNSITO	0	-	17	16,8	17
GUERRA ENTRE BANDOS	0	-	1	1,0	1
INDETERMINADA/IGNORADA	0	-	18	17,8	18
EMBOSCADA / TOCAIA / EXECUÇÃO	0	-	1	1,0	1
SUICÍDIO	0	-	1	1,0	1
ABUSO/CONFLITO DE AUTORIDADE	0	-	1	1,0	1
CONFLITO COLETIVO / MANIF. PÚBLICA	1	7,1	0	-	1
TOTAL	14	100,0	101	100,0	115

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

FIGURA 6.1: BOMBEIROS MILITARES VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO (1994 / 1995)

Circunstâncias	Em serviço		Em folga		Total
	N	%	N	%	N
ACIDENTE NO TRÂNSITO	8	57,1	34	33,7	42
DINÂMICAS CONFLITIVAS	4	28,6	33	32,7	37
DINÂMICAS CRIMINAIS	1	7,1	14	13,9	15
EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS	1	7,1	2	2,0	3
INDETERMINADA /IGNORADA	0	-	18	17,8	18
TOTAL	14	100,0	101	100,0	115

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

- Note-se que os Bombeiros foram vitimados, em sua maioria, em acidentes no trânsito e em dinâmicas conflitivas. 70% dos casos em que se conheciam as circunstâncias da vitimização envolveram, portanto, dinâmicas não criminais.
- Observe-se que, somados, os conflitos domésticos e os conflitos interpessoais representaram 30% das circunstâncias em que se deram as vitimizações - todas elas quando os agentes se encontravam em folga.
- Embora apenas 13% dos casos refiram-se a dinâmicas criminais, mais de 31% das vitimizações foram produzidas por arma de fogo e todas elas ocorreram também quando o agente se encontrava fora de serviço, como mostra a tabela 7.

FIGURA 7: BOMBEIROS MILITARES VITIMADOS, SEGUNDO O INSTRUMENTO DA VITIMIZAÇÃO (1994 / 1995)

INSTRUMENTO	Em serviço		Em folga		Total
	N	%	N	%	N
SEM ESPECIFICAÇÃO	0	-	1	0,9	1
ARMA DE FOGO	0	-	36	35,6	36
ARMA BRANCA	1	7,1	2	1,9	3
CORPO	3	21,4	22	21,7	25
OUTROS	10	71,4	42	41,5	52
• VEÍCULOS	9	64,2	34	33,6	43
• PAUS E PEDRAS	0	-	4	3,9	4
• OUTROS INSTRUMENTOS	1	7,1	4	3,9	5
TOTAL DE VÍTIMAS	14	100,0	101	101,6	115
TOTAL DE RESPOSTAS ¹	14	-	103	-	117

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

- Uma vez que a maior parte dos episódios registrados associava-se a acidentes no trânsito, sobretudo quando o agente se encontrava em folga, os veículos representaram, previsivelmente, a maior fonte das vitimizações.

No que diz respeito ao local e à autoria da vitimização, prevaleceram os casos perpetrados em vias públicas, por desconhecidos, como indicam as tabelas 8 e 9 : 76,5% dos casos ocorridos em 1994 e 1995 se deram em vias públicas; 9,5% na residência da vítima e 11,3% em outros locais, como instituições públicas, instituições privadas, bares e similares.

¹ Essa questão admitiu mais de uma resposta por episódio de vitimização, já que mais de um instrumento, em alguns casos, foi responsável pelo ferimento ou morte do agente.

FIGURA 8: BOMBEIROS MILITARES VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O LOCAL DA VITIMIZAÇÃO (1994 / 1995)

LOCAL	Em serviço		Em folga		Total
	N	%	N	%	N
SEM ESPECIFICAÇÃO	0	-	2	1.5	2
RESIDÊNCIA	0	-	11	8.1	11
VIZINHANÇA	0	-	15	11.0	15
BAIRRO	0	-	21	15.5	21
VIA PÚBLICA	12	85.7	76	55.9	88
BARES E SIMILARES	0	-	3	2.2	3
CLUBES E ESTÁDIOS	0	-	2	1.5	2
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0	-	1	0.7	1
INSTITUIÇÕES POLICIAIS OU DE SEG. PÚBLICA	1	7.1	0	-	1
INSTITUIÇÕES COMERCIAIS E FINANCEIRAS	0	-	4	2.9	4
INSTITUIÇÕES CIVIS E RELIGIOSAS	0	-	0	-	0
OUTROS	1	7.1	1	0.7	2
TOTAL DE RESPOSTAS²	14	100.0	136	100.0	150
TOTAL DE VÍTIMAS	14	100.0	101	-	115

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

FIGURA 9: BOMBEIROS MILITARES VITIMADOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O AUTOR DA VITIMIZAÇÃO (1994 / 1995)

Autor	Em serviço		Em folga		Total
	N	%	N	%	
SEM ESPECIFICAÇÃO	1	5.0	14	12.6	15
DESCONHECIDO DA VÍTIMA	14	70.0	57	51.4	71
CONHECIDO DA VÍTIMA	3	15.0	30	27.0	33
A PRÓPRIA VÍTIMA	2	10.0	9	8.1	11
OUTRO	0	-	1	0.9	1
TOTAL DE VÍTIMAS	14	-	101	-	115
TOTAL DE RESPOSTAS³	20	100.0	111	100.0	131

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil .

² Nessa tabela o número de respostas é superior ao número de vítimas, pois a variável “via pública” engloba algumas das demais, como “bairro” e “vizinhança”.

³ Nessa tabela o número de respostas é superior ao número de vítimas, já que em alguns casos, há vários autores em um mesmo episódio de vitimização.

Assim como na Polícia Militar, evidencia-se nos casos de vitimização de bombeiros militares a prevalência de agressores desconhecidos da vítima. Destaca-se durante a folga o peso relativo das agressões nas quais o autor era "conhecido da vítima" (30 casos).



Capítulo IV

VITIMIZAÇÃO DE GUARDAS MUNICIPAIS NO RIO DE JANEIRO 1994 A 1995

Embora também desempenhem um tipo de policiamento ostensivo, os Agentes da Guarda Municipal se vitimaram, nos anos de 1994 e 1995, em menor proporção do que os Policiais Militares e Civis. As taxas de vitimização, nesses dois anos, se mantiveram em torno de 1,1% do total da tropa, considerando-se o efetivo de 1998.

Ao contrário das outras forças, a Guarda Municipal teve seus membros atingidos, predominantemente, durante o horário de serviço, como mostra a tabela abaixo. Observe-se que mesmo os policiais militares, que no ano de 1995 foram mais atingidos em serviço do que em folga, invertendo com isso o padrão dos anos precedentes, não o foram na mesma proporção que os Guardas Municipais, no período analisado pela pesquisa.

FIGURA 1: TAXA DE VITIMIZAÇÃO DOS GUARDAS MUNICIPAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1994 -1995)

Ano	Taxa por 1 mil guardas municipais		
	Total	Morto	Ferido
1994	5,7	0,0	5,7
Serviço	3,9	0,0	3,9
Serviço/AF	4,0	0,0	4,0
Folga	1,8	0,0	1,8
1995	5,7	0,3	5,4
Serviço	4,8	0,0	4,8
Serviço/AF	5,0	0,0	5,0
Folga	0,9	0,3	0,6

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

FIGURA 2: AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO POLICIAL

No momento da vitimização policial estava:	1994		1995		total
	N	%	N	%	N
Sem Especificação	1	4,8	3	13,6	4
Em serviço	13	61,9	16	72,7	29
Em folga / Atividade Informal	6	28,5	3	13,6	9
Inativo/Reserva / Licenciado	1	4,8	-	-	1
Outros	-	-	-	-	-
Total	21	100,0	22	100,0	43

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- No cômputo geral, 67% das vitimizações se deram durante o serviço do agente e 20% ocorreram quando ele se encontrava em folga, o que se deve, provavelmente, ao fato de os membros dessa força estarem particularmente expostos a riscos específicos, assim como os policiais militares, relativos à natureza de seu trabalho ostensivo.

A tabela a seguir indica o número de agentes mortos e feridos nos anos contemplados pela pesquisa.

FIGURA 3: AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O TIPO DE VITIMIZAÇÃO

Tipo de vitimização	1994		1995		Total
	N	%	N	%	N
MORTE	2	9,5	3	13,6	5
OFENSA CORPORAL	19	90,5	19	86,4	38
TOTAL	21	100	22	100,0	43

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Embora o número de mortos seja significativamente alto, comparativamente ao número de feridos, é preciso destacar o fato de que os 5 casos de morte, ocorridos entre 1994 e 1995, ocorreram quando o policial estava em folga, não tendo sucedido, nestes anos, nenhum episódio de morte de Agentes durante o serviço.

FIGURA 4 : AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O SEXO DA VÍTIMA

	1994		1995		Total
	N	%	N	%	
MULHERES	0	-	0	-	0
HOMENS	21	100,0	22	100,0	43

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Observe-se que, nos anos em questão, não foi registrado nenhum caso de vitimização entre mulheres da guarda municipal, as quais constituem 6% do efetivo total.
- Dado que a maior parte das vitimizações deu-se durante o período de serviço dos agentes, estando, portanto, diretamente associada à forma específica de policiamento ostensivo, provido pela Guarda Municipal, as circunstâncias que produziram os ferimentos registrados referem-se, predominantemente, como mostram as tabelas a seguir, a situações de ordem pública.

FIGURA 5: AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO

Circunstâncias	1994		1995		Total
	N	%	N	%	N
ACIDENTE NO TRÂNSITO	2	9,5%	2	9,0%	4
ASSALTO	2	9,5%	2	9,0%	4
CONDUTA ABUSIVA / DESACATO	6	28,5%	14	63,6%	20
CONFLITO COLETIVO / MANIF. PÚBLICA	3	14,2%	0	-	3
CONFLITO DOMÉSTICO	2	9,5%	1	4,5%	3
SUICÍDIO	1	4,7%	0	-	1
RESISTÊNCIA	1	4,7%	0	-	1
PERSEGUIÇÃO	1	4,7%	0	-	1
OCUPAÇÃO CRIMINOSA	1	4,7%	0	-	1
INDETERMINADA /IGNORADA	2	9,5%	3	13,6%	5
TOTAL	21	100,0%	22	100,0%	43

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- As cenas de desacato e conduta abusiva representaram, nos dois anos, 46,5% do total das circunstâncias em que se produziram vitimizações. Agregadas, segundo o critério de maior

ou menor aproximação como o universo da criminalidade propriamente dita, essas circunstâncias se distribuem da seguinte forma:

Circunstâncias	1994		1995		TOTAL
	N	%	N	%	N
ACIDENTE NO TRÂNSITO	2	9,5	2	9,0	4
DINÂMICAS CONFLITIVAS	11	52,3	15	68,1	26
DINÂMICAS CRIMINAIS	5	23,8	2	9,0	7
EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS	1	4,7	0	-	1
INDETERMINADA /IGNORADA	2	9,5	3	13,6	5
TOTAL	21	100,0	22	100,0	43

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Nesse plano de agregação, a tabela nos permite verificar que 60% das vitimizações ocorridas nos dois anos em foco, estavam relacionadas a dinâmicas de ordem pública, enquanto apenas 16% remetiam a dinâmicas criminais. Vale lembrar que, como aconteceu nas outras forças, parte das dinâmicas criminais referia-se a assaltos, dos quais o Agente foi vítima durante a folga, como qualquer outro cidadão, e não a ações nas quais interviu como policial.
- No conjunto, porém, quando se consideram os casos em que havia informação sobre a situação do policial (se ele estava em folga ou em serviço) nota-se que a maior parte das vitimizações diz respeito, de fato, ao trabalho desempenhado pelo policial, como indica a tabela abaixo:

FIGURA 5.1: AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO (1994/1995).

Circunstâncias	Em serviço		Em folga		Total
	N	%	N	%	N
ACIDENTE NO TRÂNSITO	2	6,8	2	22,2	4
DINÂMICAS CONFLITIVAS	23	79,3	3	33,3	26
DINÂMICAS CRIMINAIS	4	13,7	2	22,2	6
INDETERMINADA / IGNORADA	0	-	2	22,2	2
TOTAL	29	100,0	9	100,0	38

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Ao contrário dos Policiais Militares, que tiveram menos de 15% das vitimizações em serviço relacionadas a dinâmicas conflitivas, em 1994 e 1995, os Guardas Municipais foram

atingidos, nestas circunstâncias, em quase 80% dos episódios analisados, o que pode sugerir certas deficiências em relação às técnicas de mediação de conflitos e contenção da ordem, as quais, supostamente, constituem a base de sua ação.

- Quando analisados os instrumentos que provocaram lesões nos Agentes da Guarda, pode-se suspeitar, entretanto, que os ferimentos tenham sido mais superficiais do que aqueles observados nas outras forças, como sugere a tabela abaixo:

FIGURA 6: AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O INSTRUMENTO DA VITIMIZAÇÃO (1994 / 1995)

Instrumento	Em serviço		Em folga	
	N	%	N	%
SEM ESPECIFICAÇÃO	3	10.3	1	11.1
ARMA DE FOGO	0	-	3	33.3
ARMA BRANCA	0	-	2	22.2
CORPO	10	34.4	0	-
OUTROS	16	55.1	4	44.4
• VEÍCULOS	2	6.8	2	22.2
• PAUS E PEDRAS	11	37.9	0	-
• OUTROS INSTRUMENTOS	3	10.3	2	2.2
TOTAL	29	100.0	9	100.0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Enquanto os Agentes do Corpo de Bombeiros, em serviço, são atingidos, predominantemente, por veículos automotores e os Policiais Militares e Civis, também em serviço, por armas de fogo, os Agentes da Guarda Municipal - meio de força desarmado - foram, agredidos, em 72% dos casos, por paus e pedras ou em confronto físico com o autor da agressão.
- Tanto em 1994 como em 1995, nenhum Agente em serviço foi ferido por arma de fogo e, tampouco por arma branca. Vale notar que dos 29 episódios, 28 ocorreram em via pública.

FIGURA 7: AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL VITIMADOS EM SERVIÇO, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO DESEMPENHADO PELA VÍTIMA NO MOMENTO DA VITIMIZAÇÃO (1994 / 1995)

Tipo de serviço	N	%
SEM ESPECIFICAÇÃO	1	3.4
PATRULHAMENTO A PÉ	1	3.4
PATRULHAMENTO DE ROTINA NÃO ESPECIF.	1	3.4
POLICIAMENTO DE TRÂNSITO	1	3.4
SENTINELA / POLICIAMENTO DE GUARDA	6	20.6
OPERAÇÃO ESPECIAL	15	51.7
BLITZ	4	13.7
TOTAL	29	100.0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Note-se que mais da metade das vitimizações aconteceu durante operações especiais e, segundo os relatos extraídos dos Registros de Ocorrência, estavam, com frequência, relacionadas à repressão do comércio ilegal nas ruas.

As tabelas 8 e 9, a seguir, destacam o peso da ação repressiva dos Guardas contra atividades criminosas ou ilícitas.

FIGURA 8: GUARDAS MUNICIPAIS VITIMADOS EM SERVIÇO, SEGUNDO O TIPO DE AÇÃO DA VÍTIMA NO MOMENTO DA VITIMIZAÇÃO (1994/1995)

Tipo de ação	N	%
SEM ESPECIFICAÇÃO	1	3.4
DISSUAÇÃO	2	6.8
PREVENÇÃO	3	10.3
REPRESSÃO	23	79.3
TOTAL	29	100.0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

FIGURA 9: GUARDAS MUNICIPAIS VITIMADOS EM SERVIÇO, SEGUNDO A AÇÃO DO PERPETRADOR NO MOMENTO DA VITIMIZAÇÃO (1994/1995)

O autor da agressão estava praticando atividade criminosa ou contravenção?	N	%
SEM ESPECIFICAÇÃO	3	10.3
NÃO	4	13.7
SIM	22	75.8
TOTAL	29	100.0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.



Capítulo V

VITIMIZAÇÃO DE AGENTES PENITENCIÁRIOS NO RIO DE JANEIRO 1994 A 1995

Nos anos de 1994 e 1995, dos 1477 casos de vitimização de agentes da lei reportados à Polícia Civil, apenas 49 registros, ou 3,3% dos episódios, envolviam agentes penitenciários. Os casos de vitimização representaram, nesses anos, 1,9% dos 2.524 agentes que compõem o efetivo das unidades prisionais no Rio de Janeiro.¹ O impacto desse resultado é melhor compreendido quando observamos as taxas de vitimização apresentadas na figura 1.

FIGURA 1: TAXAS DE VITIMIZAÇÃO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1994 - 1995)

Ano	Taxa por 1 mil agentes penitenciários		
	Total	Morto	Ferido
1994	7,6	2,8	5,2
Serviço	2,8	0,4	2,8
Folga	4,8	2,4	2,4
1995	9,5	3,6	5,9
Serviço	2,8	0,4	2,4
Folga	6,7	3,2	3,6

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Em seu conjunto a tabela indica que, diferentemente do que ocorreu no caso da Polícia Militar, entre 1994 e 1995, houve uma elevação da ordem de 20,0% das taxas de vitimização dos agentes, durante o período de folga. Nesses anos, verificou-se, ainda, uma surpreendente proximidade das taxas de mortos (3,2/1 mil) e feridos (3,6/1 mil), também dos agentes em folga, embora, vale insistir, esses dois anos isoladamente não ofereçam indicações de tendência.

¹ Segundo a secretaria de Justiça do Estado, desde 1994 o total de profissionais responsáveis pela guarda e custódia de presos na cidade tem permanecido o mesmo.

- Em 1995, a taxa geral de mortes violentas dos agentes penitenciários (3,6/1 mil), correspondeu ao quádruplo daquela apurada para a população (0,85/1 mil) e ultrapassou, também, a da população masculina (2,2/1 mil). Já a taxa de agressões físicas (5,9/ 1 mil), no mesmo ano, aproximou-se daquela relativa à população (5,1/1 mil) e foi inferior à dos homens maiores de idade residentes no Rio de Janeiro (9/1 mil).

FIGURA 2: VITIMIZAÇÃO DE AGENTES PENITENCIÁRIOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO POLICIAL

No momento da vitalização o agente da lei estava:	1994		1995		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Sem Especificação	1	4.3	1	3,8	2	4,1
Em serviço	10	43.5	7	26,9	17	34,7
Em folga / Atividade Informal	12	52.2	17	65,4	29	59,2
Inativo/Reserva / Licenciado	-	-	1	3,8	1	3,8
Total	23	100.0	26	100,0	49	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- A figura 2 revela que, no conjunto dos dois anos considerados, mais da metade dos agentes vitimados(59,2%) estava fora da linha da obrigação.

A figura 3 evidencia as formas mais comuns de vitimização sofridas pelos agentes penitenciários. Ressalta, nessa tabela, o peso expressivo das mortes no conjunto das vitimizações.

FIGURA 3: VITIMIZAÇÃO DE AGENTES PENITENCIÁRIOS, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O TIPO DE VITIMIZAÇÃO

TIPO DE VITIMIZAÇÃO	1994		1995		total	
	N	%	N	%	N	%
MORTE	7	30.4	9	34.6	16	32.7
OFENSA CORPORAL	13	56.5	17	65.4	30	61.2
OUTROS	3	13.0	-	-	3	6,1
TOTAL	23	100.0	26	100.0	49	100.0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Excluindo-se as ofensas não consumadas, agregadas na categoria "outros", as agressões fatais representaram mais de um terço ou 34,8% das vitimizações. A magnitude desse resultado é melhor avaliada quando observamos que o peso relativo das mortes no conjunto das vitimizações de policiais militares não ultrapassou a 18,8% nos últimos cinco anos. No caso dos agentes penitenciários observa-se que, por um lado, as oportunidades de vitimização são mais reduzidas. Por outro, são maiores as chances de que as agressões venham a ser fatais.

A figura 3.1 indica exatamente a relação entre o número de mortes e ferimentos, dos agentes, comparativamente aos números atinentes à Polícia Militar.

FIGURA 3.1: NÚMERO DE AGENTES PENITENCIÁRIOS FERIDOS EM RELAÇÃO A CADA AGENTE MORTO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DA VÍTIMA.

Ano	Serviço	folga
1994	1 / 7	1 / 1
(Polícia Militar)	1/ 14.07	1/ 2.71
1995	1 / 6	1 / 1.13
(Polícia Militar)	1/13.46	1/ 3.82

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Os valores são, nesse caso, contundentes, especialmente quando se trata do período de folga, em que ocorreu praticamente uma morte para cada agente penitenciário ferido.

FIGURA 4: AGENTES PENITENCIÁRIOS VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO O SEXO DA VÍTIMA.

SEXO	1994		1995	
	N	%	N	%
HOMENS	21	91,3	26	100,0
MULHERES	2	8,7	-	-
TOTAL	23	100,0	26	100,0

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Quando se distribuem as vítimas segundo o gênero, constata-se o mesmo padrão verificado nos outros meios de força, nos quais as mulheres tiveram uma participação muito inferior à dos homens, tanto no efetivo total, quanto (proporcionalmente) no conjunto das vitimizações.

As figuras 5, 5.1 e 5.2 apresentam as circunstâncias em que os agentes penitenciários se vitimaram em serviço e fora de serviço. Diferentemente do que se observou nos dados referentes à Polícia Militar, a figura 5 revela que as vitimizações associadas a dinâmicas criminais predominaram quando o agente estava em folga, ou exercendo outras atividades, enquanto as vitimizações que não envolveram dinâmicas criminais prevaleceram quando o agente se encontrava em serviço.

FIGURA 5: AGENTES PENITENCIÁRIOS VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO

CIRCUNSTÂNCIAS	1994		1995		total	
	serviço	folga	serviço	folga	serviço	folga
Dinâmicas Criminais	3	5	2	5	29,4%	34,5%
Dinâmicas não criminais	6	4	4	6	58,82%	34,5%
Indeterminada/ignorada	1	3	1	6	11,8%	31,0%
TOTAL	10	12	7	17	100,0%	100,0%

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Chama atenção o fato de as circunstâncias "indeterminadas e ignoradas" corresponderem a mais de um terço das vitimizações ocorridas durante a folga dos agentes. É importante salientar que os episódios classificados sob essa categoria reportam-se, em sua maioria, a

registros de “encontro de cadáver” e “remoção de cadáver”, segundo os quais os agentes teriam sido vitimados por projéteis de arma de fogo.

As figuras 5.1 e 5.1.1. apresentam as circunstâncias que vitimaram os agentes penitenciários, em serviço e em folga, em uma outra ordem de agregação.

FIGURA 5.1: AGENTES PENITENCIÁRIOS VITIMADOS EM SERVIÇO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO

CIRCUNSTÂNCIAS	1994	1995	total
DINÂMICAS CONFLITIVAS	6	3	9
ACIDENTES NO TRÂNSITO	0	0	0
DINÂMICAS CRIMINAIS	3	2	5
EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS	0	1	1
INDETERMINADA /IGNORADA	1	1	2
TOTAL	10	7	17

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

FIGURA 5.1.1: AGENTES PENITENCIÁRIOS VITIMADOS EM FOLGA, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO

CIRCUNSTÂNCIAS	1994	1995	TOTAL
DINÂMICAS CONFLITIVAS	1	2	3
ACIDENTES NO TRÂNSITO	2	4	6
DINÂMICAS CRIMINAIS	5	5	10
EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS	1	0	1
INDETERMINADA /IGNORADA	3	6	9
TOTAL	12	17	29

- Do conjunto das situações "não criminais" destacam-se os eventos conflitivos, ocorridos durante o serviço do agente, enquanto no período de folga prevaleceram os acidentes de trânsito. Nesta tabela torna-se ainda mais evidente o peso relativo das circunstâncias “indeterminadas” e “ignoradas” associadas aos casos em que o agente encontrava-se fora do serviço.
- Quando desagregadas as “dinâmicas criminais” e as “dinâmicas conflitivas” observa-se o seguinte cenário:

FIGURA 5.2: AGENTES PENITENCIÁRIOS VITIMADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO (1994/1995)

CIRCUNSTÂNCIAS	Serviço	Folga
ACIDENTE NO TRÂNSITO	-	6
DINÂMICAS CRIMINAIS	5	10
Assalto	3	5
Emboscada/tocaia/execução	-	3
Fuga/captura de presos	2	-
Resistência	-	1
Perseguição	-	1
DINÂMICAS CONFLITIVAS	9	3
Conduta abusiva/desacato	5	-
Conflito coletivo	2	-
Conflito interpessoal	2	2
Conflito Doméstico	-	1
EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS	1	1
INDETERMINADA/IGNORADA	2	9
TOTAL	17	29

Fonte: Registros de ocorrência da Polícia Civil.

- Conforme demonstra a figura 5.2, quando em folga o agente penitenciário foi mais vitimado em situações ligadas a dinâmicas criminais, como assaltos, emboscadas e execuções, diferentemente do que ocorreu com as outras forças policiais analisadas.
- No que diz respeito aos agentes em serviço, destacam-se as circunstâncias envolvendo conduta abusiva e desacato, resultado previsível, uma vez que a maior parte das atividades profissionais dos agentes está dirigida à guarda e cautela de presos no interior das unidades prisionais.

FIGURA 6: AGENTES PENITENCIÁRIOS VITIMADOS EM SERVIÇO, SEGUNDO O TIPO DE INSTRUMENTO DA VITIMIZAÇÃO 1994/1995.

INSTRUMENTO	1994	1995	TOTAL
S/e	1	1	2
Nenhum	-	-	-
Arma de fogo	3	3	6
Arma branca	0	0	0
Corpo	6	2	8
Carro/coletivo/etc.	-	-	-
Outros instrumentos	-	4	4
Total	!Erro de sintaxe, (!Erro de sintaxe, (!Erro de sintaxe, (

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

FIGURA 6.1: AGENTES PENITENCIÁRIOS VITIMADOS EM FOLGA, SEGUNDO O TIPO DE INSTRUMENTO DA VITIMIZAÇÃO 1994/1995.

INSTRUMENTO	1994	1995	TOTAL
S/e	0	2	2
Nenhum	1	0	1
Arma de fogo	9	9	18
Arma branca	0	1	1
Corpo	1	1	2
Carro/coletivo/etc.	1	4	5
Outros instrumentos	1	4	5
Total	!Erro de sintaxe, (!Erro de sintaxe, (!Erro de sintaxe, (

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

- Os resultados dessa tabela são bastantes previsíveis, considerando-se o tipo de atividade profissional exercido pelos agentes. Como o trabalho do Agente Penitenciário é realizado, basicamente, no interior dos presídios, todos os episódios de vitimização no trânsito ocorreram necessariamente quando a vítima estava **em folga**.
- As figuras 6 e 6.1 demonstram que, tal como constatado nas Polícias Militar e Civil, mais da metade dos agentes vitimados em folga sofreram agressões provocadas por arma de fogo. Da mesma forma, é significativo o número de vitimizações por arma de fogo, durante o trabalho (uma vez que as atividades desempenhadas pelos agentes penitenciários são internas e dirigidas a prisioneiros supostamente desarmados), ainda que o uso do corpo tenha prevalecido, como forma de agressão.

FIGURA 7: AGENTES PENITENCIÁRIOS VITIMADOS, SEGUNDO A SITUAÇÃO E O LOCAL DA VITIMIZAÇÃO (1994 A 1995)

LOCAL	Total		1994		1995		
	Total	Serviço	Folga	Serviço	Folga	Serviço	Folga
S/especificação	2,0%	-	1	-	-	-	1
Residência	2,0%	-	1	-	1	-	-
Vizinhança/bairro	8,0%	-	4	-	4	-	-
Via pública	50,0%	4	21	3	9	1	12
Inst. Pol. e Seg.	24,0%	12	0	7	-	5	-
Bares e similares	6,0%	-	3	-	1	-	2
Outros	8,0%	1	3	-	1	1	2
Total	100,0%						

Fonte: Registros de ocorrência da Polícia Civil.

- A figura 7 apresenta os locais onde os agentes penitenciários, de acordo com a sua situação, foram mais vitimados. Os incidentes ocorridos em via pública, incluindo aqueles acontecidos na vizinhança e no bairro da vítima, representaram mais da metade das vitimizações. Considerando que a maior parte do trabalho realizado pelos agentes penitenciários ocorre no interior das unidades prisionais, é presumível, como demonstra a tabela, que as vitimizações na via pública ocorram sobretudo na folga, e que durante o expediente de trabalho as vitimizações sejam mais significativas no interior das "instituições policiais e de segurança pública".

Os resultados expressos nas figuras 8 e 8.1 também refletem o tipo, o local de trabalho e as atividades exercidas pelos agentes.

FIGURA 8: AGENTES PENITENCIÁRIOS VITIMADOS EM SERVIÇO, SEGUNDO A RELAÇÃO COMO O AGRESSOR (1994 A 1995)

RELAÇÃO C/ AGRESSOR	Total 94/95	total Serviço	1994	1995
S/E	8	0	0	0
Ignorada	6	0	0	0
Desconhecido	12	3	3	0
Conhecido da polícia	12	11	7	4

Conhecido da vítima	12	8	3	5
A própria vítima	2	1	0	1
Outro	1	0	0	0
Total	53,99	23	!Erro de sintaxe, (!Erro de sintaxe, (

Fonte: Registros de ocorrência da Polícia Civil.

FIGURA 8.1: AGENTES PENITENCIÁRIOS VITIMADOS EM FOLGA, SEGUNDO A RELAÇÃO COMO O AGRESSOR (1994 A 1995)

RELAÇÃO C/ AGRESSOR	Total 94/95	total folga	1994	1995
S/E	8	8	3	5
Ignorada	6	6	3	3
Desconhecido	12	9	3	6
Conhecido da polícia	12	1	1	0
Conhecido da vítima	12	4	2	2
A própria vítima	2	1	1	1
Outro	1	1	1	0
Total	53,99	30	2008	2012

Fonte: Registros de ocorrência da Polícia Civil.

- Invertendo o padrão encontrado nos outros meios de força contemplados nesta pesquisa, o número de casos de autoria "conhecida" (19 menções) foi mais significativo quando a vítima se encontrava-se em serviço, ou seja, realizando as tarefas relativas à custódia dos presos, por definição conhecidos do agente. Cabe, ainda, notar que os autores conhecidos correspondem a 45,3% das vitimizações ocorridas entre os anos de 1994 e 1995. Destaca-se, finalmente, o peso das vitimizações cuja autoria não foi especificada nos Registros de Ocorrência (15,1%) ou era ignorada (11,3%).



Capítulo VI

PRINCIPAIS RESULTADOS

Neste capítulo, estão resumidos os principais dados revelados pela pesquisa, com especial ênfase nos números relativos à Polícia Militar - responsável pelo policiamento ostensivo- que ocupou, neste estudo, um lugar central e uma posição referencial em relação às demais agências da lei. A razão dessa ênfase, como se pode facilmente observar no corpo do trabalho, é o fato de a PMERJ, possuir o maior contingente de policiais de todas as forças e concentrar, nos anos pesquisados, a maior parte das vitimizações.

I. QUAIS OS AGENTES DA LEI QUE MAIS SE VITIMAM?

O quadro abaixo apresenta uma comparação das taxas de vitimização (que reúnem mortos e feridos) de cada uma das forças analisadas, em 1994 e 1995.

Taxa por 1 mil agentes da lei					
Ano	PMERJ	POLÍCIA CIVIL	CBMERJ	GUARDA MUNICIPAL	AGENTE PENITENCIÁRIO
1994	38	20,8	18,6	5,7	7,5
Serviço	17,8	6,6	2,1	3,9	2,8
Folga	20,2	14,3	16,5	1,8	4,8
1995	35,1	17,5	12,0	5,7	9,5
Serviço	18,8	6,1	1,6	4,8	2,8
Folga	16,3	11,4	10,4	0,9	6,7

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

II. QUADRO DA VITIMIZAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR

1. QUAL A MAGNITUDE DA VITIMIZAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO?

1.1 Os índices de vitimização da PMERJ são significativamente superiores aos da população da cidade. Em 1995, observou-se a seguinte proporção:

TAXA DE VITIMIZAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES E DA POPULAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, POR 10 MIL POLICIAIS E 10 MIL HABITANTES - 1995

Tipos de vitimização	PMERJ	População geral	Quantas vezes maior	População masculina	Quantas vezes maior:
Homicídio doloso	38,85	6,63	6 vezes	17,72	2 vezes
Homicídio no trânsito	3,46	1,85	2 vezes	4,17	-
Lesão corporal dolosa	256,45	26,29	10 vezes	41,43	6 vezes
Lesão corporal no trânsito	72,78	24,43	3 vezes	49,03	1,5 vezes
Suicídio	2,59	0,34	7 vezes	0,63	4 vezes

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.
IBGE - Censo Demográfico e estimativas

Tipos de vitimização	PMERJ		População masculina	
	serviço	folga		
Homicídio doloso	12,99	26,85	17,72	- Exceto nos casos de vitimização no trânsito, as taxas relativas aos <u>PMs em folga</u> são superiores às da população masculina. - A taxa de lesão corporal dolosa de PMs <u>em serviço</u> é quatro vezes superior à da população masculina
Homicídio no trânsito	0,0	3,46	4,17	
Lesão corporal dolosa	178,48	77,97	41,43	
Lesão corporal no trânsito	32,05	40,72	49,03	
Suicídio	0,0	2,59	0,63	

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.
IBGE - Censo Demográfico e estimativas

1.2. As taxas de vitimização de policiais militares, na cidade do Rio de Janeiro, são, também, muito elevadas se comparadas às taxas internacionais, mesmo quando se consideram as cidades que apresentam altos índices de criminalidade violenta:

TAXA DE MORTALIDADE DE PMs EM SERVIÇO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, POR 10 MIL PMs

1994	1995	1996	1997
12 / 10 mil	13 / 10 mil	22 / 10 mil	16 / 10 mil

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil
Estado Maior - PM/1 - PMERJ

No ano de 1986, quando a taxa nacional de mortalidade violenta de policiais ainda não havia conhecido seu maior declínio nos Estados Unidos (3,8 mortos / 10 mil policiais), os índices mais elevados de letalidade policial em serviço nas seis maiores cidades norte-americanas foram:

TAXA DE MORTALIDADE DE POLICIAIS NORTE-AMERICANOS, EM SERVIÇO POR 10 MIL POLICIAIS

Chicago	Detroit	Huston	Los Angeles	New York	Philadelphia
0,8 / 10 mil	6 / 10 mil	4,4 / 10 mil	2,8 / 10 mil	0,8 / 10 mil	3 / 10 mil

Fontes: The Big Six - Policing America's Largest Cities: Police Foundation, 1991.

- De 1980 a 1994, a taxa norte-americana de mortalidade de policiais em serviço passou de 4,70 / 10 mil para 2,9 / 10 mil.
- A taxa de 22 policiais mortos em serviço para cada 10 mil PMs atuantes na cidade do Rio de Janeiro, em 1996, foi 27 vezes superior à de New York e 8 vezes superior à de Los Angeles no ano de 1986.

2. QUAL A MAGNITUDE DA VITIMIZAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO?

- Nos últimos 4 governos estaduais (1984 a 1997) o impacto das vitimizações de PMs (em serviço e em folga) na corporação tem sido significativo, mantendo-se estabilizado em cerca de 2,6% do efetivo.
- Comparando-se os últimos cinco governos estaduais, constata-se a seguinte variação das taxas de vitimização de policiais em serviço no Estado do Rio:
 - Governo Chagas Freitas (1980/1982): 57 / 10 mil PMs
 - Governo Brizola (1983/1986): 28 / 10 mil PMs
 - Governo Moreira Franco (1987/1990): 35 / 10 mil PMs
 - Governo Brizola (1991/1994): 16 / 10 mil PMs
 - Governo Marcello Alencar (1995/1997): 121 / 10 mil PMs

- Na gestão Marcelo Alencar as taxas de vitimização de PMs em serviço foram 2 vezes superiores àquelas do período Chagas Freitas; 4 vezes maiores que as do primeiro governo Brizola; 3,5 vezes superiores as do governo Moreira Franco e 7,5 vezes maiores que as do segundo governo Brizola.

3. EM QUE SITUAÇÃO OS POLICIAIS ESTÃO MAIS EXPOSTOS AO RISCO: DURANTE O SERVIÇO OU DURANTE A FOLGA?

Os policiais estão, de uma forma geral, expostos diferenciadamente aos riscos de vitimização. Entretanto,

- no período pesquisado observou-se, na cidade do Rio de Janeiro, percentuais elevados de vitimização de PMs em serviço os quais corresponderam, em média, a 48% do conjunto das vitimizações.
- Em 1995, na cidade do Rio, houve um significativo aumento das vitimizações de policiais em serviço. No caso específico das lesões corporais, produziu-se uma inversão da razão serviço/folga: os policiais militares, durante os anos de 95,96 e 97 passaram a se ferir predominantemente durante o serviço.

4. QUAL A PROPORÇÃO ENTRE POLICIAIS MORTOS E FERIDOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO?

- No biênio 93/94 e no ano de 1996 deu-se um aumento do peso relativo das mortes no conjunto das vitimizações (folga e serviço) de PMs na cidade do Rio de Janeiro. Os percentuais de mortes mais elevados ocorreram nos anos de 1994 e 1996, que registraram 17,4% e 18,8% de episódios com mortes, respectivamente.

5. AUMENTOU A LETALIDADE DE PMs EM SERVIÇO, NA CIDADE, NOS ÚLTIMOS ANOS?

- As taxas de letalidade de policiais (relação mortos/feridos), de 1993 a 1997 indicam ter havido um agravamento do risco de morte durante o serviço:
 - 1993: 1 morto para cada 17,25 feridos
 - 1994: 1 morto para cada 14,07 feridos
 - 1995: 1 morto para cada 13,46 feridos
 - 1996: 1 morto para cada 9,68 feridos
 - 1997: 1 morto para cada 11,23 feridos

6. QUAIS AS PATENTES MAIS ATINGIDAS?

- Tanto em serviço quanto em folga, a maioria dos policiais vitimados (94,4%) integrava as patentes mais baixas, que compõem o círculo das praças. Em 1996, na cidade do Rio de Janeiro, 90,5% dos policiais vitimados em serviço e 81,7% dos policiais vitimados em folga eram soldados e cabos.
- No estado do Rio, entre 1995 e 1997, 82,1% dos policiais vitimados eram cabos e soldados.

Os cabos e soldados, encarregados do policiamento ostensivo, representavam, em 1997, 62,3% do efetivo da PMERJ.

7. QUAL A PROPORÇÃO DAS MULHERES VITIMADAS?

- As mulheres, que representam 1,1% do contingente da PMERJ, experimentaram, entre 1993 e 1996, menos de 2% do total das vitimizações na PM, na cidade do Rio de Janeiro.

8. QUANTOS HABITANTES EXISTEM PARA CADA POLICIAL NA CIDADE?

- Em 1997, havia, no estado, um policial para cada 474 habitantes. Na cidade, a proporção foi, nesse mesmo ano, de um policial para cada 509 habitantes e, um policial empenhado em atividades-fim (policiamento ostensivo) para cada 629 habitantes.
- Entre 1995 e 1997, o aumento do efetivo no estado foi acompanhado de uma elevação da "potencialidade de cobertura" da PMERJ, relativamente ao ano de 1994, o que significa uma redução, nesse período, do número de pessoas a serem atendidas, virtualmente, por cada policial. Na cidade do Rio de Janeiro a potencialidade de cobertura permaneceu basicamente inalterada, mas verificou-se uma ampliação da capacidade operacional de pronto emprego da PM, que se traduz em um aumento de 16% no número de policiais envolvidos em atividades-fim, se comparados os anos de 1994 e 1997.
- Somando-se o contingente da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Guarda Municipal, a razão de agentes da lei por habitante, na cidade do Rio de Janeiro (1/269 hab.), está muito próximo daquela relativa à Chicago (1/244hab.) no ano de 1994 e corresponde, aproximadamente, ao dobro do índice da cidade de Quebec (1/540 hab.).

9. EM QUE CIRCUNSTÂNCIAS OS POLICIAIS SE VITIMAM?

- Entre 1993 e 1996, os acidentes de trânsito, isoladamente, foram os maiores responsáveis pelas vitimizações de policiais em serviço e em folga, correspondendo a 24% do total das vitimizações. Seguem-se os assaltos (18%) e as ações armadas de suspeitos (11%).
- Entre 1993 e 1996, os confrontos armados produziram 5% das vitimizações e os conflitos interpessoais, assim como os casos de desacato e conduta abusiva, foram causadores de 6% das ocorrências.
- 47% das ocorrências de vitimização de PMs estavam referidas a dinâmicas criminais (assaltos, ação armada de suspeitos, tocaias, emboscadas, guerra entre bandos, perseguição, confrontos armados, etc.) e 47% envolveram dinâmicas não criminais (acidentes no trânsito, conflitos interpessoais, acidentes de natureza, acidentes com arma de fogo, etc.).

Quando separados os acidentes no trânsito, entre 1993 e 1996, na cidade do Rio de Janeiro, observaram-se as seguintes relações:

- Dinâmicas criminais - 46,7%
- Acidentes no trânsito - 23,6%
- Dinâmicas conflitivas - 17,5%
- Indeterminada / Ignorada - 7,5%
- Eventos extraordinários - 4,7%

Quando discriminadas as circunstâncias, entre 1993 e 1996, segundo a situação do PM no momento da vitimização observaram-se as seguintes proporções:

Circunstâncias	Em serviço	Em folga
Dinâmicas criminais	57,8%	36,2%
Acidentes no trânsito	18,6%	28,2%
Dinâmicas conflitivas	17,7%	17,2%
Eventos extraordinários	4,0%	5,4%
Indeterminada/Ignorada	1,8%	12,9%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

Em que circunstâncias os policiais militares foram vitimados em maior proporção na cidade do Rio de Janeiro, entre 1993 e 1996?

Em serviço	Em folga
<ul style="list-style-type: none"> ◆ Confronto Armado ◆ Ação armada de suspeitos ◆ Fuga de presos ◆ Guerra entre bandos ◆ Resistência à prisão ◆ Perseguição ◆ Ocupação criminosa ◆ Conduta abusiva / desacato 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Acidente no trânsito ◆ Assalto ◆ Emboscada / tocaia ◆ Conflito doméstico ◆ Conflito interpessoal ◆ Eventos extraordinários (acidentes da natureza, eventos acidentais, acidentes c/ arma de fogo) ◆ Circunstâncias ignoradas e indeterminadas
	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Conflito coletivo ◆ Abuso de autoridade ◆ Suicídio

A análise das vitimizações desagregadas segundo as circunstâncias da ocorrência apontou os seguintes movimentos:

- um crescimento relativo dos casos de vitimização em “confronto armado”, durante o serviço (em 1995 e no primeiro semestre de 1996);
- o crescimento relativo dos casos de vitimização em “assalto”, durante o serviço (no ano de 1995) e durante a folga (entre 1993 e 1996), assim como dos casos de vitimização em consequência de “guerra entre bandos”.

10. COM QUE INSTRUMENTOS OS POLICIAIS SÃO VITIMADOS?

- Exceto no ano de 93, mais de 50% das vitimizações foram produzidas, em 94, 95 e 96, por arma de fogo, independentemente do fato de o policial estar em serviço ou em folga.

Nos Estados Unidos o percentual de vitimizações por arma de fogo, em 93, 94 e 95 não ultrapassou a faixa dos 5,9%.

- Os outros instrumentos utilizados pelo agressor, em 1996 foram:

	em serviço	em folga
Veículos auto motores	21,3%	24,1%
Corpo	19,1%	10,8%
Paus e pedras	2,1%	1,2%
Arma branca	2,1%	0%

Dentre as vitimizações por arma de fogo, as situações que envolveram trocas de tiros (entre um ou mais policiais e um ou mais suspeitos), ou seja, as situações que sugerem a eventualidade de “confrontos armados” corresponderam, somadas, a 50,0% dos casos em 1993; a 30,9% dos casos, em 1994; a 23,6% em 1995 e a 72,0% dos casos em 1996.

11. OS AGRESSORES SÃO CONHECIDOS DAS VÍTIMAS POLICIAIS?

- Nos anos contemplados pela pesquisa, 69,5% dos agressores eram desconhecidos dos policiais vitimados.
- 6,6 % das vitimizações foram provocadas pela própria vítima.

12. EM QUE LOCAL OS POLICIAIS SE VITIMAM?

- De 1993 a 1996, as ocorrências transcorridas em vias públicas representaram 83,6% do total das vitimizações.
- A residência da vítima correspondeu a 3,5% dos locais em que ocorreram as vitimizações.

13. OS POLICIAIS SE VITIMAM SOZINHOS?

Entre 1993 e 1996,

- 70% das vitimizações de PMs não incluíram vítimas civis.
- 14,9% dos casos envolveram mais de um PM e nenhum civil.
- 55,1% envolveram apenas um PM e nenhuma vítima civil.

14. NOS CASOS EM QUE CIVIS TAMBÉM FORAM VITIMADOS, QUAIS AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VITIMIZAÇÃO?

Entre 1993 e 1996,

- 61,8% das vitimizações de PMs e civis referiam-se a dinâmicas criminais. Dentre estas circunstâncias destacaram-se os casos de “resistência à prisão” (28,4%), “intervenção em assalto” (21%) e “confronto armado” (21%).
- 22,9% das vitimizações referiam-se a dinâmicas conflituosas (conduta abusiva/ desacato; conflito coletivo; conflito doméstico; conflito interpessoal; abuso de autoridade).
- 13% das vitimizações referiam-se a acidentes no trânsito.

15. AS VITIMIZAÇÕES ESTÃO ASSOCIADAS À PRISÃO DOS SUSPEITOS OU INFRATORES?

- Em 78% das vitimizações de PMs em serviço, entre 1993 a 1996, não houve nenhuma prisão.
- No cômputo geral, os casos de prisão não chegaram a 11% do conjunto das vitimizações ocorridas entre 1993 e 1996.

16. QUE BATALHÕES REÚNEM O MAIOR NÚMERO DE PMs VITIMADOS?

- No período de 1994 a 1996, os batalhões que apresentaram as maiores taxas de vitimização de policiais em serviço foram: o 16º BPM - Olaria (4,73/100 PMs); o 3º BPM - Méier (4,66/100 PMs); o 22º BPM - Benfica (4,4/100 PMs); o 9º BPM - Rocha Miranda (4,2/100 PMs) e o 1º BPM - Estácio (3,9/100 PMs). Com exceção deste último, os demais BPMs são contíguos e, juntos, cobrem uma parte significativa das Zona Norte, circunscrevendo um total de 78 bairros da cidade.

- Os batalhões que apresentaram, no período de 1994 a 1996, os números mais elevados de vitimização de civis foram: o 9º BPM/Rocha Miranda (95 vítimas); o 6º BPM/Tijuca (57 vítimas); o 3º BPM/Méier (53 vítimas); o 14º BPM/Bangu (53 vítimas) e o 16º BPM/Olaria (44 vítimas). Excetuando os 6º e o 14º BPMs, as demais OPMs também registraram taxas elevadas de vitimização de policiais em serviço.
- Os BPMs que apresentaram as maiores taxas de vitimização civil e policial simultaneamente foram: 1º BPM (Estácio); 3º BPM (Méier); 6º BPM (Tijuca); 9º BPM (Rocha Miranda); 14º BPM (Bangu); 16º (Olaria) e 22º BPM (Benfica).

III. QUADRO COMPARATIVO DAS POLÍCIAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Os quadros que se seguem apresentam comparações relativas aos anos de 1994 e 1995, em que foram analisados, um a um, todos os casos de vitimização de policiais registrados na Polícia Civil. Os anos de 1993 e 1996, foram excluídos da comparação por serem amostrais e conterem frequências muito baixas, no que se refere à Polícia Civil, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros e Agentes Penitenciários.

1. SITUAÇÃO DO PROFISSIONAL (EM FOLGA OU EM SERVIÇO) NO MOMENTO DA VITIMIZAÇÃO 1994-1995

	PM	PC	CB	GM	AP
1994					
Em serviço	47%	34.1%	11.4%	68.4%	45.5%
Fora de serviço	53%	65.9%	88.6%	31.6%	54.5%
1995					
Em serviço	54%	37.3%	13.3%	84.2%	29.2%
Fora de serviço	46%	62.7%	86.7%	15.8%	70.8%

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil

* Não foram considerados os casos de policiais inativos, licenciados ou na reserva; os casos em que a situação não foi especificada e situações classificadas como “outros”.

2. TAXA DE MORTALIDADE DOS DIFERENTES AGENTES DA LEI NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO 1994-1995

NÚMERO DE POLICIAIS FERIDOS EM RELAÇÃO A CADA POLICIAL MORTO										
ano	PM		PC		CB		GM**		AP	
	Serv.	Folga	Serv.	Folga	Serv.*	Folga	Serv.	Folga	Serv.	Folga
1994	1/14.07	1 / 2.71	1 / 8,75	1 / 2.54	-	1 / 4.17	-	-	1 / 7	1 / 1
1995	1/13.46	1 / 3.82	1 / 17	1 / 2.78	-	1 / 4.6	-	-	1 / 6	1 / 1.3

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil

*Não houve, nos anos de 1994 e 1995, nenhum registro de morte de bombeiros em serviço.

** As frequências são, neste caso, muito baixas (apenas 5 registros de morte de guardas municipais, nos anos de 1994 e 1995, todos eles em folga) e podem produzir distorções nas taxas.

3. EM QUE CIRCUNSTÂNCIAS OS AGENTES DA LEI FORAM VITIMADOS EM MAIOR PROPORÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ENTRE 1994 E 1995?

Agências da lei	Serviço	Folga
PMERJ	Dinâmicas criminais	Dinâmicas criminais Acidentes no trânsito
POLÍCIA CIVIL	Dinâmicas criminais	Dinâmicas criminais Acidentes no trânsito
CBMERJ	Acidentes no trânsito	Acidentes no trânsito Dinâmicas conflitivas
GUARDA MUNICIPAL	Dinâmicas conflitivas	Dinâmicas conflitivas Acidentes no trânsito Dinâmicas criminais
AGENTES PENITENCIÁRIOS	Dinâmicas conflitivas	Dinâmicas criminais Circunstâncias indeterminadas/ignoradas

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

4. COM QUE INSTRUMENTOS OS AGENTES DA LEI SÃO VITIMADOS EM MAIOR PROPORÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ENTRE 1994 E 1995?

Agências da lei	Serviço	Folga
PMERJ	Arma de fogo	Arma de fogo
POLÍCIA CIVIL	Arma de fogo	Arma de fogo
CBMERJ	Veículos	Arma de fogo Veículos
GUARDA MUNICIPAL	Paus e pedras Corpo	Arma de fogo Veículos Arma branca Outros instrumentos
AGENTES PENITENCIÁRIOS	Corpo	Arma de fogo

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

5. QUE AGRESSORES VITIMARAM OS AGENTES DA LEI EM MAIOR PROPORÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ENTRE 1994 E 1995?

Agências da lei	Serviço	Folga
PMERJ		
POLÍCIA CIVIL	Desconhecido	Desconhecido
CBMERJ	Desconhecido	Desconhecido
GUARDA MUNICIPAL	Desconhecido	Desconhecido
AGENTES	Conhecido da polícia	Desconhecido
PENITENCIÁRIOS	Conhecido da vítima	Sem especificação

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

6. EM QUE LOCAIS OS AGENTES DA LEI FORAM VITIMADOS EM MAIOR PROPORÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ENTRE 1994 E 1995?

Agências da lei	Serviço	Folga
PMERJ	Via pública	Via pública
POLÍCIA CIVIL	Via pública	Via pública
CBMERJ	Via pública	Via pública
GUARDA MUNICIPAL	Via pública	Via pública
AGENTES	Instituições policiais e de	Via pública
PENITENCIÁRIOS	segurança pública	

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

Capítulo VII

DESCRIÇÃO GERAL DAS FORÇAS DE SEGURANÇA ATUANTES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Este capítulo contém uma descrição sintética de cada uma das forças analisadas na pesquisa. Dentre as informações que as caracterizam e as diferenciam, foram aqui registrados, respectivamente, os históricos institucionais, as missões, as competências, as formas de atuação, os serviços oferecidos, as políticas de policiamento, as estruturas organizacionais, os efetivos, as escalas de trabalho, as formas de remuneração e benefícios, os critérios de seleção, capacitação e promoção, os mecanismos de controle interno e a regulamentação no uso das armas (para as forças armadas).

1. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

IDENTIFICAÇÃO GERAL

Data de criação:	13 de maio de 1809
Características:	Meio de força terrestre, militar, armado, ostensivo e fardado
Área de atuação:	Estado do Rio de Janeiro
Efetivo Total:	28.587 policiais militares
Efetivo por habitante no estado :	1 / 474
Efetivo por habitante na Região Metropolitana:	1 / 424
Efetivo por habitante na cidade do Rio de Janeiro:	1 / 509
Patrono:	Tiradentes

1. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

- Em 13 de maio de 1809, D. João VI criou a **Divisão Militar da Guarda Real da Polícia** - a primeira força policial de tempo integral, organizada militarmente - com o objetivo de "prover a segurança e a tranquilidade pública" na Corte.¹ Essa força contava inicialmente com 218 soldados, distribuídos por uma Companhia de Cavalaria e duas Companhias de Infantaria, armados e uniformizados de forma idêntica aos da Guarda Real Portuguesa.
- Através do Decreto Imperial de 22 de outubro de 1831, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia passou a denominar-se **Corpo de Guardas Municipais Permanentes**, composto por 640 soldados comandados pelo Duque de Caxias e subordinado ao ministro civil da justiça.
- Em 1866 o corpo de "permanentes" recebeu a designação formal de **Corpo Militar de Polícia da Corte**.²
- A Constituição republicana de 1891, introduziu o princípio federativo concedendo autonomia aos Estados na manutenção da segurança pública. No novo estado republicano o corpo militar de polícia da Corte é transformado na **Brigada de Polícia da Capital Federal** com um efetivo de 1.705 homens.
- Em 1920, a então **Polícia Militar do Distrito Federal** criou a **Escola Profissional para a Formação de Oficiais**.
- A Constituição de 1934 determinou que as Polícias Militares seriam consideradas reservas do Exército e teriam as mesmas prerrogativas desta força, quando a serviço da Nação.
- A Constituição de 1946 definiu, pela primeira vez, a manutenção da segurança interna e da ordem pública como atividade das Polícias Militares.
- Em 1960, com a transferência da Capital Federal para Brasília, a Corporação passou a chamar-se **Polícia Militar do Estado da Guanabara**.
- O decreto-lei n.317, de 18 de março de 1967, estabeleceu que o "policimento ostensivo fardado" passava a ser de competência exclusiva das Polícias Militares Estaduais.³ A Emenda Constitucional n.º 1 de 1969 previa, por outro lado, a intervenção da União nos Estados quando se considerasse que a ordem estava ameaçada.
- Em 1975, fundiram-se as Polícias Militares dos então Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro, dando origem à **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Nesta época a Corporação contava com 29.678 policiais.
- O Decreto n.º 689 de 29 de setembro de 1983 transformou o Comando da Polícia Militar em **Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**.
- Em 1995, a Polícia Militar tornou-se um dos órgãos de segurança pública da recém criada **Secretaria Estadual de Segurança Pública**.⁴

¹ Alguns trechos do decreto assinado pelo Príncipe Regente de Portugal D. João VI, encontram-se em Holloway, Thomas H. (1997) e <http://www.hps.com.br/pmerj>.

² Ao fim do período imperial, a Corte dispunha de um **Corpo Militar** e uma **Guarda Civil** (urbana).

³ Silva, Jorge da (1990).

⁴ Fonte: "Polícia Militar - Síntese histórica", fornecida pela PM1.

2. MISSÃO

A Constituição Federal de 1988, assim como a Constituição Estadual de 1989, definem a segurança da sociedade, do cidadão e de seu patrimônio como deveres do Estado e direito de todos atribuindo às Polícias Militares a responsabilidade pelo **policciamento ostensivo e pela preservação da ordem pública** (Artigo n.º 144 parágrafo 5 da Constituição Federal).⁵

3. COMPETÊNCIAS E FORMAS DE ATUAÇÃO

As polícias militares atuam no âmbito estadual e, no exercício de sua missão constitucional, devem **proteger, assistir e socorrer** a população, atuando como ferramenta executiva no provimento de ordem pública. Para cumprir tais atribuições, a PMERJ desenvolve estratégias de policiamento de carácter **preventivo, dissuasivo** (como intervenção em conflitos interpessoais e coletivos) e **repressivo** (como intervenção em ocorrências que envolvem crimes e contravenções).

→ O campo de atuação da polícia ostensiva é amplo e diversificado. Além das atividades rotineiras de patrulha e dos atendimentos emergenciais, as polícias militares operam como ferramenta de suporte e auxílio às outras agências que integram o sistema de segurança pública tais como a Polícia Judiciária, a Defesa Civil, o Ministério Público, a Guarda Municipal, etc.

⁵ Na atual Constituição, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares permanecem como forças auxiliares e de reserva do Exército, prestando - quando convocados - serviços adicionais de segurança interna.

4. SERVIÇOS OFERECIDOS - POLÍTICAS DE POLICIAMENTO

Os serviços de polícia ostensiva desenvolvidos pela PMERJ são oferecidos à população através das seguintes modalidades de policiamento:

SERVIÇOS DE ROTINA	
Os serviços de rotina têm como base os BPMs (Batalhões de Polícia Militar) e as CIPMs (Companhias Independentes), e são desempenhados por policiais armados, normalmente, de revólveres ou pistolas.	
Policiamento ostensivo geral	Policiamento a pé, unitário ou em duplas, realizado em áreas urbanas específicas .
Policiamento de radiopatrulha	Constitui a base do planejamento operacional. Nesta modalidade de policiamento a guarnição é composta, usualmente, por dois agentes que atuam em ligação estreita com os centros de operações da corporação.
Policiamento de bicicleta e motocicleta	Modalidades alternativas de patrulhamento desenvolvidas por alguns batalhões, em certos setores da cidade, como serviço complementar às atividades ostensivas gerais.
Cabines	Pontos-base assentados em vários locais estratégicos da cidade que funcionam como suporte tático às modalidades de patrulha móvel.
Postos Policiais	Pequenas unidades operacionais enraizadas no interior de comunidades específicas, que funcionam como extensão operacional das Companhias independentes ou dos batalhões.
Policiamento de guarda	Segurança de estabelecimentos penais e órgãos públicos estaduais.
SERVIÇOS ESPECIAIS	
Os serviços especiais são realizados pelas UopEs (Unidades Operacionais Especiais).	
Policiamento rodoviário	Atividades de patrulha realizadas na malha urbana estadual.
Policiamento florestal e de mananciais	Atividades de patrulha voltadas para a preservação dos recursos ambientais.
Policiamento de choque	Atividades de patrulhamento voltadas para os eventos de massa e controle de distúrbios coletivos.
Operação especial	Conjunto de atividades excepcionais desempenhas por uma força-tarefa aquartelada, especializada em ocorrências potencialmente violentas ou de alto risco. As operações especiais costumam empregar múltiplas viaturas, cada uma delas abrigando, em média, quatro policiais portando armas pesadas, como fuzis e metralhadoras.
Policiamento montado	Modalidade de patrulha empregada usualmente nas regiões com topografia irregular e baixa ocupação urbana. Excepcionalmente este tipo de policiamento é também utilizado em eventos de massa.
Policiamento de trânsito	Atividade orientada para disciplinar os usuários das vias urbanas. ⁶

⁶ Em 1998, com a implementação do novo Código Nacional de Trânsito, o policiamento de trânsito tornou-se responsabilidade da administração municipal.

5. ORGANIZAÇÃO

A PMERJ está estruturada segundo um modelo militar de organização de meios de força inspirado no ordenamento do Exército Brasileiro. O Comando da PMERJ é exercido por Oficial da Ativa, cuja patente corresponde ao posto mais elevado na hierarquia da corporação (Coronel). Sua estrutura administrativa é composta de **OPMs** (Organizações Policiais Militares) **de execução, OPMs setoriais e OPMs operacionais.**⁷

COMANDANTE GERAL				
OPMs EXECUTIVAS				
ASSESSORIA ESPECIAL	CECOPOM Centro de Comunicações	ESTADO MAIOR	CORREGEDORIA	
OPMs SETORIAIS				
DEI Direção de Ensino e Instrução	DGS Direção Geral de Saúde	DGAL Diretoria Geral de Apoio Logístico	DGP Diretoria Geral de Pessoal	DGF Diretoria Geral de Finanças
OPMs OPERACIONAIS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO				
CPC	CMDO UopE	CPB	CPI	
Comando de Policiamento da Capital	Comando das Unidades de Operações Especiais	Comando de Policiamento da Baixada	Comando de Policiamento do Interior	
BPMs e CIPMs	Bpchoq; RCECS; BPRV; BOPE; BPFMA; CEPTran.	BPMs e CIPMs	BPMs e CIPMs	

⁷ Ver organograma e sua descrição em anexo.

5.1 CÍRCULOS HIERÁRQUICOS DA POLÍCIA MILITAR

Conforme demonstra o quadro abaixo, a estrutura hierárquica da PMERJ possui 14 postos ou graduações.

CÍRCULOS	POSTOS	FUNÇÕES⁸
<u>CÍRCULO DOS OFICIAIS</u>		
Superiores	Coronel Tenente Coronel Major	Os oficiais que compõem os círculos superior, intermediário e subalterno são preparados, ao longo de sua carreira, para exercer funções de comando, chefia e direção.
Intermediários	Capitão	Na cadeia de comando e controle, os oficiais intermediários (capitães) destacam-se como o principal elo de comunicação com o círculo das praças.
Subalternos	Primeiro Tenente Segundo Tenente	
<u>PRAÇAS ESPECIAIS</u>		
	Aspirante Oficial Aluno Oficial	
<u>CÍRCULO DAS PRAÇAS</u>		
Subtenentes e Sargentos	Subtenente Primeiro Sargento Segundo Sargento Terceiro Sargento	Os Subtenentes e Sargentos auxiliam e complementam as atividades dos Oficiais, quer na administração e no emprego dos recursos materiais e humanos, quer na instrução e no adestramento das praças. Devem ainda desempenhar as atividades de policiamento ostensivo peculiares à Polícia Militar.
Cabos e Soldados	Cabo Soldado	Os cabos e soldados são, essencialmente, os profissionais que devem executar as tarefas de policiamento.

6. EFETIVO

A PMERJ conta hoje com um contingente de 28.587 policiais em todo o estado, dos quais 10.938 (38,3%) estão situados na cidade do Rio de Janeiro. As categorias "efetivo previsto", "efetivo existente", "efetivo pronto" e "efetivo aplicado" são utilizadas para planejamento e alocação dos recursos humanos da corporação:

- O efetivo previsto, definido pela Lei n.º 1072 de 1977,⁹ é um índice que exprime as necessidades de pessoal segundo as especificidades de cada unidade operacional. Esse índice é elaborado com base nos seguintes critérios:

⁸ O Estatuto da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, aprovado através da Lei n 443 de 1 de julho de 1981, apresenta o plano de carreira do servidor policial militar, estabelecendo as atribuições para cada patente.

⁹ Naquele momento o efetivo da PM consistia em 34 000 policiais.

- territorial - área de cobertura da Uop
 - populacional - população (residente e transitória) atendida pela UOp
 - tipicidade da área urbana e modalidade dos serviços prestados pela UOp - adequação às exigências específicas de cada área.
- O efetivo existente consiste na quantidade real de profissionais alocados em cada Organização Policial Militar (OPM).
 - O efetivo pronto refere-se ao contingente de policiais disponíveis para emprego diário e imediato nas atividades fim e meio, excluindo os profissionais que estão licenciados, afastados, realizando cursos ou em férias.
 - O efetivo aplicado é um índice que expressa a capacidade de emprego da força. Para a composição do "efetivo aplicado" são considerados: o número de policiais em pronto emprego, as escalas de trabalho, a hora, o dia e o mês de alocação dos recursos humanos.

Nas OPMs o efetivo encontra-se distribuído entre as atividades-meio (gestão, planejamento, suporte, etc.) e atividades-fim (policiamento).

Batalhão de Policiais Burocratas. Os policiais das atividades-meio das OPMs de Execução e OPMs Setoriais formam o **BPB**, Batalhão de Policiais Burocratas, que constitui a reserva operacional do Comando Geral. Estes policiais, com exceção dos Oficiais do Estado Maior, podem ser deslocados para atividades-fim nas seguintes situações:

- eventos programados - jogos esportivos, visita de dignitários, desfiles cívicos e carnavalescos ou festas populares;
- eventos de emergência em presídios, catástrofes e inundações (neste último caso sob coordenação da Defesa Civil).

Contingente de civis. Recentemente, a PMERJ incorporou civis aos seus quadros. As Leis n.º 1.179 de 21 de julho de 1987 e n 1.434 de 2 de março de 1989 criaram, respectivamente, os quadros de **Funcionários Civis das Áreas de Saúde e Administrativa**.

7. ESCALA E JORNADA DE TRABALHO

- Os policiais empenhados em **atividades-fim** (policiamento) seguem as seguintes escalas, em jornada de 48 horas semanais: **12/24 horas** (diurno) e **12/48 horas** (noturno). Os policiais que prestam serviço de guarda nos presídios cumprem uma escala de trabalho de **24/48 horas**.
- Os policiais empenhados em **atividades-meio**, seguem as seguintes escalas, em jornada de 56 horas semanais: segunda a sexta-feira - de 9:00 às 17:00 no Quartel General e de 8:00 às 16:00 nas outras unidades. Eles cumprem um plantão semanal de 24 horas, seguido de um dia de folga.

8. REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

- Não há variação no valor do soldo dos policiais militares de uma mesma posição hierárquica, quer estejam na ativa, na reserva remunerada ou reformados. O soldo é acrescido de gratificações por função, triênio e salário-família.
- São os seguintes os benefícios dos policiais militares:
 - **Assistência médico-hospitalar** extensiva aos seus dependentes nos hospitais e policlínicas da Corporação ou clínicas conveniadas
 - **Funeral** extensivo aos seus dependentes
 - **Alimentação** fornecida aos policiais em atividade (as unidades possuem um “Rancho de Praças” e um “Rancho de Oficiais”).
 - **Fardamento** distribuído aos Soldados e Cabos, e, em casos especiais, aos outros policiais militares.
 - **Transporte**, em casos de mudança de moradia e deslocamento em função do serviço. Os policiais que servem nos órgãos do Quartel General, nas Unidades do Interior e Baixada, e aqueles residentes em qualquer parte do Estado, que estejam fazendo curso no CFAP são beneficiados, desde 1993, pelo Programa de Transporte Rodoviário da Tropa.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO

Formas de Ingresso

- A Corporação oferece duas possibilidades de ingresso nos seus quadros relativas a duas formas distintas de carreira:
 - **Círculo das Praças** - O candidato, com idade mínima de 21 anos e primeiro grau completo, ingressa na força como Soldado.
 - **Círculo dos Oficiais** - O candidato desde que solteiro, com idade mínima de 18 anos e segundo grau completo ingressa na força como Aluno-Oficial.
- Nos dois casos, o processo de seleção, organizado respectivamente pela Fundação CESGRANRIO e pelo CRSP, e recentemente pela UERJ, envolve as seguintes etapas:
 - **Prova escrita** - o candidato a praça aprovado em concurso é encaminhado ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP para fazer o curso de Soldado, cuja duração atualmente é de 7 meses. O candidato será excluído da corporação se não atingir a média exigida, e graduado como soldado, se for aprovado no curso. O candidato a aluno-oficial aprovado em concurso faz o Curso de Formação de Oficiais, na Escola Superior de Formação de Oficiais - ESFO, cuja duração é de 3 anos. O candidato será excluído da corporação se não atingir a média exigida, e graduado como Aspirante-Oficial, se obtiver aprovação.
 - **Exame Psicológico.**
 - **Exame físico e médico.**
 - **Investigação social**

→ Todas as etapas são eliminatórias, inclusive os cursos de formação.

Critérios de promoção e ascensão.

Posto	Tempo por patente	Qualificações	
		Serviços Prestados	Exigências
PRAÇAS¹⁰			
Soldado a Cabo	8 anos	8 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comportamento disciplinar classificado, no mínimo, como "bom".
Cabo a 3 ^o Sargento	7 anos	15 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comportamento disciplinar classificado, no mínimo, como "bom". ▪ Curso.
3 ^o Sargento a 2 ^o Sargento	5 anos	20 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comportamento disciplinar classificado como "excepcional". ▪ Curso.
2 ^o Sargento a 1 ^o Sargento	5 anos	25 anos	
1 ^o Sargento a Subtenente	5 anos	30 anos	
Subtenente a 2 ^o Tenente	5 anos	35 anos	
OFICIAIS¹¹			
Asp. Oficial a 2 ^o Tenente	6 meses	6 meses	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comportamento disciplinar classificado como "excepcional". ▪ Curso.
2 ^o Tenente a 1 ^o tenente	2 anos	2 anos	
1 ^o Tenente a Capitão	3 anos	5 anos	
Capitão a Major	4 anos	9 anos	
Major a Tenente Coronel	3 anos	12 anos	
Tenente Coronel a Coronel	3 anos	15 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Merecimento ▪ Curso
<p>Uma vez tendo cumprido o interstício mínimo em seu posto e atendido às exigências de qualificação para a patente pretendida, o policial ingressa no <u>Quadro de Promoções</u>, que se pauta pelos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Antigüidade - precedência hierárquica de um graduado sobre os demais de igual graduação. ▪ Merecimento - conjunto de qualidades e atribuições que distinguem o graduado dentre seus pares. ▪ Bravura - atos não comuns, de coragem e audácia, que, ultrapassando o os limites normais do cumprimento do dever, representam feitos indispensáveis ou úteis às operações militares, pelos resultados alcançados ou pelo exemplo positivo deles emanados. ▪ Promoção "Post-mortem" - reconhecimento do Estado ao graduado falecido no cumprimento do dever ou em consequência disto. 			

→ Ingressando na força como Soldado, o policial pode chegar, no máximo, até o posto de Capitão, grau que corresponde a 35 anos de serviços prestados à corporação.

→ Ao completar 30 anos de serviço, o policial pode ser encaminhado para a reserva remunerada, ou diretamente reformado, caso não apresente boas condições de saúde.

¹⁰ O Regulamento de Promoção de Praças (RRP), aprovado em 28 de novembro de 1984, foi atualizado pelos Decretos n.º 22.169 - maio de 1996 e n.º 23.673 - novembro/1997.

¹¹ O Decreto n.º 216, aprovado em 18 de julho de 1975, estabelece os critérios de Promoções de Oficiais ainda adotados pela corporação.

- As normas para Premiação em Pecúnia por Mérito Especial começaram a ser definidas a partir de 1995. Desde então, o policial que “ultrapassasse os limites normais do cumprimento do dever” seria agraciado por ato de bravura. A indicação do agente pode ser feita pelo:
 - Comandante, Chefe e Diretor da OPM na qual o policial servia.
 - Comandante Geral, somente em caráter extraordinário.
 - Secretário de Segurança Pública.
- O processo de promoção inicia-se na OPM com o preenchimento dos formulários de “Proposta” e “Relatório de Causa e Efeito” (que narram o fato que deu origem à proposta), aos quais são anexados todos os documentos comprobatórios e elucidativos considerados necessários. A documentação completa é remetida, então, ao Comando Geral no prazo de 5 dias e posteriormente à SSP/RJ - Secretaria de Segurança Pública, que remeterá a documentação ao DGP - Diretoria Geral de Pessoal, que a preparará, por sua vez, para a reunião da “Comissão do Mérito Especial”. Finalmente, esta Comissão, comandada pelo Chefe do Estado Maior, emite o parecer final.
 - No caso de incapacidade definitiva do policial para o exercício de suas funções, o valor da premiação gira em torno de 100% a 150% do soldo e nos demais casos, em torno de 50 a 100%.

→ A Premiação por Bravura pode ser interrompida caso o policial apresente conduta comprovadamente inadequada às normas e regimentos da corporação.

10. MECANISMOS DE CONTROLE INTERNO E REGULAMENTO DISCIPLINAR

- O atual Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM), aprovado através do Decreto n.º 6.579 de 5 de março de 1983, na gestão do Governador Chagas Freitas, especifica as transgressões disciplinares relacionadas à conduta do policial militar em serviço, fora de serviço ou inativo; assim como discrimina as punições disciplinares e os recursos dos quais o policial pode se valer para modificar ou anular a aplicação das punições.¹²
- No julgamento da transgressão disciplinar, que pode ser considerada leve, média ou grave, são levadas em conta as causas e conseqüências da infração, assim como as circunstâncias atenuantes e agravantes. A ficha disciplinar do policial, verificada periodicamente, determina sua classificação como “excepcional”, “ótimo”, “bom”, “insuficiente” e “mau”.
 - Algumas transgressões disciplinares recebem tratamento especial nas Notas de Instrução - Nis. A Nota n.º 172 de 16 de dezembro de 1997, por exemplo, determina ser falta grave o policial militar estar fora da área de policiamento a que pertence sem

¹² No referido regulamento, a disciplina é definida como “a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o Organismo Policial Militar”.

a autorização do Comando Superior, ao mesmo tempo em que determina a intensificação de supervisões para coibir tal fato.

Exemplos de transgressões relacionadas à conduta policial militar no interior da corporação.

- Não cumprir ordem recebida.
- Afastar-se de qualquer lugar em que deva estar por força de disposição legal ou de ordem.
- Usar, quando uniformizado, barba, cabelos, bigodes ou costeletas excessivamente compridos ou exagerados, contrariando disposições a respeito.
- Entrar ou sair da OPM com força armada, sem prévio conhecimento ou ordem da autoridade competente.
- Portar a Praça arma regulamentar sem estar de serviço ou sem ordem para tal.

Exemplos de transgressões relacionadas ao desempenho das atividades de polícia ostensiva.

- Deixar de portar o Policial Militar o seu documento de identidade, estando ou não fardado ou de exibi-lo quando solicitado.
- Disparar arma por imprudência ou negligência.
- Usar violência desnecessária no ato de efetuar prisão.
- Não zelar devidamente, danificar ou extraviar, por negligência ou desobediência à regra ou norma de serviço, material da Fazenda Nacional, Estadual ou Municipal, que esteja ou não sob sua responsabilidade direta.

Exemplos de transgressões relacionadas ao convívio social.

- Portar-se sem compostura em lugar público.
- Frequentar lugares incompatíveis com seu nível social e o decoro da classe.
- Contrair dívidas ou assumir compromisso superior às suas possibilidades, comprometendo o bom nome da classe.
- Fazer uso, estar sob ação ou induzir outrem a uso de tóxico, entorpecentes ou produtos alucinógenos, salvo quando devidamente autorizado.
- Embriagar-se ou induzir outrem à embriaguez, embora esse estado não tenha sido constatado por médico.

10.1. USO DA ARMA

- A aquisição de uma arma pelo policial militar (normalmente adquirida através da corporação) depende de um parecer da Corregedoria da Polícia Militar. Todas as armas, adquiridas ou não através da OPM, são registradas na corporação e na Polícia Civil. A arma do policial fica acautelada nos seguintes casos:
 - **IFP** (Incapacidade Física Parcial) atestada pela Clínica Psiquiátrica do Hospital Central da Polícia Militar - HCPM. Caso desempenhe atividade-fim, o policial militar é deslocado e passa a desempenhar funções na atividade-meio, com a recomendação de exercer um Serviço Interno Não Armado (SINA).
 - **LTS** (Licença para Tratamento de Saúde) determinada pela Clínica Psiquiátrica do HCPM. Nos casos de reforma por problemas psiquiátricos, a arma do policial fica em posse de sua família.

- A partir de 1995, os policiais militares receberam permissão para usar sua arma pessoal em serviço.

2. POLÍCIA CIVIL

IDENTIFICAÇÃO GERAL

Data de Criação:	10 de maio de 1808
Característica:	Meio de força terrestre, civil, armado e auxiliar do poder judiciário.
Área de Atuação:	Estado do Rio de Janeiro
Efetivo no Estado do Rio de Janeiro	10.256 profissionais
Efetivo na ativa da cidade do Rio de Janeiro :	5.950 policiais civis
Efetivo por habitante no Estado do Rio de Janeiro	1/1334
Efetivo na ativa por habitante na Cidade do Rio de Janeiro:	1/ 949

1. HISTÓRICO INSTITUCIONAL¹³

-
- Através do Alvará de 10 de maio de 1808, D. João VI criou a **Intendência Geral de Polícia da Corte**, sendo designado para ocupar o cargo de Primeiro Intendente Geral de Polícia, o Desembargador e Ouvidor Geral do Crime, Paulo Fernandes Viana. Esta instituição é considerada o núcleo de uma “polícia civil” no Brasil .
 - A Intendência Geral de Polícia centralizou todas as atribuições policiais que, até a vinda do Príncipe-Regente, competiam a várias autoridades: o Ouvidor-Geral, os Alcaides-mores e menores, os Quadrilheiros e os capitães-mores de Estradas e Assaltos. Suas funções diziam respeito à justiça, ao governo e à administração interna.
 - No regime republicano, as organizações policiais passaram a integrar as instituições estaduais, separando-se definitivamente do poder central . O Decreto n 4.763 de 5 de fevereiro de 1903 criou 28 circunscrições policiais (Distritos) no Distrito Federal. Este número aumentou para trinta, pelo Decreto n. 22.232 de 10 de janeiro de 1933, que também instituiu a **Diretoria Geral de Investigações**.
 - O Decreto n 6.378 de 28 de março de 1944 transformou a **Polícia Civil do Distrito Federal** no **Departamento Federal de Segurança Pública**.
 - Em 1960, com a transferência da Capital para Brasília, foi criado o **Departamento Estadual de Segurança Pública**. A Lei n 263 de 24 de dezembro de 1962 extinguiu esse Departamento, criando a Secretaria de Segurança Pública.
 - O Decreto n 6.625 de 15 de março de 1983 criou a **Secretaria Extraordinária de Polícia Judiciária e dos Direitos Civis**. A Lei n 689 de 29 de novembro de 1983 modificou a sua denominação para **Secretaria de Estado da Polícia Civil**.
 - Em 1995, a Polícia Civil tornou-se um dos órgãos de segurança pública da recém criada Secretaria Estadual de Segurança Pública.
-

¹³ Santos, Edna de Araujo Alves dos. Polícia Civil - Princípios Institucionais e Prática Cartorária. Rio de Janeiro, Editora Espaço Jurídico, 1977.

2. MISSÃO

A Constituição Federal de 1988, assim como a Constituição Estadual de 1989 estabeleceram que às Polícias Cíveis competem o exercício das funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, resguardada a competência da União e excluídos os delitos militares.

3. COMPETÊNCIAS E FORMAS DE ATUAÇÃO

Como ferramenta auxiliar da justiça cabe à Polícia Civil investigar os crimes e encaminhar os resultados de sua investigação à Justiça Comum Estadual. Sua função, no âmbito estadual, é essencialmente repressiva, sem desconsiderar o efeito preventivo que, indiretamente, decorre de sua atuação.¹⁴ Compete a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro:

- Instaurar inquéritos policiais;
- Autuar em flagrante;
- Efetuar prisão preventiva e temporária;
- Efetuar buscas e apreensões mediante ordem judicial;
- Realizar exame de corpo delito e quaisquer perícias.

4. ORGANIZAÇÃO

A Polícia Civil é uma organização civil, dirigida por um Chefe da Polícia Civil, ocupante do cargo de Delegado de Polícia em final de carreira, sendo substituído em seu afastamento e impedimento eventuais pelo Subchefe da Polícia Civil. Sua estrutura administrativa é composta dos seguintes órgãos¹⁵:

¹⁴ O Inciso 6 do Artigo 144 da Constituição Federal define que a Polícia Civil, juntamente com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, está subordinada ao respectivo Governador do Estado e Distrito Federal

¹⁵ Ver organograma em anexo.

CHEFIA DA POLÍCIA CIVIL						
ORGÃOS DE APOIO DIRETO E IMEDIATO						
Gabinete do Chefe	Assistência Jurídica	Assistência de Comunicação Social	Assistência Técnico/Administrativa	Assistência de Planejamento	Coordenadoria de Inteligência	Centro de Informática
ORGÃO COLEGIADO						
Conselho Superior da Polícia Civil						
ORGÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Superintendência de Administração e Serviço						
ORGÃOS DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E TREINAMENTO						
Academia Estadual de Polícia Sívio Terra						
ORGÃOS DE ATIVIDADES ESPECIAIS						
Subchefia de Polícia Civil (Delegacias especializadas, Divisões e Institutos)						
DSD DFAE DC-PLINTER	DPCA DAS	DEAM DPMA	DPF DECON	DEAT DRE	DRF DDEF	IIFP IICE IMLAP
ORGÃOS OPERACIONAIS						
Superintendência Geral de Crimes Contra a Vida Delegacias de Polícia Coordenadoria de Recursos Especiais						
ORGÃOS DE CORREIÇÃO						
Corregedoria Geral de Polícia Civil						

5. EFETIVO

As Leis No. 699/83 e No. 1275/88 discriminaram o "efetivo previsto" segundo as categorias profissionais, suas classes e as unidades da Polícia Civil no Estado. De acordo com estas leis a organização policial civil deveria contar com um efetivo de 22.539 profissionais, incluindo as autoridades policiais (delegados) e os agentes e auxiliares da autoridade policial (detetives, escrivães, peritos, carcereiros, etc.). Com um efetivo atual de 10.256 profissionais, a polícia civil possui apenas 45,50% do efetivo previsto em todo estado. A carência de profissionais é mais significativa na categoria de detetives, que apresenta hoje 47,0% do quantitativo definido em lei.¹⁶

¹⁶ Os dados relativos aos efetivos "previsto/fixado" e "ocupado" foram fornecidos pela Superintendência de Administração e Serviços da Polícia Civil.

O Decreto No. 7.295/84 discrimina os cargos do Quadro Permanente da Polícia Civil (Q.P.P.C.):

CARGO	EXIGÊNCIAS
Nível universitário	
Delegado de Polícia	Diploma de bacharel em direito registrado.
Perito Legista ¹⁷ Médico Policial	Diploma de médico registrado no CRM.
Enfermeiro Policial	Diploma de enfermeiro registrado.
Perito Criminal ¹⁸	Diploma de curso superior registrado nas carreiras inerentes ao cargo.
Engenheiro Policial de Telecomunicação	Diploma de curso superior de Engenharia, registrado na especialidade inerente ao cargo.
Segundo Grau	
Detetive Inspetor Escrivão de Polícia	Certificado de segundo grau escolar ou equivalente.
Papiloscopista Escrevente	
Detetive	Certificado de segundo grau escolar Carteira de habilitação de motorista
Piloto Policial	Certificado de segundo grau escolar ou equivalente Carta de Piloto Comercial expedida pelo Departamento de Aviação Civil
Auxiliar de Enfermagem Policial Técnico Policial de Laboratório	Certificado de segundo grau escolar ou equivalente Habilitação técnica inerente ao cargo
Técnico Policial de Telecomunicação	
Primeiro Grau	
Auxiliar de Necropsia Técnico de Necropsia Operador Policial de Telecomunicação Fotógrafo Policial	Certificado de primeiro grau escolar ou equivalente
Motorista Policial Carcereiro Policial	Certificado de primeiro grau escolar ou equivalente Carteira de habilitação de motorista

6. ESCALA E JORNADA DE TRABALHO

Os policiais civis trabalham em escala de 24/72 horas, ou seja, fazem um plantão de 24 horas e folgam 3 dias . Assim sendo, sua jornada de trabalho é de 48 horas semanais.

¹⁷ Conforme a Lei 699/83, o cargo de Perito Legista engloba, ainda, as carreiras de Odontólogo, Farmacêutico ou Bioquímico.

¹⁸ A Lei 699/83 discrimina apenas os formandos em Engenharia, Farmácia, Veterinária, Biologia, Física, Química, Ciências Contábeis ou Agronomia.

7. REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

O vencimento padrão do policial civil é acrescido de :

- adicional por tempo de serviço;
- salário família;
- gratificação por função;
- ajuda de custo e transporte ao policial mandado servir em outra sede;
- diárias para o policial que, em razão do serviço, se deslocar eventualmente da sede.

Os policiais civis têm direito aos seguintes benefícios:

- Auxílio doença : após cada período de doze meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, o policial terá direito a um mês de vencimento;
- Auxílio funeral : concedido à família do policial ativo ou inativo falecido;
- Auxílio moradia: concedido ao policial que for designado "ex-officio" para ter exercício definitivo em nova sede e nesta não vier a residir em imóvel pertencente ao Poder Público;
- Pensão especial: provento mensal equivalente ao vencimento, somado às vantagens percebidas em caráter permanente, concedidas aos beneficiários do policial falecido, em consequência de acidente, ou doença adquirida em serviço.¹⁹

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CAPACITAÇÃO

O ingresso na Polícia Civil se dá por concurso público. O concurso público para o Quadro Permanente da Polícia Civil é dividido em duas fases:

- Primeira fase: composta de Exame Psicotécnico, Provas Escritas de Conhecimentos e Práticas (quando necessárias ao cargo), Exame Médico e Prova de Capacidade Física;
- Segunda fase: os candidatos aprovados na primeira fase são matriculados no Curso de Formação Profissional.

O candidato não pode obter nota inferior a 50 pontos em qualquer das fases do concurso. Ele será, ainda, submetido à Prova de Investigação Social que poderá estender-se até à homologação do concurso, considerando-se seus antecedentes criminais, sociais, familiares, sua conduta e conceito no Curso de Formação Profissional.

¹⁹ O seguro de vida de um policial civil em 1995 era de R\$20.000,00.

9. MECANISMO DE CONTROLE INTERNO E REGULAMENTO DISCIPLINAR

O Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro foi aprovado através do Decreto - Lei n 218 de 18 de julho de 1975, na gestão do então governador Floriano Faria Lima. Neste documento são discriminadas as transgressões disciplinares, assim como as punições e os recursos aos quais o policial tem acesso para modificá-las ou anulá-las. No Capítulo intitulado “ Do Código de Ética Policial ”, são estabelecidos os seguintes preceitos éticos:

- Proteger vidas e bens;
- Preservar a ordem , repelindo a violência;
- Respeitar os direitos e garantias individuais;
- Exercer a função policial com probidade, discricção e moderação, fazendo observar as leis com lisura;
- Cultuar o aprimoramento técnico-profissional;
- Obedecer às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.

No julgamento da transgressão disciplinar, que pode ser classificada em LEVE, MÉDIA ou GRAVE , são levantadas as causas que a determinaram, as circunstâncias que a atenuem e/ou a agravem e as conseqüências que dela podem advir.

Exemplos de transgressões relacionadas à conduta do policial civil no interior da organização:

- Insubordinar-se ou desrespeitar superior hierárquico;
- Violar o Código de Ética Policial.

Exemplos de transgressões relacionadas ao desempenho das atividades de polícia judiciária

- Usar indevidamente os bens do Estado ou de terceiros sob sua guarda ou não;
- Agir, no exercício da função, com displicência, deslealdade ou negligência;
- Maltratar preso sob sua guarda ou usar de violência desnecessária no exercício da função policial;
- Deixar de concluir, nos prazos legais ou regulamentares, sem motivos justos, inquéritos policiais, sindicâncias, atos ou processos administrativos;
- Empenhar-se em atividades que prejudiquem o fiel desempenho da função policial;
- Utilizar, ceder ou permitir que outrem use objetos arrecadados, recolhidos ou apreendidos pela Polícia;
- Esquivar-se, na ausência da autoridade competente, de atender a ocorrências passíveis de intervenção policial que presencie ou de que tenha conhecimento imediato, mesmo fora da escala de serviço;
- Desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de decisão judicial ou criticá-las;
- Violar o Código de Ética Policial.

Exemplos de transgressões relacionadas ao convívio social

- Manter relações de amizade ou exibir-se em público, habitualmente, com pessoas de má reputação, exceto em razão de serviço;
- Portar-se de modo inconveniente em lugar público ou acessível ao público.

3. CORPO DE BOMBEIROS

IDENTIFICAÇÃO GERAL

Data de criação:	2 de julho de 1856
Características:	Agência de defesa civil, terrestre e marítima, militar, fardada, aquartelada e desarmada.
Área de atuação:	Estado do Rio de Janeiro
Efetivo total:	9027 bombeiros militares
Efetivo por habitante no estado:	1 / 1485
Efetivo por habitante na cidade do Rio de Janeiro:	1 / 1490

1. HISTÓRICO INSTITUCIONAL²⁰

-
- No início do século XIX, o **Arsenal de Marinha**, com reconhecida experiência no combate de incêndios em embarcações ocasionados pelos diversos ataques sofridos na costa do Rio de Janeiro, recebeu a incumbência do governo de exercer a função de extinguir incêndios na cidade.
 - Em 2 de Julho de 1856, o Imperador D. Pedro II criou o **Corpo Provisório de Bombeiros da Corte**, sob a jurisdição do Ministério da Justiça. No mesmo ano foi também nomeado o primeiro Comandante do Corpo: o Major do Corpo de Engenharia do Exército, João Baptista de Castro Moraes Antas.
 - Através do decreto imperial 7.776 de 19 de julho de 1880, foi concedido aos integrantes da corporação graduações militares.
 - Em 1908 foram concluídas e inauguradas as instalações definitivas da **Estação Central do Corpo de Bombeiros**, localizada na Rua Praça da República, onde hoje funciona o Quartel do Comando Geral.
-

²⁰ O breve histórico do CBMERJ foi elaborado a partir das informações contidas na home page <http://www.ibase.org.br/~esfao/cbmerj/index.html>.

2. MISSÃO

A Constituição Federal de 1988, assim como a Constituição Estadual de 1989 estabelecem que aos Corpos de Bombeiros Militares competem a assistir e socorrer a população nas ocorrências de incêndios provocados e acidentais, em casos de acidentes automobilísticos e em catástrofes naturais como desabamentos e enchentes.²¹

3. COMPETÊNCIAS E FORMAS DE ATUAÇÃO

O Corpo de Bombeiros Militares do estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) atua no âmbito estadual e tem como atribuições assistir e socorrer a população fluminense, atuando como uma ferramenta de defesa civil e patrimonial. Para cumprir tais atribuições o CBMERJ desenvolve as seguintes estratégias:

- Preventivas - verificação do estado das encostas e de dispositivos e aparelhagens de combate ao fogo em prédios comerciais e de moradia;
- Assistenciais - atendimento em casos de emergências médicas em acidentes automobilísticos e “doenças naturais” .

4. SERVIÇOS OFERECIDOS

- Prevenção e extinção de incêndios;
- Busca e salvamento;
- Perícias;
- Socorro em caso de acidentes automobilísticos;
- Socorro nos casos de inundações, desabamentos ou catástrofes, sempre que haja ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoa em iminente perigo de vida;

²¹ Na atual constituição as polícias militares e os corpos de bombeiros militares permanecem como forças auxiliares e de reserva do Exército, prestando - quando convocados - serviços adicionais de segurança interna.

5. ORGANIZAÇÃO

A CBMERJ está estruturada segundo um modelo militar de organização de meios de força inspirado no ordenamento do exército brasileiro. O Comando da CBMERJ é exercido por Oficial da Ativa, cuja patente corresponde ao posto mais elevado na hierarquia da corporação (Coronel). Sua estrutura administrativa é composta de **O**BMs (Organizações de Bombeiros Militares) **de Direção Geral**, **O**BMs de Direção Setorial e **O**BMs de Execução.²²

5.1 CÍRCULOS HIERÁRQUICOS DO CORPO DE BOMBEIROS

Conforme demonstra o quadro abaixo, a estrutura hierárquica do CBMERJ possui 14 postos ou graduações.

CÍRCULOS	POSTOS	FUNÇÕES
<u>CÍRCULOS DOS OFICIAIS</u>		
Superiores	Coronel Tenente Coronel Major	Os oficiais que compõem os círculos superior, intermediário e subalterno são preparados, ao longo de sua carreira, para exercer funções de comando, chefia e direção.
Intermediários	Capitão	Na cadeia de comando e controle, os oficiais intermediários (capitães) destacam-se como o principal elo de comunicação com o círculo das praças.
Subalterno	Primeiro Tenente Segundo Tenente	
<u>PRAÇAS ESPECIAIS</u>		
	Aspirante Oficial Aluno Oficial	
<u>CÍRCULO DAS PRAÇAS</u>		
Subtenentes e Sargentos	Subtenente Primeiro Sargento Segundo Sargento Terceiro Sargento	Os Subtenentes e Sargentos auxiliam e complementam as atividades dos Oficiais, quer na administração e no emprego dos recursos materiais e humanos, quer na instrução e no adestramento das praças.
Cabos e Soldados	Cabo Soldado	Os cabos e soldados são, essencialmente, os profissionais empenhados nas tarefas de execução.

²² Ver organograma em anexo.

6. ESCALA E JORNADA DE TRABALHO

- Os bombeiros empenhados em **atividades-fim** seguem a escala de 24/48 horas cumprindo 72 horas de trabalho por semana.
- Os bombeiros empenhados em **atividades-meio**, trabalham de segunda à Sexta de 8:00 às 16:00 horas. Eles cumprem um plantão semanal de 24 horas, seguido de um dia de folga.

7. REMUNERAÇÃO/BENEFÍCIOS

- soldo é acrescido de gratificações por função, triênio e salário-família.
- Assistência médico-hospitalar, extensiva aos seus dependentes nos hospitais e policlínicas da Corporação;
- Funeral, extensivo aos seus dependentes;
- Alimentação fornecida aos bombeiros em atividade.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO

- Os critérios adotados no CBMERJ são os mesmos empregados na PMERJ.

9. MECANISMOS DE CONTROLE INTERNO E REGULAMENTO DISCIPLINAR.

- O atual Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros é o mesmo da Polícia Militar, aprovado pelo Decreto No. 6.579 de março de 1983, na gestão do Governador Chagas Freitas.

4. GUARDA MUNICIPAL

IDENTIFICAÇÃO GERAL

Data de criação:	1993
Característica:	Meio de força terrestre, civil, desarmado, ostensivo e fardado
Área de atuação:	Município do Rio de Janeiro
Efetivo atual:	3.807 agentes
Efetivo por habitante:	1 / 1457
Superintendente:	Paulo César Amêndola de Souza

1. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

-
- A história da Guarda Municipal do Rio de Janeiro remonta ao ano de 1935, quando foi criado um primeiro corpo de efetivo, dividido em 12 distritos e encarregado da vigilância da capital da República. A partir de 1937 a instituição passou a contar com armamentos e uniforme, tornando-se um meio de força armado e ostensivo. Sua atuação consistia na fiscalização do ordenamento urbano e no provimento de segurança, por ocasião de eventos especiais, como a remoção da Favela da Hípica, em 1945 e a inauguração do Maracanã, em 1950.
 - Em 1964, a Guarda foi dissolvida pelo Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que instituiu, através da Lei 561/64 e pelo Decreto no. 347/65, a **Força Policial do Estado**.
 - A atual Guarda Municipal ou **Empresa Municipal de Vigilância S.A.** foi instituída na gestão do prefeito César Maia, através do Decreto n.º. 12.000 de 30 de março de 1993, de acordo com as prerrogativas legais discriminadas pela Lei Orgânica do Município.
 - Na formação de seu corpo inicial de agentes, a empresa se beneficiou da cisão parcial da Companhia de Limpeza Urbana (COMLURB), absorvendo 2.200 vigilantes que compunham sua Gerência de Vigilância Patrimonial, os quais foram submetidos a treinamento específico e transformados em guardas municipais.
-

2. MISSÃO

A Constituição Federal, no Artigo 144, Inciso 8 do Capítulo III - Da Segurança Pública -, assim como a Constituição Estadual, no Capítulo 180, Inciso 1, promulgadas, respectivamente, em 1988 e 1989, restituíram a autonomia aos municípios para constituírem **“Guardas Municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e Instalações”**.

→ A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, promulgada em 1990, define no seu Artigo 30, Inciso VII, que compete ao município a instituição de **“um corpo de guardas municipais especializados, que não façam uso de armas”**. Esse corpo de guarda teria como principais objetivos e funções:

- Proteger os bens, serviços e instalações do município;
- Organizar, dirigir e fiscalizar o tráfego de veículos no território municipal;
- Assegurar o direito da comunidade de desfrutar ou utilizar bens públicos;
- Proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico, cultural e ecológico do município;
- Oferecer apoio ao turista nacional e estrangeiro.

3. COMPETÊNCIAS E FORMAS DE ATUAÇÃO

A atuação da Guarda Municipal restringe-se exclusivamente à área da cidade do Rio de Janeiro e no cumprimento de sua missão, deve "dar suporte à auto-executoriedade de atos administrativos, tendentes a **prevenir** ou **reprimir** a ocupação ou utilização indevida dos bens e instalações do município, apoiando as medidas tomadas para, por exemplo, coibir o comércio ambulante irregular, a favelização de logradouros públicos ou a invasão de edificações sob responsabilidade da administração municipal".²³

- Segundo o jurista Cretella Júnior, autor de parecer sobre o papel constitucional da guarda, “o objetivo da regra que institui a Guarda Municipal é a proteção dos interesses do município e dos seus cidadãos em oposição à ação criminosa de pessoas que atentem contra eles”.²⁴

A competência do poder de polícia, exercido pelos guardas municipais, é de peculiar interesse comunal e autônomo, não estando vinculada a outros órgãos policiais, apesar do trabalho conjunto com outras forças quando em prol do município.

Na sua tarefa de vigilância diária, a atuação da Guarda Municipal se aproxima daquela da Polícia Militar, quando se trata coibir ações criminosas e contravenções e, também, à da Defesa Civil, no que tange à manutenção da ordem pública e dos serviços municipais (em dias normais e em momentos excepcionais) e intervenção nos casos de acidentes naturais.

²³ Parecer n.º 16/93 - MP (Processo NE - 14/31, 956/93) do Procurador de Estado Dr. Milton Flaks .

²⁴ "A municipalização da segurança e a criação da guarda municipal "; Amêndola de Souza, Paulo César (1996).

4. SERVIÇOS OFERECIDOS - POLÍTICAS DE POLICIAMENTO

No âmbito das posturas municipais e no que diz respeito ao ordenamento urbano, a Guarda Municipal tem a seguinte política de patrulhamento:

SERVIÇOS DE ROTINA	
Os serviços de rotina têm como base as IGMs (Inspetorias da Guarda Municipal) e os GOEs (Grupamentos de Operações Especiais)	
ATIVIDADES	MODALIDADES DE GUARNIÇÃO
I. Fiscalizar o trânsito	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Patrulhamento a pé, individual, realizado com apoio tático de viaturas.
II. Policiar a ocupação das ruas e retirar, se preciso, ambulantes ilegais que se estabeleçam indevidamente em logradouros públicos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Patrulhamento a pé, em dupla, realizado com apoio tático de viaturas.
III. Proteger e fiscalizar instalações municipais	
IV. Proteger áreas freqüentadas por turistas	
V. Proteger eventos diversos, promovidos pela prefeitura	
VI. Garantir e proteger a prestação dos serviços municipais	<ul style="list-style-type: none"> • Patrulhamento a pé, em dupla, realizado com apoio tático de viaturas. ▪ Comboio formado com um número variável de viaturas. Em cada viatura são "empenhados" 6 guardas.
VII. Retirar mendigos e pedintes das ruas, praças, calçadas, etc.	
VIII. Retirar invasores de áreas e prédios públicos	
IX. Atuar contra a atividade de flanelinhas	
X. Apoiar operações de forças de segurança federais e estaduais.	
Além das atividades de patrulhamento, a Guarda Municipal auxilia outras agências públicas comunicando às autoridades, as deficiências observadas nos serviços públicos , como a presença de buracos nas ruas, avarias nas calçadas, ausência de tampas nos bueiros, defeitos nos sinais de trânsito, existência de ruas sem iluminação adequada, terrenos baldios cobertos por mato, orelhões defeituosos, etc.	

5. ORGANIZAÇÃO

A Guarda Municipal, concebida como “Empresa de Segurança Municipal S.A.”, é uma organização civil diretamente vinculada ao gabinete do prefeito da cidade do Rio de Janeiro. O comando da Guarda é exercido por um superintendente nomeado pelo prefeito. Sua estrutura organizacional (ver organograma em anexo) apresenta o seguinte desenho:

SUPERINTENDÊNCIA			
CONSELHOS			
Conselho de Administração		Conselho Fiscal	Conselho da Guarda Municipal
Chefia de Gabinete	Comissões	Diretorias	Assessorias
	I. Revisora de Justiça e Disciplina II. Licitação	I. Operações II. Planejamento III. Administrativa/ Financeira	I. Jurídica II. Comunicação Social III. Assuntos Internos IV. Auditoria

→ O Planejamento e controle das atividades-fim (patrulhamento e operações especiais) são realizados pela Diretoria de Operações que se subdivide na **Coordenadoria de Controle Urbano** e na **Coordenadoria de Segurança e Vigilância**.

→ A **Coordenadoria de controle Urbano** planeja e controla as atividades dos 7 GOEs, tal como indica o quadro abaixo:

GRUPOS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS - GOES						
GRUPOS DE AÇÕES ESPECIAIS (GAE)	GRUPO ESPECIAL DE CONTROLE URBANO (GEC)	GRUPO DE CÃES DE GUARDA (GCG)	GRUPO DE DEFESA AMBIENTAL (GDA)	GRUPO DE APOIO AO TURISTA (GAT)	GRUPO TÁTICO OPERACIONAL (GTO)	GRUPO ESPECIAL DE TRÁFEGO (GET)
Competências Específicas						
Realizar apoio especial às missões de rotina e de suporte à execução de atos do poder municipal	Evitar, restringir e reprimir ações de vandalismo ou invasões de áreas e instalações municipais	Dar apoio, com a utilização de cães, às missões especiais de rotina	Proteger o patrimônio cultural, histórico, ecológico e paisagístico do município. Coibir crimes ecológicos	Proteger, apoiar e informar os turistas nacionais e internacionais	Reforçar a proteção e escolta às autoridades Dar apoio às missões de controle urbano. Coibir a camelotagem ilegal	Controlar e orientar o tráfego de veículos coibir e multar infrações de trânsito
Competências Comuns						
→Promover ações de vigilância e proteção aos bens e aos cidadãos do município, nas situações especiais como grandes eventos comemorativos, acidentes naturais, etc.						
→Elaborar, com base em planos especiais de vigilância, as ordens operacionais de segurança, relacionadas às estações rodoviárias e de trânsito, com a defesa civil.						
→Recomendar o aprimoramento técnico e/ou reciclagem do seu pessoal.						
Número atual do efetivo de "prontos"						
50	85	40	39	55	269	197

Fonte: Diretoria de Operações - Coordenadoria de Controle Urbano da Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

→ A **Coordenadoria de Segurança e Vigilância** controla 10 Inspetorias (IGMs), que são unidades de vigilância distribuídas por toda a cidade (ver mapa anexo). As IGMs abrigam parte do efetivo em atividade, funcionam como sede de alguns Grupos de Operações Especiais e têm seu raio de ação, como sugere o quadro abaixo, referido ao das Regiões Administrativas (RAs):

INSPETORIAS DA GUARDA MUNICIPAL - IGMs			
INSPETORIAS	ÁREAS DE ATUAÇÃO/ BAIROS	POPULAÇÃO COBERTA (Hab.)	EFETIVO PRONTO
1 - Centro	Benfica; Caju; Catumbi; Centro; Cidade Nova; Estácio; Gamboa; Mangueira; Rio Comprido; Santo Cristo; São Crsitóvão e Saúde	259.141	274
2 - Lagoa	Copacabana; Gávea; Ipanema; Jardim Botânico; Lagoa; Leme; Rocinha; São Conrado e Vidigal.	389.644	339
3 - Penha	Bonsucesso; Bráz de Pina; Complexo do Alemão; Complexo da Maré; Cordovil; Del Castilho; Engenho da Rainha; Higienópolis; Inhaúma; Jacaré; Jacarezinho; Jardim América; Manguinhos; Maria da Graça; Olaria; Parada de Lucas; Penha; Penha Circular; Tomáz Coelho e Vigário Geral	806.514	131
4 - B. Tijuca	Barra da Tijuca; Camorin; Grumari; Itanhangá; Joá; Recreio dos Bandeirantes; Vargem Grande; Vargem Pequena.	98.229	56
5 - Bangu	Bangu; Campo Grande; Campo dos Afonsos; Cosmos; Deodoro; Inhoaiba; Jardim Sulacap; Magalhães Bastos; Padre Miguel; Realengo; Santíssimo; Senador Camará; Senador Vasconcelos; Vila Militar.	976.902	321
6 - Madureira	Abolição; Acará; Água Santa; Anchieta; Barros Filho; Bento Ribeiro; Cachambi; Campinho; Cascadura; Cavalcante; Coelho Neto; Colégio; Costa Barros; Encantado; Engenho de Dentro; Engenheiro Leal; Engenho Novo; Guadalupe; Honório Gurgel; Irajá; Lins de Vasconcelos; Madureira; Marechal Hermes; Méier; Oswaldo Cruz; Parque Anchieta; Pavuna; Piedade; Pilares; Quintino; Riachuelo; Ricardo de Albuquerque; Rocha; Rocha Miranda; Sampaio; São Francisco Xavier; Todos os Santos; Turiaçu; Vaz Lobo; Vicente de Carvalho; Vila Cosmos; Vila da Penha; Vista Alegre.	1.320.311	247
7 - Jacarépaguá	Anil; Cidade de Deus; Curicica; Freguesia; Gardênia Azul; Jacarepaguá; Pechincha; Praça Seca; Tanque; Taquara; Vila Valqueire.	428.073	112
8 - Tijuca	Alto da Boa Vista; Andaraí; Grajaú; Maracanã; Praça da Bandeira; Tijuca; Vila Isabel.	393.300	231
9 - Flamengo	Botafogo; Catete; Cosme Velho; Flamengo; Glória; Humaitá; Laranjeiras; Santa Teresa; Urca.	296.222	270
10 - CASS	Centro Administrativo São Sebastião (Cidade Nova); Palácio da Cidade (Botafogo).	-	254

6. EFETIVO

A Guarda Municipal conta com um efetivo total de 3.807 agentes. As categorias “efetivo em exercício ou na ativa” e “efetivo pronto” são utilizadas para fazer referência à alocação e planejamento da atuação dos profissionais na Guarda:

→ O efetivo em exercício ou na ativa refere-se ao contingente de homens e mulheres guardas, que estão na empresa, tanto na atividade-meio como na atividade-fim, excluindo os

profissionais que encontram-se cedidos a outros órgãos municipais, licenciados e afastados, realizando cursos ou em férias.

- O efetivo pronto compõe-se de um contingente de guardas disponíveis na IGMs e nos GOEs para o emprego imediato na atividade-fim.
 - Em fevereiro de 1998, havia 2.152 guardas “prontos”, isto é, treinados e empenhados na atividade-fim e divididos nas dez (10) **Inspetorias da Guarda Municipal (IGM)**.
 - Havia ainda outros 735 guardas “prontos” e divididos em sete (7) **Grupos de Operações Especiais (GOEs)**.
 - Os “prontos” são destinados ao trabalho em atividades-fim em função de aptidões individuais demonstradas nos GOEs. Nesses Grupos, o trabalho desenvolvido é registrado em um livro intitulado “ Livro das partes diárias” - uma espécie de ata na qual as lideranças de cada Grupo descrevem as ações cotidianas e as missões especiais.

→ Em sua rotina de trabalho os guardas utilizam uniformes próprios, kit de primeiros socorros, apito, Bip, cassetete e um talonário para o registro imediato de ocorrências (TRO).

7. JORNADA E ESCALA DE TRABALHO

- A jornada de trabalho dos Guardas Municipais é de 6 dias de trabalho para 1 dia de folga (6/1).
- A escala de trabalho se dá na proporção de 12/36hs , ou seja, a cada 12 horas uma turma de guardas é substituída por outra, retornando ao trabalho após 36 horas de descanso.

8. REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

- A Guarda Municipal ainda não tem um plano de cargos e salários, ou regulamentos que definam as promoções. A ascensão e os benefícios, nessa carreira, estão relacionados ao regime da C.L.T.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO:

- Para ingressar na Guarda Municipal é preciso ter 21 anos e ter concluído o primeiro grau da formação escolar.
- A seleção dos guardas envolve as seguintes etapas:
 - Prova escrita;
 - Exame médico para a realização da prova de aptidão física;
 - Curso de três meses no Colégio Pedro II, onde são ministradas disciplinas de um programa regular de treinamento profissional²⁵;
 - Admissão e treinamento, com duração prevista de 15 dias, antes do início do trabalho nas ruas.
- Até o momento da admissão, todas as fases anteriores são eliminatórias, sem exceção. A aprovação dependerá de um conjunto de testes, realizados ao longo do processo.

→ Todos os agentes ingressam na corporação como guardas e a hierarquia se estabelece em função de critérios de habilidade e formação profissional. A chefia de cada guarnição, identificada como “liderança”, se constitui com base na **formação** (através de cursos oferecidos pela instituição) e na **indicação dos colegas**.

10. MECANISMOS DE CONTROLE INTERNO E REGULAMENTO DISCIPLINAR

- Os membros da Guarda Municipal, na ativa, estão sujeitos a um regulamento disciplinar, criado pelo Decreto n.º. 14.504, de 29 de dezembro de 1995. Esse regulamento define os limites éticos do comportamento profissional, a conduta disciplinar dos guardas face as autoridades superiores e as normas que controlam a atuação dentro e fora da instituição, junto aos cidadãos.
 - O trabalho dos agentes é orientado pela ação de Supervisores que dão suporte aos guardas e controlam o desempenho do efetivo na rotina das ruas.
 - Os capítulos II e III do regulamento disciplinar referem-se, respectivamente, aos princípios gerais de obediência e disciplina e à hierarquia e deveres principais dos integrantes da guarda. O artigo 2, do capítulo II, reporta-se à necessidade de obedecer em primeiro lugar às “ordens superiores” e, a seguir, às “normas, leis e regulamentos legais vigentes”. Entretanto, o artigo 4, do capítulo III, fundamenta os deveres do guarda, privilegiando o desenvolvimento de suas habilidades funcionais. A noção do dever é relacionada ao melhor desempenho profissional do cargo e o sentido de obediência compreende o respeito à capacidade profissional, à habilidade em resolver problemas, assim como aos méritos e competências individuais. Embora o procedimento comum, em cada guarnição, seja o de seguir a orientação do líder, é sempre possível romper a hierarquia (com o respaldo do próprio regulamento

²⁵ As disciplinas são: Segurança Patrimonial; Ordem Unida (noções de disciplina e organização); Primeiros socorros; Noções de Direito; Organização do Trânsito/Controle do Tráfego; Técnicas de Operação dos Meios de Segurança; Ética e Disciplina; Noções de Língua Portuguesa; Noções da História da Cidade do Rio de Janeiro; Combate à Incêndios e Defesa Civil.

disciplinar), quando a liderança não apresenta um bom encaminhamento para a solução de um determinado problema (visto sempre como o objetivo prioritário). Nesse caso, pela demonstração de competência, o guarda pode assumir a liderança do grupo no lugar de seu comandante. Quando isso ocorrer, ele deverá redigir um relatório com a justificativa de seus atos, o que lhe servirá como defesa, caso venha a ser julgado pela comissão de ética e disciplinar.

11. PERFIL SOCIO-CULTURAL DOS GUARDAS MUNICIPAIS

- O “efetivo em exercício ou na ativa” da Guarda Municipal consiste em 3.514 homens (94,0%) e 226 mulheres (6,0%) .
- 77% dos agentes têm entre 25 e 31 anos.
- 30% estão separados judicialmente e 70% são casados ou vivem em regime de união consensual.
- 70% são moradores da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

5. AGENTES PENITENCIÁRIOS

IDENTIFICAÇÃO GERAL

Data de regulamentação do cargo:	18 de dezembro de 1985
Características:	Categoria funcional de agentes mantenedores da segurança e executoriedade das leis judiciais de prisão e sentença nas unidades de detenção do Estado.
Área de atuação no Estado:	27 unidades do sistema prisional.
Área de atuação na cidade do Rio de Janeiro:	12 unidades do sistema prisional
Efetivo na cidade do Rio de Janeiro:	2.524 agentes penitenciários

1. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

- A profissão de agente penitenciário, assim como suas atribuições referidas a todas as agências prisionais ganharam sua regulamentação estatutária no Estado do Rio de Janeiro através da Lei N^o 944 de 18 de Dezembro de 1985, que dispõe sobre a criação dos cargos de Inspetor de Segurança Penitenciária e Agente de Segurança Penitenciária. Esses cargos se dispõem sob uma ordem hierárquica, em que o Inspetor chefia o Agente.
- Na mesma regulamentação também foram incluídos os antigos Guardas de Presídio. Esta lei integrou definitivamente os cargos criados ao quadro permanente do Poder Executivo, no departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE), tal como previsto no Decreto Lei n 408 de 10 de Fevereiro de 1979.

2. MISSÃO

Os inspetores e agentes de segurança penitenciária, possuem as seguintes atribuições, definidas pela lei No. 944 de 18 de dezembro de 1985:

- Vigiar, manter a ordem, segurança e disciplina nos estabelecimentos penais do Estado;
- Escortar presos e internos quando necessário e determinado legalmente, de uma unidade prisional a outra e/ou de estabelecimentos hospitalares penitenciários;
- Zelar pela segurança dos apenados, de pessoas e/ou bens nas instituições prisionais;
- Participar dos programas de reabilitação social e assistência aos presos e internos.

3. COMPETÊNCIAS E FORMAS DE ATUAÇÃO

A atuação tanto de Inspetores como de Agentes Penitenciários fica sob a responsabilidade imediata dos Diretores das unidades prisionais nas quais estes funcionários estão alocados. O exercício das atribuições de cada um desses agentes define-se segundo o quadro abaixo:

CATEGORIA FUNCIONAL	SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS	CLASSE
AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> → Executar, sob supervisão dos inspetores ou outras autoridades designadas, a manutenção da ordem, da disciplina e a vigilância para garantir a vigência das leis de detenções penais nos estabelecimentos prisionais do estado; → Atender à requisição oficial de dirigir veículos automotores, quando habilitados e credenciados; escortar presos e internos; → Zelar pela segurança pessoal do detento, de pessoas ou bens nas unidades prisionais em que esteja alocado; → Participar de programas de reabilitação, do tratamento e assistência aos presos e internos. 	A C
INSPETOR DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> → Executar e fiscalizar, sob orientação superior, as atribuições próprias dos Agentes de Segurança Penitenciária, supervisionado-as e respondendo por aquelas que envolverem níveis de maior complexidade e dificuldade. → Atribuição Especial: chefiar equipes de Agentes de Segurança Penitenciária. 	A C

De acordo com a referida lei No. 944 - Capítulo I, a função de segurança penitenciária, apresenta-se incompatível com qualquer outra atividade, remunerada ou não, que traga prejuízo a administração da vigilância e segurança nas unidades do Sistema Penitenciário do Estado.

4. ORGANIZAÇÃO

A estrutura organizacional dos Inspetores e Agentes de Segurança Penitenciária, segue um modelo hierárquico, segundo o qual o Inspetor chefia o agente. Os inspetores e agentes são diferenciados por classes que variam numa seqüência crescente, que vai de “A” (o nível mais baixo) a “C”. O Comando das funções nos dois cargos fica sob a responsabilidade dos diretores das unidades prisionais, na maioria das vezes escolhidos por indicação dos Secretários de Segurança ou Justiça e Interior do Estado. Mas, tanto os inspetores, como os agentes fazem parte do quadro permanente do Poder Executivo e são afetos ao Departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE).

5. EFETIVO

O total do efetivo de agentes penitenciários na cidade do Rio de Janeiro varia, como já foi mencionado, em torno de 2.524 funcionários. Este quantitativo, até o mês de março de 1998, distribuía-se pelas seguintes categorias e classes funcionais:

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSES		
	C	B	A
Agentes	321	856	1.270
Inspetores	75	2	—

Fonte: Secretaria de Justiça - RJ/ Coordenação de Pessoal - Divisão de Registros Funcionais

6. ESCALA E JORNADA DE TRABALHO

- A jornada de trabalho dos agentes e inspetores penitenciários é de 72 horas por semana.
- A escala de trabalho é de 24/72, ou seja, a cada 24 horas, uma turma de agentes e inspetores é substituída por outra e retorna 72 horas depois.

7. REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

- Nenhum funcionário que ocupe os cargos de agente e inspetor penitenciário pode receber menos do que um salário mínimo.
- Além do vencimento, poderá o funcionário receber as seguintes vantagens pecuniárias:

- I- Adicional por tempo de serviço;
- II- Gratificações;

III- Ajuda de custo;

IV- Diárias (em caso de deslocamentos para outras cidades)

Entre as formas de assistência prestadas pelo Estado ao funcionário, ao inativo e às suas famílias, incluem-se:

- Assistência médica, farmacêutica, dentária e hospitalar, além de outras julgadas necessárias, inclusive, em sanatórios e creches;
- Manutenção obrigatória dos sistemas previdenciários e de seguro social, em favor de todos os funcionários inativos;
- Plano de seguro compulsório para complementação de proventos e pensões;
- Assistência Judiciária;
- Financiamento para a compra de imóvel destinado à residência;
- Auxílio para educação dos dependentes;
- Capacitação, treinamento, aperfeiçoamento e especialização profissional

É prevista, como concessão, sem prejuízo do vencimento, a possibilidade do funcionário faltar ao serviço até 8 (oito) dias consecutivos por motivo de:

- casamento;
- falecimento do cônjuge, companheiro(a), pais, filhos ou irmãos.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO

O processo de seleção para a função de agente penitenciário se dá mediante concurso público, em que se exige do candidato:

- 1) Ser de nacionalidade brasileira;
- 2) ter a idade mínima de 21 anos;
- 3) apresentar do certificado de conclusão do 1 grau, devidamente registrado;
- 4) ter habilidade para dirigir veículos automotores terrestres.

▪ Este processo se constitui, ainda, de duas fases:

1) provas escritas de conhecimentos gerais, prova de capacidade física e exame de sanidade físico-mental;

2) aprovação em estágio experimental, com apuração de frequência, aproveitamento e conceito; prova de investigação social, em que se consideram os antecedentes criminais, sociais e familiares do candidato .

▪ O estágio probatório segue a fase de admissão e é constituído por um período de 2 anos de efetivo exercício do cargo, a contar da dada do início deste, durante o qual são apurados os quesitos necessários à sua confirmação, tais como:

- 1) Idoneidade moral;
- 2) assiduidade e pontualidade;
- 3) disciplina e eficiência;
- 4) interesse.

Todos os funcionários ingressam na carreira como Agentes de Segurança e através de um Plano de

Promoção e Ascensão Profissional e podem primeiro mudar de classe, na seqüência crescente que vai de "A" (nível mais baixo) a "C". Depois disso podem passar para o cargo de Inspetor, também sujeito a um seqüência de classes que vai de "A" a "C".

- A promoção e a ascensão, segundo a lei 944 - Capítulo III, são efetuadas por critérios estabelecidos por atos do Secretário de Justiça e do Interior e seguem princípios de antigüidade e merecimento, alternadamente, e, ainda, os critérios de bravura e post-mortem (Artigo 8).
- As promoções por antigüidade e merecimento obedecerão obrigatória e alternadamente à proporção de uma vaga de antigüidade por uma vaga de merecimento e o interstício mínimo de 730 dias (Artigo 9)

É considerado ato de bravura a conduta de coragem e audácia, que, ultrapassando os limites normais do cumprimento do dever, represente feitos úteis às atividades do sistema penal, pelos resultados alcançados ou pelo exemplo altamente positivo deles emanados (Artigo 11) .

9. MECANISMOS DE CONTROLE INTERNO E REGULAMENTO DISCIPLINAR

Na sua função diária de manter a segurança, vigiar e executar as leis de prisão e sentenças penais os agentes e inspetores penitenciários possuem um regime disciplinar e de responsabilidades previsto na própria lei No. 944/85.

- A responsabilidade civil abrange os procedimentos dolosos ou culposos efetuados, que importarem, principalmente, no prejuízo da Fazenda Estadual ou de terceiros.
- A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário nessa qualidade.
- A responsabilidade administrativa resulta de atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, ou fora dele, quando comprometedores da dignidade e decoro da função pública. Neste caso, as penas variam da advertência a demissão e posterior cassação da aposentadoria, jubilação e disponibilidade.

A todo funcionário é assegurado o direito de defesa e recurso

Do Capítulo V - Do código de Ética -, artigo 18, destacam-se os seguintes preceitos:

Os funcionários manterão a observância dos seguintes princípios éticos:

- Proteger as pessoas e bens;
- preservar a ordem, repelindo a violência;
- respeitar os direitos e garantias individuais;
- jamais revelar tibieza ante o perigo e o abuso;

- exercer a função com probidade, discrição e moderação, fazendo observar as leis e os regulamentos;
- não permitir que animosidades que pessoais influam em suas decisões;
- respeitar a dignidade da pessoa humana;
- respeitar e fazer respeitar a hierarquia do serviço atribuído aos sistema penal .

Do Capítulo VI- Dos Direitos, Artigo 19, destacam-se os itens:

- Fica assegurado ao funcionário garantias ao resguardo da sua integridade física no caso de cumprimento de pena em estabelecimento penal , conquanto sujeito ao sistema disciplinar penitenciário;
- Está garantido o porte de arma aos Agentes e Inspetores Penitenciários.

Do capítulo VII - Da responsabilidade, destacam-se os artigos:

- Art. 20 - Pelo exercício irregular de suas funções, o funcionário responde civil , penal e administrativamente.
- Art.21 - As sanções civis, penais e disciplinares poderão acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, bem assim as instâncias civis, penal e administrativas .

10. PERFIL SÓCIO-CULTURAL DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS

Segundo a atualização dos dados realizada pela Secretaria de Justiça, em 4 de abril de 1998, o efetivo de agentes e inspetores na cidade do Rio de Janeiro, apresentava a seguinte distribuição por função e gênero:

GENERO	AGENTE		INSPETOR		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Masculino	2.170	88,68	62	80,52	2232	88,43
Feminino	277	11,32	15	19,48	292	11,57
Total	!Indicador não definido, ACIMA	!Indicador não definido, ACIMA,00	!Indicador não definido, ACIMA	!Indicador não definido, ACIMA,00	!Indicador não definido, ACIMA	!Indicador não definido, ACIMA,00

Fonte: Secretaria de Justiça- RJ/ Coordenação de Pessoal - Divisão de Registros Funcionais

A média etária distribui-se da seguinte forma:

MÉDIA ETÁRIA DOS FUNCIONÁRIOS DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA		
ANOS	N	%
20 - 25	352	14
25 - 30	455	18
30 - 40	1085	43
40 - +	631	25

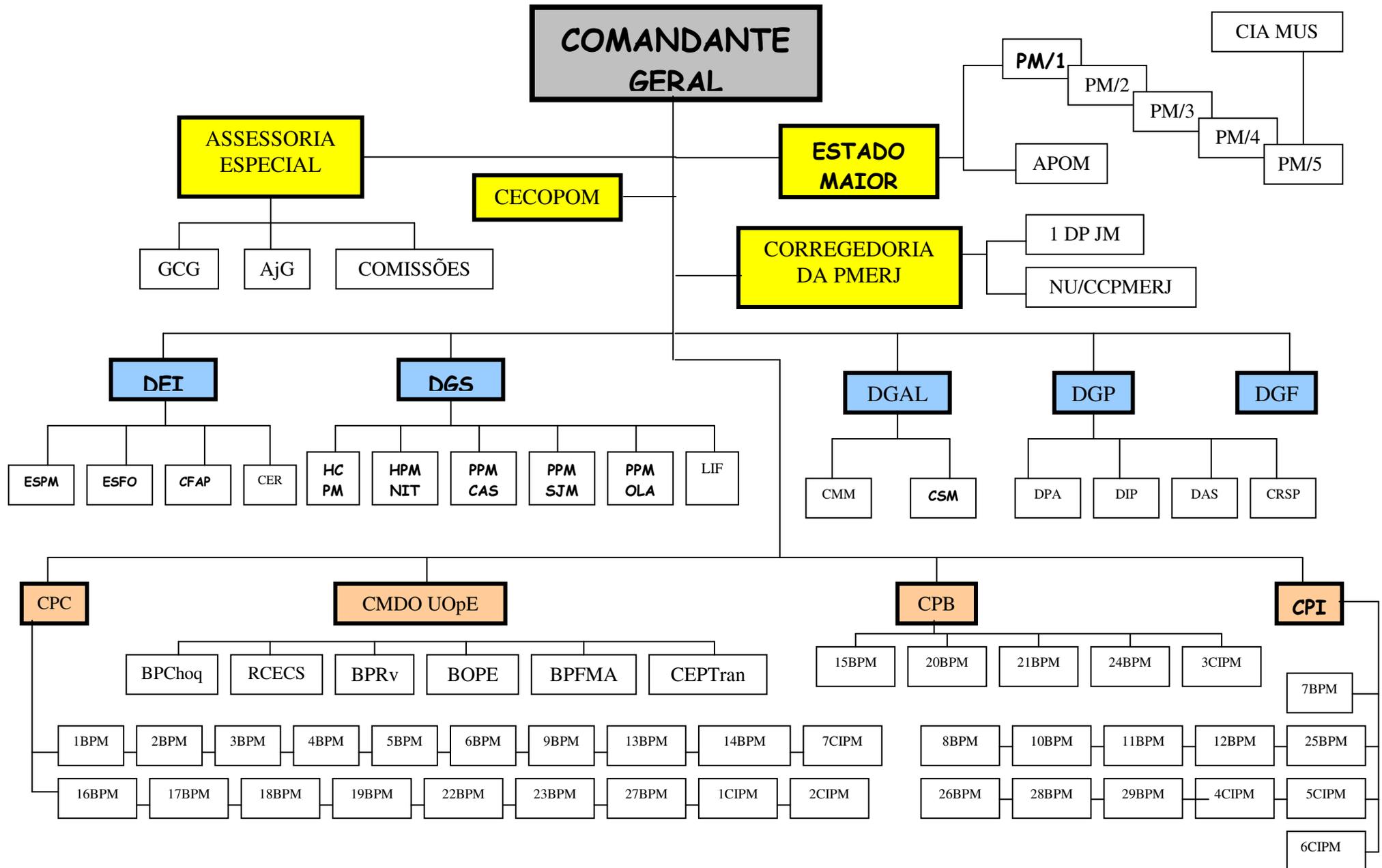
Fonte: Secretaria de Justiça - RJ/ Coordenação de Pessoal - Divisão de Registros Funcionais

Em relação ao estado civil, os agentes e inspetores apresentam a seguinte distribuição:

ESTADO CIVIL	N	%
Casados	1.514	60
Solteiros	429	17
Separados	379	15
Viúvos	202	8

Fonte: Secretaria de Justiça - RJ/ Coordenação de Pessoal - Divisão de Registro Funcionais

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ORGANOGRAMA DA PMERJ - SIGLAS

ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO		
GCG	Gabinete do Comando Geral	
AjG	Ajudância Geral	▪ Suporte logístico às unidades aquarteladas no quartel general.
Estado Maior		
PM-1	Recursos Humanos	▪ Elabora legislação sobre pessoal. ▪ Encaminha efetivo para as OPMs.
PM-2	Polícia Investigativa (Serviço reservado)	▪ Investiga ocorrências criminais envolvendo PMs e civis.
PM-3	Ensino e Instrução	▪ Elabora as Notas de Instrução (Nis)
PM-4	Logística	
PM-5	Comunicação Social (Relações Públicas)	
Cia MUS	Companhia de Música	▪ Vinculada à PM-5
APOM	Assessoria de Planejamento Operacional e Modernização	▪ Elabora propostas de orçamento ▪ Confecciona as estatísticas das ocorrências atendidas
NU/CCPMERJ	Centro de Criminalística	
CECOPOM	Centro de Comunicação da Polícia Militar	
ÓRGÃOS SETORIAIS		
DEI	Direção de Ensino e Instrução	▪ Define o currículo. ▪ Coordena os cursos ▪ Confecciona os "cadernos de instrução"
ESPM	Escola Superior da PMERJ	
ESFO	Escola de Formação de Oficiais	
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças	
CER	Centro de Especialização e Recomeciamento	
DGS	Direção Geral de Saúde	
HCPM	Hospital Central da Polícia Militar	
HPM Nit.	Hospital da PM - Niterói	
PPM Cas.	Policlínica da PM - Casadura	
PPM SJM	Policlínica da PM - São João de Meriti	
PPM Ola.	Policlínica da PM - Olaria	▪ Funciona como Centro de Reabilitação da PMERJ.
LIF	Laboratório Industrial Farmacêutico	

DGAL	Diretoria Geral de Apoio Logístico
CMM	Centro de Material e Manutenção
CSM	Centro de Suprimento e Material
DGP	Diretoria Geral de Pessoal
DPA	Diretoria de Pessoal da Ativa
DIP	Diretoria de Inativos e Pensionistas
DAS	Diretoria de Assistência Social
CRSP	Centro de Recrutamento e Seleção de Praças
DGF	Diretoria Geral de Finanças
ÓRGÃOS OPERACIONAIS	
CPC	Comando de Policiamento da Capital
CPB	Comando de Policiamento da Baixada
CPI	Comando de Policiamento do Interior
CMDO UOpE	Comando das Unidades Operacionais Especiais
BPCHOQ	Batalhão de Polícia de Choque
RCECS	Regimento Coronel Eni Cony dos Santos - Polícia Montada
BPFMA	Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente
BPRv	Batalhão de Polícia Rodoviária
CEPTRAN	Companhia Especial de Policiamento de Trânsito
BOPE	Batalhão de Operações Especiais.

BIBLIOGRAFIA

- BAYLEY, David H. *Police for the future*. New York/Oxford, Oxford University Press, 1994.
- BAYLEY, David H. *What works in policing*. New York/Oxford, Oxford University Press, 1998.
- BITTNER, Egon. *The functions of the police in modern society - A review of background factors, current practices, and possible role models*. New York, Jason Aronson, 1975.
- CANO, Ignácio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ISER, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de *et al.* *Direitos, vitimização e cultura política na região metropolitana do Rio de Janeiro - Lei, Justiça e Cidadania*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV/ISER, 1997.
- DONZIGER, Steven R. *The real war on crime - The report of the national criminal justice commission*. New York, Harper Perennial, 1995.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro - Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LIMA, Roberto Kant de. *A Polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro, Forense, 2ª Ed., 1995.
- McCORMICK, Kevin R.E. & VISANO, Livy A. *Understanding policing*. Toronto, Canadian Scholars' Press, 1992.
- MORGAN, Rod & NEWBURN, Tim. *The future of policing*. Oxford, Clarendon Press, 1997.
- MUNIZ, Jacqueline & PROENÇA JR., Domício. "Perguntas sem respostas". *Jornal do Brasil*, 7 de maio de 1996.
- _____. "Administração estratégica da ordem pública". Rio de Janeiro, Lei & Liberdade, ISER, 1997.
- _____. "A crise desnecessária". *Jornal O Globo*, 26 de julho de 1997.
- _____. "Risco de caos na ordem". *Jornal do Commercio*, 19 de setembro de 1997.
- MUSUMECI, Leonarda *et al.* *Segurança Pública e Cidadania : A experiência de Policiamento Comunitário em Copacabana (1994-95)*. Rio de Janeiro, ISER, 1996.
- PATE, Antony & HAMILTON, E.E. *The Big Six: Policing America's Largest Cities*. Washington D.C., Police Foundation, 1992.
- PROENÇA JR, Domício & DINIZ, Eugênio. *Política de defesa no Brasil: uma análise crítica*. UNB, 1998.

ROWLAND, Desmond & BAILEY, James. The law enforcement handbook. New York, Barnes & Noble Books, 1994.

SANTOS, Edna Araujo A. dos. Polícia Civil - Princípios institucionais e prática cartorária. Rio de Janeiro, Editora Espaço Jurídico, 1997.

SILVA, Jorge da. Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro, Forense, 2^a Ed., 1990.

SOARES, Luiz Eduardo *et al.* Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Relume & Dumará, 1996.

ANEXO I: PLANO AMOSTRAL**TABELA 1**

Universo para 1993

	MODALIDADE DE OCORRÊNCIA PORMÊS -1993												TOTAL
	JAN	FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
L.C.DOL.	21	22	21	24	23	21	27	22	17	19	17	22	256
L.C.CULP.	19	15	13	20	9	8	10	13	15	9	10	18	159
HOM.DOL.	5	5	5	11	5	7	5	5	6	6	8	1	69
TENT.H.DOL	2	2	0	5	5	1	2	1	5	3	5	4	35
HOM.CULP.	1	0	1	0	3	2	2	0	0	4	2	1	16
AUTOLESAO	4	1	0	0	2	0	1	3	2	2	0	4	19
ROUBO	1	10	3	4	5	6	3	4	7	11	2	3	59
LATROCINIO	0	0	1	3	0	1	0	0	1	2	4	6	18
SUICIDIO	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	4
DESACATO	0	1	0	2	2	0	0	0	0	1	0	1	7
MORTE SUSP.	0	0	1	0	0	0	3	0	1	0	0	0	5
CONST.ILEG	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
AUT.RESIST.	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	3	0	5
FURTO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
TOTAL	55	56	46	70	54	47	54	49	54	58	52	60	655

Universo para 1996

TABELA DE TIPOS DE OCORRÊNCIAS/MÊS - 1996

	JAN	FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	TOTAL
L.C.DOL.	24	27	19	15	19	17	13	134
L.C.CULP.	15	12	17	14	9	19	11	97
HOM.DOL.	6	4	10	7	8	4	4	43
TENT.H.DOL	3	5	4	5	5	3	5	30
HOM.CULP.	0	2	0	1	1	2	1	7
AUTOLESAO	1	3	2	0	4	1	4	15
ROUBO	4	8	7	2	3	4	6	34
LATROCINIO	1	0	2	2	3	2	2	12
SUICIDIO	0	1	0	0	0	0	0	1
DESACATO	1	1	1	3	1	3	1	11
MORTE SUSP.	1	1	0	0	0	0	0	2
AUT.RESIST.	3	1	0	0	1	1	2	8
REM.CADAV.	5	2	5	2	9	2	3	28
SEQUESTRO	1	0	0	0	0	0	0	1
EXTORSÃO	1	0	0	0	0	0	0	1
ENC.CADAVER	1	0	0	0	0	0	0	1
RIXA	0	0	1	0	0	0	0	1
ABUS. AUTOR.	0	0	0	0	0	1	0	1
BALA PERDIDA	0	0	0	0	0	0	1	1
MORTE NAT.	0	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL	67	67	68	51	63	59	54	429

Note-se que a cada par (célula), corresponde uma quantidade específica de registros no Universo. Com base nos valores proporcionais contidos em cada célula, foi definido o número de registros que compõem a amostra para os anos de 93 e 96.

Considere:

i = número da modalidade de crimes ($i = 1, c$)

j = número do mês de ocorrência ($j = 1, m$)

sendo:

c = total de modalidades

m = total de meses

N_{ij} – quantidade de registros para o estrato (i, j)

$$N = \sum_{i=1}^c \sum_{j=1}^m N_{ij} \text{ - total de registros ou universo}$$

A partir destes, pode-se definir

$$P_{ij} = \frac{N_{ij}}{N} - \text{proporção do estrato (i, j) no universo}$$

Com base nos valores P_{ij} e no tamanho amostral calculado mais adiante, foi definido o número de registros que compõe cada estrato da amostra, conforme tabela 2.

Tamanho mínimo da amostra (n)

Como fórmula geral para cálculo do tamanho mínimo (n) em uma amostra aleatória simples, tem-se:

$$n = \frac{N \cdot z_{\theta}^2 \cdot S^2}{N \cdot d^2 + z_{\theta}^2 \cdot S^2} \quad (1)$$

N – tamanho do universo

Z_{θ} - valor crítico de uma distribuição normal padrão

S^2 - variabilidade

d - erro amostral (diferença entre o valor estimado pela amostra e o verdadeiro valor)

Em função da ausência de características de dados contínuos, a variabilidade não foi calculada, mas estimada através de proporções, tendo como base uma característica de interesse. Para saber, por exemplo, a proporção de policiais mortos por homicídio doloso, a variância dessa característica de interesse será :

$$S^2 = P \cdot Q \quad (2)$$

P - Proporção de policiais mortos por homicídios dolosos

$$Q = 1 - P$$

Dada a multiplicidade de características de interesse nessa pesquisa, considerou-se uma proporção qualquer entre o estrato(i,j) da tabela 1.

Substituindo (2) em (1) tem-se :

$$n = \frac{N \cdot z_0^2 \cdot P \cdot Q}{N \cdot d^2 + z_0^2 \cdot P \cdot Q} \quad (3)$$

Um artifício matemático-estatístico simplifica os cálculos da fórmula acima. Prova-se que quando P e Q são iguais a 0,50, o *n* (tamanho mínimo da amostra) se torna máximo, melhorando a precisão das estimativas.

Cálculo do tamanho mínimo da amostra para 1993

$$\begin{aligned} N &= 655 \\ z_0 &= 1,96 \\ P &= Q = 0,50 \\ d &= 0,05 \end{aligned}$$

$$n = \frac{655 \cdot (1,96)^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5}{655 \cdot (0,05)^2 + (1,96)^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5}$$

$$n = \frac{629,062}{2,5979} \cong 243$$

Cálculo do tamanho mínimo da amostra para 1996

$$\begin{aligned} N &= 429 \\ z_0 &= 1,96 \\ P &= Q = 0,50 \\ d &= 0,05 \end{aligned}$$

$$n = \frac{429 \cdot (1,96)^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5}{429 \cdot (0,05)^2 + (1,96)^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5}$$

$$n = \frac{412,0116}{2,0329} \cong 203$$

A partir do valor mínimo do tamanho da amostra, foi construída uma nova tabela (tabela 2) com a quantidade de registros em cada um dos estratos que fazem parte da amostra. O número de

registros selecionados seguiu a proporcionalidade, conforme visto anteriormente, encontrada no universo, utilizando-se o procedimento abaixo:

$$n_{ij} = P_{ij}n = \frac{N_{ij}}{N}n$$

n = tamanho da amostra para o estrato (i, j)

i = tipo de ocorrência

j = mês da ocorrência

Exemplo: Para o estrato formado pela modalidade de crime “lesão corporal dolosa” e pelo mês de ocorrência “janeiro” no ano de 1993, tem-se:

$$n_{11} = P_{11}n = \frac{N_{11}}{N}n = \frac{21}{655}243 \cong 8$$

que é o valor apresentado na tabela 2 para esse estrato.

TABELA 2

Amostra para 1993

	JAN	FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULH O	AG O	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
L.C.DOL.	8	8	8	9	9	8	10	8	6	7	6	8	95
L.C.CULP.	7	6	5	8	3	3	4	5	6	3	4	7	61
HOM.DOL.	2	2	2	4	2	3	2	2	2	2	3	0	26
TENT.H.DOL	1	1	0	2	2	0	1	0	2	1	2	2	14
HOM.CULP.	0	0	0	0	1	1	1	0	0	2	1	0	6
AUTOLESAO	2	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	2	8
ROUBO	0	4	1	2	2	2	1	2	3	4	1	1	23
LATROCINIO	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2	2	6
SUICIDIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESACATO	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
MORTE SUSP.	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
CONST.ILEG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AUT.RESIST.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
FURTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	20	21	16	27	21	17	20	18	20	21	20	22	243

Amostra para 1996

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	TOTAL
<i>L.C.DOL.</i>	11	12	9	7	9	8	6	62
<i>L.C.CULP.</i>	7	6	8	7	4	9	6	47
<i>HOM.DOL.</i>	3	2	4	3	4	2	2	20
<i>TENT.H.DOL</i>	1	2	2	2	2	1	2	12
<i>HOM.CULP.</i>	0	1	0	1	1	1	1	5
<i>AUTOLESAO</i>	1	1	1	0	2	1	2	8
<i>ROUBO</i>	2	4	3	1	1	2	3	16
<i>LATROCINIO</i>	1	0	1	1	1	1	1	6
<i>SUICIDIO</i>	0	1	0	0	0	0	0	1
<i>DESACATO</i>	1	1	1	1	1	1	1	7
<i>MORTE SUSP.</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>AUT.RESIST.</i>	1	1	0	0	1	1	1	5
<i>REM.CADAV.</i>	3	1	3	1	4	1	1	14
<i>SEQUESTRO</i>	1	0	0	0	0	0	0	1
<i>EXTORSÃO</i>	1	0	0	0	0	0	0	1
<i>ENC.CADAVER</i>	1	0	0	0	0	0	0	1
<i>RIXA</i>	0	0	1	0	0	0	0	1
<i>ABUS. AUTOR.</i>	0	0	0	0	0	1	0	1
<i>BALA PERDIDA</i>	0	0	0	0	0	0	1	1
<i>MORTE NAT.</i>	0	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL	34	32	33	24	30	29	28	210

O critério do sorteio da amostra dos anos de 1993 e 1996

Passo 1. Os registros foram classificados em ordem crescente pelo número do documento, em cada estrato.

Passo 2. De acordo com o tamanho da amostra e do universo, em cada estrato, foi gerada uma fração de expansão da seguinte forma: N_{ij}/n_{ij} .

Passo 3. Para cada estrato, sorteou-se um número aleatório entre 1 e N_{ij}/n_{ij} , identificando-se o primeiro registro selecionado.

Passo 4. A esse número aleatório somou-se o valor N_{ij}/n_{ij} , obtendo-se o segundo registro selecionado.

Passo 5. A esse novo número somou-se N_{ij}/n_{ij} , (terceiro registro) e sucessivamente continuou-se somando a fração de expansão até formar o número mínimo especificado para cada estrato na tabela 2.

O quadro abaixo exemplifica os procedimentos empregados na seleção dos documentos, relativa ao mês de janeiro de 1993.¹

	Aleatório	2	3	4	5	6	7	8	9	10
L.C.DOL. JAN	2	5	7	10	13	15	18	20		
L.C.CULP. JAN	2	5	7	10	13	16	18			
HOM.DOL. JAN	2	5								
TENT.H.DOL JAN	2									
HOM.CULP. JAN	-									
AUTOLESAO JAN	2	4								
ROUBO JAN	-									
LATROCINIO JAN	-									
SUICIDIO JAN	-									
DESACATO JAN	-									
MORTE SUSP. JAN	-									
CONST.ILEG JAN	-									
AUT.RESIST. JAN	-									
FURTO JAN	-									

¹ O cálculo amostral dos meses seguiu os mesmos procedimentos acima demonstrados.

ANEXO II**RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL.**

CABEÇALHO			
Itens	PREENCHIMENTO DO R.O.	BASE DE DADOS	Observações
	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL	INFORMAÇÃO RECUPERADA	
Tipo de documento	sempre	100%	Informações impressas no formulário do Registro de Ocorrência
Numeração(delegacia/número/ano)	sempre	100%	
Departamento da Polícia Civil	freqüentemente	100%	
Órgão/delegacia	sempre	100%	Informação diretamente dedutível do número da delegacia
Área de atuação	parcialmente	100%	

DESPACHO			
Itens	PREENCHIMENTO DO R.O.	BASE DE DADOS	Observações
	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL	INFORMAÇÃO RECUPERADA	
Encaminhamentos e expedientes propostos pelo Delegado titular ou adjunto.	Sempre	97%	Informação recorrente, por ser essencial para o prosseguimento do expediente administrativo da polícia

CAMPO 02 - COMUNICANTE E/OU VÍTIMA			
Itens	PREENCHIMENTO DO R.O.	BASE DE DADOS	Observações
	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL	INFORMAÇÃO RECUPERADA	
Data da comunicação	sempre	100%	Informações recorrentes, por serem essenciais para o prosseguimento dos expedientes administrativos da polícia
Hora da comunicação	freqüentemente		
Informações sobre o fato da ocorrência ser um crime de ação pública condicionada ou privada	parcialmente	Variável desconsiderada	
Tipo de comunicante (agente policial, a própria vítima ou terceiros)	parcialmente	99%	Informações recorrentes, por serem essenciais para o prosseguimento dos expedientes administrativos da polícia
Nome	sempre	100%	
Filiação	raramente	Variável desconsiderada	
Endereço/telefone	parcialmente	Variável desconsiderada	
Sexo	raramente	Variável desconsiderada	
Estado civil	raramente	Variável desconsiderada	
Idade	raramente	Variável desconsiderada	
Instrução	raramente	Variável desconsiderada	
Etnia	raramente	Variável desconsiderada	
Tipo de policial (profissão)	freqüentemente	81%	
Documentos	freqüentemente		
Nacionalidade Naturalidade	raramente	variável desconsiderada	

CAMPO 02 – DOS ÓRGÃOS TÉCNICOS DA MATERIALIDADE			
Itens	PREENCHIMENTO DO R.O.	BASE DE DADOS	Observações
	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL	INFORMAÇÃO RECUPERADA	
Siglas dos órgãos	Freqüentemente	Variável desconsiderada	
Tipo e hora da comunicação e do comparecimento do perito legista	Parcialmente	Variável desconsiderada	
Identificação dos profissionais empenhados (perito, legista, etc.)	Parcialmente	Variável desconsiderada	
Informações sobre a pessoa e material encaminhados para exame pericial	Parcialmente	77%	Em 11% dos casos em que o tipo de vitimização foi codificado como “morte” não havia menção à perícia
Natureza do exame	Freqüentemente	78%	
Conclusão do perito/legista	Parcialmente	Variável desconsiderada	

CAMPO 03 – VÍTIMA			
Itens	PREENCHIMENTO DO R.O.	BASE DE DADOS	Observações
	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL	INFORMAÇÃO RECUPERADA	
Nome	Freqüentemente	98%	Em ocorrências tipificadas como “Encontro de Cadáver” ou “Remoção de cadáver” nem sempre é possível recuperar o nome da vítima, pois sua identidade pode ser desconhecida.
Filiação	Parcialmente	variável desconsiderada	A informação está, em geral, presente nas R.Os de acidente no trânsito, o que sugere que ela atende mais às exigências das seguradoras do que aos expedientes propriamente criminais.
Endereço/ telefone	Parcialmente	variável desconsiderada	Assim como a filiação, o endereço e o telefone tendem a constar, mais freqüentemente, das ocorrências relativas ao trânsito.
Sexo	Nunca	98%	Foi possível recuperar o sexo em quase todos os casos em que o nome da vítima foi registrado.
Estado civil	Parcialmente	33%	<ul style="list-style-type: none"> → Em 55% dos casos em que não há referência ao estado civil, os policiais estavam EM SERVIÇO, quando vitimados. → Não há informação sobre estado civil: <ul style="list-style-type: none"> → de 89% dos policiais que estavam em serviço → de 49% dos policiais que estavam fora de serviço → de 69% dos policiais, cuja situação (em serviço/fora de serviço) não foi especificada. → Expurgados os casos em que as circunstâncias da vitimização são “indeterminadas” ou “ignoradas”, (em 71% desses casos não há informação sobre o estado civil) o índice de recuperação dessa informação se eleva para 45% → Em relação às circunstâncias, foi possível, portanto, a recuperação do estado civil da vítima em: <ul style="list-style-type: none"> → 41% dos “acidentes no trânsito” → 57% dos “conflitos no trânsito” → 72% dos “conflitos domésticos” → 56% dos “conflitos interpessoais” → 86% dos “casos de suicídio” → 50% dos “eventos acidentais”.
Idade	Parcialmente	35%	<ul style="list-style-type: none"> → Não há informações sobre a idade da vítima, ou indicações que permitam recuperar esse dado em relação a: <ul style="list-style-type: none"> → 70% dos PMs → 73% dos Policiais Civis → 27% dos Bombeiros → 64% dos Guardas Municipais → 52% dos Agentes penitenciários → Da mesma forma que em relação a: <ul style="list-style-type: none"> → 57% dos policiais que estavam em serviço → 34% dos policiais que estavam fora de serviço → 9% dos policiais cuja situação (em serviço /fora de serviço) não foi especificada. → Não há informações sobre a idade da vítima, ou indicações que permitam recuperar esse dado em 37% dos casos em que a circunstância da vitimização é “ignorada” e em 64% dos casos em que ela é “indeterminada”. → Entretanto esse dado foi recuperado em: <ul style="list-style-type: none"> → 47% dos casos de acidente no trânsito → 29% dos casos de conflito no trânsito

			<ul style="list-style-type: none"> → 77% dos casos de conflito doméstico → 60% dos casos de conflito interpessoal → 86% dos casos de suicídio → 17% dos casos considerados “eventos acidentais”
Instrução	Raramente	6%	<ul style="list-style-type: none"> → Em 43% dos casos em que não há referência ao grau de instrução da vítima, os policiais estavam em serviço e, em 44%, estavam fora de serviço. → Expurgados os casos em que as circunstâncias da vitimização são “indeterminadas” ou “ignoradas”, o índice de recuperação dessa informação se eleva de 6% para 19%. → Ainda assim, como não há meios de deduzir o grau de instrução a partir de outras informações presentes no documento, a taxa de recuperação é pouco significativa, como se segue: <ul style="list-style-type: none"> → 5% nos casos de acidente no trânsito → 14% nos casos de conflito no trânsito. → 41% nos casos de conflito doméstico → 15% nos casos de conflito interpessoal. → 14% nos casos de suicídio → 17% nos casos considerados como “eventos acidentais”
Etnia	Parcialmente	33%	<ul style="list-style-type: none"> → Embora a etnia seja um traço facilmente perceptível por testemunhas e comunicantes (exceto nos casos de encontro de cadáver, em que a vítima pode estar irreconhecível) esse dado também é freqüentemente negligenciado. Os 67% de casos em que não há informação sobre a etnia se distribuem da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> → 54% de policiais em serviço → 36% de policiais fora de serviço → 10% de policiais que não tiveram sua situação (em serviço /fora de serviço) especificada → Em relação às circunstâncias, foi possível recuperar essa informação apenas nos seguintes casos: <ul style="list-style-type: none"> → em 37% dos “acidente no trânsito” → em 57% dos “conflitos no trânsito” → em 77% dos “conflitos domésticos” → em 54% dos “conflitos interpessoais” → em 71% dos “suicídios” → em 50% dos “eventos acidentais”
Tipo de policial (profissão)	Freqüentemente	98%	Informação recorrente, dada a importância, para as diversas corporações, da notificação da vitimização policial.
Patente e/ou cargo	Parcialmente	74%	<p>Não há informação sobre a patente ou o cargo ocupado pelo policial em relação a :</p> <ul style="list-style-type: none"> → 24% dos policiais militares → 13% dos policiais civis → 27% dos bombeiros → 81% dos guardas municipais (*) → 56% dos agentes penitenciários → 64% dos “outros” policiais. <ul style="list-style-type: none"> • Esse resultado pode ser expressivo do desconhecimento das formas de organização de algumas agências policiais ou de seu lugar periférico na estrutura da força policial. • Destacam-se os índices de desinformação da guarda municipal e da modalidade outros (pol.rodoviária e ferroviária). • Observe que a taxa de desinformação relativa à patente ou ao cargo do policial se eleva quando ele está fora de serviço ou sua situação não é especificada no documento (“s/e”) <p>(*) Esse percentual não expressa a falta de</p>

			informação, sobre a patente do polícia mas sim o fato de não haver praticamente diferenciações hierárquicas na guarda municipal.
Local de trabalho	Parcialmente	87%	Não há informação sobre o local de trabalho do policial vitimado:
BPM do policial militar	parcialmente	66%	→ Em 9% dos casos em que a vítima pertencia à Polícia Militar → Em 10% dos casos em que a vítima pertencia à Polícia Civil → Em 19% dos casos em que a vítima pertencia ao Corpo de Bombeiros
Cia. do policial militar	raramente	25%	→ Em 45% dos casos em que a vítima pertencia à Guarda Municipal → Em 26% dos casos em que a vítima era Agente Penitenciária
Delegacia do policial civil	parcialmente	46%	
Documentos	freqüentemente	variável desconsiderada	
Nacionalidade Naturalidade	raramente	variável desconsiderada	
Recorrência da vitimização	nunca	1%	Percentual recuperado a partir da crítica da base de dados
Número de vítimas	freqüentemente	100%	Do universo de 752 formulários, 24% (189) indicavam que mais de um policial foi vitimado

CAMPOS 04 E 05 - AUTOR OU SUSPEITO			
Itens	PREENCHIMENTO DO R.O.	BASE DE DADOS	Observações
	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL	INFORMAÇÃO RECUPERADA	
Nome	parcialmente	variável desconsiderada	Excetuando as ocorrências envolvendo os acidentes no trânsito, os conflitos domésticos e interpessoais, as referências ao suspeito tendem a ser genéricas. O Documento menciona "meliantes", "elementos", "nacionais", "indivíduos", "autoria desconhecida ou ignorada", etc.
Filiação	raramente	variável desconsiderada	
Endereço /telefone	raramente	variável desconsiderada	
Sexo	nunca	54%	<p>Não há informação sobre o sexo do suspeito em:</p> <ul style="list-style-type: none"> → 43% dos casos em que o policial estava fora de serviço → 36% dos casos em que o policial estava em serviço → 19% dos casos em que o documento não informa se o policial estava em serviço ou fora de serviço <p>Considerando-se as circunstâncias da vitimização, a taxa de recuperação desta variável foi de:</p> <ul style="list-style-type: none"> → 69 % nos casos de acidente de trânsito → 44 % nos casos de assalto → 100 % nos casos de conflito doméstico → 79 % nos casos de conflito interpessoal → 86 % nos casos de conflito no trânsito → 35 % nos casos de confronto ou ação armada → 90 % nos casos de desacato à autoridade → 13% nos casos de emboscada → 8 % nos casos de execução → 70 % nos casos de fuga de presos → 76 % nos casos de resistência à prisão → 47 % nos casos de perseguição. <p>Expurgando-se os casos em que a circunstância da vitimização é "ignorada" (10%) e "indeterminada" (13%) foi possível elevar para 77% a taxa de recuperação.</p>
Estado civil	raramente	27%	<p>Não há informações sobre o estado civil do policial-vítima em:</p> <ul style="list-style-type: none"> → 45 % dos casos em que o policial estava fora de serviço → 45 % dos casos em que o policial estava em serviço → 13 % dos casos em que o documento não informa se o policial estava em serviço ou fora de serviço <p>Considerando-se as circunstâncias da vitimização, a taxa de recuperação dessa variável foi de:</p> <ul style="list-style-type: none"> → 47 % nos casos de acidente de trânsito → 12 % nos casos de assalto → 45 % nos casos de conflito doméstico → 35 % nos casos de conflito interpessoal → 43 % nos casos de conflito no trânsito → 8 % nos casos de confronto ou ação armada → 50 % nos casos de desacato à autoridade → 0 % nos casos de emboscada → 0 % nos casos de execução → 42 % nos casos de fuga de presos → 48 % nos casos de resistência à prisão → 21 % nos casos de perseguição. <p>Expurgando-se os casos em que as circunstâncias da vitimização foram "ignorada"(6%) ou "indeterminada"(10%), foi possível elevar para 43% a taxa de recuperação.</p>
Idade	raramente	29%	<p>Não há informações sobre a idade em:</p> <ul style="list-style-type: none"> → 39 % dos casos em que policial estava em serviço → 46 % dos casos em que o policial estava fora de

			<p>serviço</p> <p>→ 13 % dos casos em que o documento não informa se o policial estava em serviço ou fora de serviço</p> <p>Considerando-se as circunstâncias da vitimização, a taxa de recuperação dessa variável foi de:</p> <p>→ 45 % nos casos de acidente de trânsito</p> <p>→ 20 % nos casos de assalto</p> <p>→ 32 % nos casos de conflito doméstico</p> <p>→ 29 % nos casos de conflito interpessoal</p> <p>→ 29 % nos casos de conflito no trânsito</p> <p>→ 23 % nos casos de confronto ou ação armada</p> <p>→ 50 % nos casos de desacato à autoridade</p> <p>→ 0 % nos casos de emboscada</p> <p>→ 8 % nos casos de execução</p> <p>→ 50 % nos casos de fuga de presos</p> <p>→ 67 % nos casos de resistência à prisão</p> <p>→ 21 % nos casos de perseguição.</p> <p>Expurgando-se os casos em que as circunstâncias da vitimização foram "ignorada"(7%) ou "indeterminada"(10%), foi possível elevar para 36 % a taxa de recuperação.</p>
Instrução	nunca	8%	<p>Não há informações sobre instrução em:</p> <p>→ 40 % dos casos em que policial estava em serviço</p> <p>→ 45 % dos casos em que o policial estava fora de serviço</p> <p>→ 11 % dos casos em que o documento não informa se o policial estava em serviço ou fora de serviço</p> <p>Considerando-se as circunstâncias da vitimização, a taxa de recuperação dessa variável foi de:</p> <p>→ 23 % nos casos de acidente de trânsito</p> <p>→ 8 % nos casos de assalto</p> <p>→ 18 % nos casos de conflito doméstico</p> <p>→ 4 % nos casos de conflito interpessoal</p> <p>→ 0 % nos casos de conflito no trânsito</p> <p>→ 3 % nos casos de confronto ou ação armada</p> <p>→ 7 % nos casos de desacato à autoridade</p> <p>→ 0 % nos casos de emboscada</p> <p>→ 0 % nos casos de execução</p> <p>→ 33 % nos casos de fuga de presos</p> <p>→ 12 % nos casos de resistência à prisão</p> <p>→ 0 % nos casos de perseguição.</p> <p>Expurgando-se os casos em que as circunstâncias da vitimização foram "ignorada"(5 %) ou "indeterminada"(8 %), foi possível elevar para 21 % a taxa de recuperação.</p>
Etnia	raramente	30%	<p>Não há informações sobre a etnia em:</p> <p>→ 40 % dos casos em que policial estava em serviço</p> <p>→ 45 % dos casos em que o policial estava fora de serviço</p> <p>→ 14 % dos casos em que o documento não informa se o policial estava em serviço ou fora de serviço</p> <p>Considerando-se as circunstâncias da vitimização, a taxa de recuperação dessa variável foi de:</p> <p>→ 48 % nos casos de acidente de trânsito</p> <p>→ 26 % nos casos de assalto</p> <p>→ 41 % nos casos de conflito doméstico</p> <p>→ 37 % nos casos de conflito interpessoal</p> <p>→ 29 % nos casos de conflito no trânsito</p> <p>→ 16 % nos casos de confronto ou ação armada</p> <p>→ 52 % nos casos de desacato à autoridade</p> <p>→ 14 % nos casos de emboscada</p> <p>→ 0 % nos casos de execução</p> <p>→ 42 % nos casos de fuga de presos</p> <p>→ 61 % nos casos de resistência à prisão</p> <p>→ 26 % nos casos de perseguição.</p>
Profissão	raramente	variável desconsiderada	
Local de trabalho	raramente	variável desconsiderada	

Documentos	parcialmente	variável desconsiderada	
Nacionalidade Naturalidade	nunca	variável desconsiderada	
Ficha policial	nunca	variável desconsiderada	
Informações sobre a prisão do suspeito	freqüentemente	95%	<ul style="list-style-type: none"> → Em 77% dos casos analisados, não houve prisão do(s) autor(es) da vitimização (seja porque não foi possível capturá-los, seja por não se tratar de lesão culposa ou de qualquer outro delito criminal) → Em 18% dos episódios o autor da vitimização foi detido (173 prisões), → Em 5% dos casos, o documento não indica se houve prisão do(s) autor(es)
Natureza/ motivo da prisão	raramente	47%	Dentre os 173 R.Os. que mencionam a detenção dos o(s) autor(es) da vitimização, somente 82 apontam a natureza/motivo da prisão.
Numero de suspeitos	Parcialmente	82%	Dos 622 casos em que o documento permite a identificação do tipo de suspeito ("civil", "outros policiais", "o policial-vítima", "não houve autoria"), 5% não informam o número de suspeitos.

CAMPOS 06 E 08 - DESCRIÇÃO DO FATO E COMPLEMENTAÇÃO			
Itens	PREENCHIMENTO DO R.O.	BASE DE DADOS	Observações
	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL	INFORMAÇÃO RECUPERADA	
Informações sobre o comparecimento de policiais ao local da ocorrência	freqüentemente	variável desconsiderada	
Informações sobre a adoção de medidas cautelares	freqüentemente	variável desconsiderada	
Circunstâncias da vitimização	parcialmente	100%	<p>→ Em 5% dos casos a circunstância da vitimização foi considerada como “ignorada” e em 7% ela foi classificada como “indeterminada”. A introdução dessas categorias permitiu um aumento de 12% na taxa de recuperação das informações, já que elas abrangiam os casos imprecisos ou duvidosos.</p> <p>→ Em 68% dos casos em que a circunstancia foi classificada como “ignorada” não havia referência ao fato de o policial estar em serviço ou fora de serviço.</p> <p>→ Em 29% desses mesmos casos (“circunstância ignorada”) os policiais estavam fora de serviço.</p> <p>→ Em 44% dos casos em que a circunstância foi classificada como “indeterminada” não havia referência ao fato de o policial estar em serviço ou fora de serviço.</p> <p>→ Em 44% desses mesmos casos (“circunstância indeterminada”) os policiais estavam fora de serviço</p>
Tipos de vitimização	freqüentemente	100%	Informações recorrentes, porque resultantes de codificação e interpretação dos pesquisadores, com base na descrição da mecânica dos eventos
Contexto da vitimização	parcialmente	100%	
Partes do corpo atingidas	parcialmente	44%	Informação complementar, resultante de codificação e interpretação dos pesquisadores, com base na descrição da mecânica dos eventos
Gravidade das lesões	raramente	variável qualitativa	Informação resultante de codificação e interpretação dos pesquisadores, com base na descrição da mecânica dos eventos
Instrumento da vitimização	freqüentemente	95%	Informações recorrentes, porque condicionadas à variável “tipo de vitimização” e resultantes de codificação e interpretação dos pesquisadores, com base na descrição da mecânica dos eventos
Ocorrência de disparos de arma de fogo	sempre	100%	
Data da vitimização	freqüentemente	97%	A partir do trabalho de crítica da base de dados foi possível elevar para 100% a taxa de recuperação desta variável.
Hora da vitimização	parcialmente	77%	A partir do trabalho de crítica da base de dados foi possível elevar para 85% a taxa de recuperação desta variável.
Turno da vitimização	parcialmente	87%	Informações recorrentes porque resultantes de
Bairro	parcialmente	94%	codificação e interpretação dos pesquisadores,
Cidade	sempre	100%	com base na mecânica dos eventos e nos dados secundários levantados pela

			pesquisa.
Local da vitimização	freqüentemente	95%	<p>→ 54% dos casos em que não há informação sobre o local onde o policial foi vitimado consistem em ocorrências relativas à remoção de cadáver (notificação administrativa que reúne poucas informações sobre a vitimização).</p> <p>→ Expurgando os casos de remoção de cadáver, foi possível elevar para 98% a taxa de recuperação desta variável.</p>
Local onde a vítima foi encontrada	freqüentemente	96%	<p>→ 54% dos casos em que não há informação sobre o local onde o policial foi vitimado consistem em ocorrências relativas à remoção de cadáver (notificação administrativa que reúne poucas informações sobre a vitimização).</p> <p>→ Expurgando os casos de remoção de cadáver, foi possível elevar para 98% a taxa de recuperação desta variável.</p>
Outros policiais vitimados	freqüentemente	92%	<p>→ A taxa de desinformação sobre existência de outras vítimas policiais (na mesma ocorrência) é relativamente mais expressiva nos casos de acidente de trânsito (11%) e nos assaltos (15%).</p> <p>→ Se os policiais estão “em serviço”, essa taxa tende a diminuir.</p> <p>→ No que diz respeito às circunstâncias mais diretamente associadas ao trabalho policial a taxa de desinformação sobre outras vítimas policiais é discreta: confronto armado (3%), fuga de presos (3%), guerra entre quadrilhas (2%), resistência a prisão (2%).</p> <p>→ Em 40% dos casos em que não há especificação sobre a vitimização de outros policiais a circunstância da vitimização é “ignorada”. Em 19% desses casos a circunstância é “indeterminada”.</p> <p>→ Expurgando os casos em que a circunstância da vitimização é “ignorada” e aqueles em que é “indeterminada” foi possível elevar para 95% a taxa de recuperação desta variável.</p>
Referência a vítimas civis	freqüentemente	86%	<p>Não há informação sobre a existência ou inexistência de vítimas civis em:</p> <p>→ 18% dos casos de acidente de trânsito</p> <p>→ 11% dos casos de assalto</p> <p>→ 15% dos casos de confronto armado</p> <p>→ Em 23% dos casos em que não há especificação sobre a existência de vítimas civis, a circunstância da vitimização é “ignorada” e em 13% “indeterminada”</p> <p>→ Expurgando os casos em que a circunstância da vitimização é “ignorada” ou “indeterminada”, foi possível elevar para 91% a taxa de recuperação dessa variável .</p>
Número de vítimas civis	freqüentemente	100%	

Condução da vítima policial para o hospital	parcialmente	84%	Em 56% dos casos em que o documento não especifica se a vítima foi ou não levada para o hospital, não há indicação sobre a agência ou pessoa que prestou algum tipo de socorro à vítima.
Hospital de entrada	parcialmente	64%	Informações complementares, resultantes de codificação e interpretação dos pesquisadores, com base na descrição da mecânica dos eventos
Hospital para onde a vítima foi transferida	raramente	5%	
Agências ou pessoa(s) que prestaram socorro	parcialmente	71%	Dos casos em que o documento não especifica o tipo de suspeito: → 30% consistem em remoção de cadáver → 28% consistem em homicídio → 20% consistem em lesão corporal dolosa → 14% consistem em lesão corporal culposa Expurgando-se os casos relativos à remoção de cadáver, foi possível elevar para 89% a taxa de recuperação dessa variável.
Status presumido do autor suspeito (civil, policial, etc.)	parcialmente	84%	
Informação sobre a quantidade de autores/suspeitos	parcialmente	(69%)	Com a criação das categorias “alguns” (6%) e “vários” (7%), foi possível elevar para 82% a taxa de recuperação dessa variável.
Relação da vítima com o provável autor	parcialmente	88%	Informações recorrentes, porque resultantes de codificação e interpretação dos pesquisadores, com base na descrição da mecânica dos eventos
Informações sobre atividades ilícitas praticadas pelo autor suspeito no momento da vitimização do policial	parcialmente	88%	Em 10% dos 622 casos em que o documento permite a identificação do tipo de auto-suspeito, não foi possível definir se ele (a) praticava atividades ilícitas no momento da vitimização do policial.
Situação do policial (em serviço/fora de serviço, inativo, etc.)	parcialmente	89%	Informações recorrentes, porque resultantes de codificação e interpretação dos pesquisadores com base na descrição da mecânica dos eventos
Número de policiais compondo a guarnição	parcialmente	90%	
Notificação do número da viatura policial	parcialmente	83%	Informação recorrente, por ser essencial para o prosseguimento do expediente administrativo da polícia
Tipo de serviço desempenhado pelo policial-vítima	parcialmente	86%	→ Não há informações sobre o tipo de serviço desempenhado pelo policial em 85 % dos casos em que o documento não informa se o policial estava em serviço ou fora de serviço.
Tipo de ação empreendida pelo policial-vítima	parcialmente	85%	→ Em 60% dos casos em que o documento não permite identificar o tipo de ação empreendida pelo policial no momento de sua vitimização, não foi possível saber, também, se ele(a) estava em serviço ou fora de serviço.
Codificação da ação desempenhada pelo policial-vítima	raramente	84%	Informações recorrentes, porque resultantes de codificação e interpretação dos pesquisadores, com
Classificação da ação policial	raramente	85%	
Posição estratégica do policial-vítima (estava em situação desvantajosa?)	raramente	87%	

Tipos de desvantagem	raramente	100%	base na descrição da mecânica dos eventos
Presença de outros policiais na vitimização	parcialmente	89%	→ Em 60% dos casos em que não há informações sobre o envolvimento de outros policiais na cena da vitimização o documento também não informa se o policial estava em serviço ou fora de serviço. → Em 21% desses casos o policial estava em serviço. → Em 18% desses casos o policial estava fora de serviço.
Solicitação de reforço policial	parcialmente	88%	Informações recorrentes, porque resultantes de codificação e interpretação dos pesquisadores, com base na descrição da mecânica dos eventos
Envolvimento do policial-vítima em práticas ilegais ou suspeitas	raramente	98%	
Ocorrências associadas	freqüentemente	100%	Informações recorrentes, por serem essenciais para o prosseguimento dos expedientes administrativos da polícia
Material apreendido	freqüentemente	91%	
Arma apreendida	freqüentemente	100%	
Cidadãos presos ou encaminhados para a delegacia	parcialmente	95%	

CAMPO 07 - TESTEMUNHAS				
Itens	PREENCHIMENTO DO R.O.	BASE DE DADOS	Observações	
	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL	INFORMAÇÃO RECUPERADA		
Nome	freqüentemente	variável desconsiderada	A pesquisa considerou exclusivamente as testemunhas policiais e, ainda assim, visando o controle interno dos dados	
Filiação	parcialmente	variável desconsiderada		
Endereço/telefone	freqüentemente	variável desconsiderada		
Sexo	nunca	variável desconsiderada		
Estado civil	parcialmente	variável desconsiderada		
Idade	parcialmente	variável desconsiderada		
Instrução	raramente	variável desconsiderada		
Etnia	raramente	variável desconsiderada		
profissão	raramente			
Documentos	freqüentemente			
Nacionalidade Naturalidade	nunca	variável desconsiderada		
Número de testemunhas	freqüentemente	100%		Em 50% dos casos o documento indica que não foram arroladas testemunhas policiais ou civis.

CAMPO 08 - COMPLEMENTAÇÃO GERAL			
Itens	PREENCHIMENTO DO R.O.	BASE DE DADOS	Observações
	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL	INFORMAÇÃO RECUPERADA	
Informações estatísticas obrigatórias: Causas do homicídio	raramente	campo desconsiderado	Mesmo sendo obrigatória, essa questão só foi preenchida em 16% dos R.O.s. Informação extraída da mecânica dos eventos
Causa dos delitos de trânsito	raramente	campo desconsiderado	Informação extraída da mecânica dos eventos
Local onde ocorreu o furto, o roubo e a lesão corporal dolosa	raramente	campo desconsiderado	Informação extraída da mecânica dos eventos
Requerimento da vítima para os crimes de ação penal pública condicionada ou privada	nunca	campo desconsiderado	Informação extraída da mecânica dos eventos
Data do registro da ocorrência	sempre	98%	
Nome, matrícula, rubrica e carimbo do escrevente e do delegado	sempre	campo desconsiderado	

ANEXO III

METODOLOGIA DE RECUPERAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS DADOS

Os quadros que se seguem, apresentam as regras de transcrição / interpretação das questões explicitadas e daquelas não explicitadas no documento, de acordo com os critérios estabelecidos pela equipe¹. Observe-se que as perguntas contidas nesses quadros, passam a obedecer o formato das fichas de tabulação e não mais o dos Registro de Ocorrência.

A. INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO (RO) NÃO SUJEITAS À INTERPRETAÇÃO.

Essas questões, que podem ou não corresponder às perguntas formuladas pelo RO, foram transcritas, quando explicitadas pelo documento, e deixadas em branco ou assinaladas como “sem especificação” (de acordo com a natureza da questão), quando o documento não oferecia qualquer resposta à pergunta.

	Pergunta		Pergunta
1.	Tipo de policial / vítima Tipo de policial / comunicante Tipo de policial / testemunha 1 Tipo de policial / testemunha 2	1.	Local de trabalho do policial / vítima Local de trabalho do policial / comunicante Local de trabalho do policial / testemunha 1 Local de trabalho do policial / testemunha 2
2.	Nome do policial / vítima Nome do policial / testemunha Nome do policial / testemunha	2.	Etnia do policial / vítima Etnia do suspeito / autor
3.	N. de registro do policial / vítima N. de registro do policial / comunicante N. de registro do policial / testemunha 1 N. de registro do policial / testemunha 2	3.	Instrução do policial / vítima Instrução do suspeito / autor
4.	Patente ou cargo do policial / vítima Patente ou cargo do policial / comunicante Patente ou cargo do policial / testemunha 1 Patente ou cargo do policial / testemunha 2	4.	Data da vitimização
5.	Batalhão do policial / vítima Batalhão do policial / comunicante Batalhão do policial / testemunha 1 Batalhão do policial / testemunha 2	5.	Hora da vitimização
6.	Companhia do policial / vítima Companhia do policial / comunicante Companhia do policial / testemunha 1 Companhia do policial / testemunha 2	6.	Lugar específico onde ocorreu a vitimização
7.	Delegacia do policial / vítima Delegacia do policial / comunicante Delegacia do policial / testemunha 1 Delegacia do policial / testemunha 2	7.	Referência espacial complementar (do local da vitimização)

¹ Os campos destinados ao registro de observações complementares, não foram considerados nesse quadro, por conterem informações laterais voltadas para o controle interno da pesquisa.

8.	O policial já foi vítima em outra ocorrência?	8.	O documento relata envolvimento do policial-vítima em práticas ilegais/suspeitas?
9.	Hospital de entrada (da vítima policial)	9.	Título da ocorrência /codpol
10.	Hospital para onde foi transferido	10.	Tipo de despacho
11.	Informações complementares sobre o suspeito/autor	11.	O comunicante da ocorrência é também o policial-vítima?
12.	Houve solicitação de reforço policial?	12.	Tipo de arma apreendida

B. INFORMAÇÕES DEDUZIDAS DIRETAMENTE DOS DADOS EXPLICITADOS NO R.O.

TRANSCRITAS OU DEDUZIDAS COM BASE NAS SEGUINTE INFORMAÇÕES:

1	Estado civil da vítima Estado civil do susp./autor	♦ menção à esposa
1	Idade da vítima Idade do susp./autor	♦ ano de nascimento
1	Hora de chegada ao hospit.	♦ Intervalo entre vitimização e registro da ocorrência
2	Sexo do suspeito/autor	♦ Nome do suspeito/autor (quando não for neutro, como Darcy, Altair, etc.); referências como “os meliantes”, “o nacional”, etc.; indicações variadas, extraídas da descrição do fato.
3	Circunstâncias/agências de socorro/remoção	♦ Presença de outros policiais, parentes ou amigos da vítima, envolvidos na cena da vitimização.
4	O documento enumera autores/suspeitos?	♦ Descrição dos fatos ou dos campos 04 e 05. Quando a informação foi precisada ou havia indicações de que se tratava de número elevado, transcreveu-se o número exato ou indicou-se haver “vários/ muitos/ diversos” autores/suspeitos. Caso contrário, assinalou-se “s/e” ou “alguns (mais de um), quando não foi possível definir a Quantidade, mas havia sinais de que o autor/suspeito não estava agindo sozinho.
5	O documento nomeia testemunhas civis?	♦ Informações extraídas do campo 07, destinado à descrição das testemunhas (quando elas foram arroladas e descritas em campo próprio) e da descrição dos fatos, quando havia indicações de que o evento foi presenciado por civis, cujos dados (endereço, telefone, filiação, etc..) foram ali registrados.
6	O documento nomeia testemunhas policiais?	♦ Informações extraídas do campo 07, destinado à descrição das testemunhas (quando elas foram arroladas e descritas em campo próprio) e da descrição dos fatos, quando havia indicações de que o evento foi presenciado por civis, cujos dados (endereço, telefone, filiação, etc..) foram ali registrados.

C. INFORMAÇÕES DEDUZIDAS A PARTIR DE INDICAÇÕES IMPLÍCITAS NO R.O.

Questão	CRITÉRIOS INTERPRETATIVOS	EXEMPLOS
1. Circunstâncias da vitimização	♦ Informações extraídas da descrição dos fatos (campo 06) e referidas a um conjunto de situações definido no pré-teste e ampliado nas etapas subsequentes da pesquisa.	

2. Tipos de vitimização	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Informações extraídas da descrição dos fatos e referidas a um conjunto de situações definido no pré-teste e ampliado nas etapas subsequentes da pesquisa . 	
3. Contexto da vitimização	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Síntese da descrição dos fatos, contidos no campo 06 do R.O., ou dispersos nos demais campos. 	
4. Partes do corpo atingidas	<ul style="list-style-type: none"> ◆ A questão contém: a) Um campo aberto, no qual deveria ser transcrita a informação exata (quando precisada pelo documento) b) Um conjunto de opções relativas às áreas do corpo atingidas - a partir do qual procurou-se deduzir a abrangência da lesão (quando havia) a partir da descrição dos fatos. 	
5. Observações sobre a gravidade das lesões	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Deduzidas com base na descrição dos eventos: a) por referência ao fato de a vítima ser também o comunicante; b) de acordo com as partes do corpo atingidas; c) de acordo com o tipo de ferimento. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ “O policial-vítima recebeu uma coronhada “ (e ainda assim, é o comunicante da ocorrência); “O policial-vítima foi atingido de raspão no dedo da mão esquerda”
6. O doc. Menciona a realização de perícia?	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Resposta considerada positiva, quando: <ul style="list-style-type: none"> a) O documento menciona a realização ou encaminhamento para necrópsia ou exame de corpo delito, na descrição dos fatos b) O despacho do(a) delegado(a) solicita encaminhamento para exame , requer laudo do IMLAP ou o Boletim de Atendimento Médico (BAM) c) o documento menciona o número do BAM (uma vez que este documento médico pode se incorporar aos autos da investigação/ inquérito). 	
7. Tipo de exame	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Informação transcrita ou deduzida da descrição dos fatos e do despacho do(a) delegado(a): assinalou-se “necrópsia” quando se tratava de morte e “corpo delito”, quando a vítima permanecia viva, mesmo que o documento não especificasse o tipo de exame. 	
8. Instrumento da vitimização	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Informação extraída da descrição dos fatos ou do título do R.O., quando a descrição não contemplava esse requisito. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Deduziu-se que o policial foi vitimado por arma de fogo quando, na ausência de outras informações o RO se intitulava “Lesão corporal a PAF”.
9. O doc. Menciona disparos de arma de fogo?	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Informação extraída da descrição dos fatos ou do título do R.O., quando a descrição não contemplava esse requisito. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Deduziu-se que o policial foi vitimado por arma de fogo quando, na ausência de outras informações o RO se intitulava “Lesão corporal a PAF”.
10. Autoria dos disparos	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Inform. Extraída da descrição dos fatos, quando os campos 04 e 05 relativos ao autor-suspeito, não eram suficientemente informativos. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ “ 5 elementos fortemente armados” ; “vários meliantes de cor parda”
11. Bairro (em que ocorreu a vitimização) Cidade	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Inform. Deduzida da perg. “Local específico onde ocorreu”, quando esse dado constava do documento. Em alguns casos foi possível deduzir o bairro onde ocorreu a vitimização de outras informações presentes no documento, quando o RO não fornecia o local preciso, mas trazia indicações vagas 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ “Av. Brasil, próximo ao Posto Vagão”
8. Local onde ocorreu a vitimização	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Inform. Transcrita da descrição dos fatos ou deduzida a partir de indicações genéricas, 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ “bairro” - se a rua onde se deu a vitimização

- presentes neste mesmo campo. - A categoria "residência" foi entendida como residência do policial/vítima e não como espaço doméstico. Dessa forma, a alternativa "outros" foi utilizada em alguns questionários para designar, por exemplo "a residência de uma amiga", "a residência do autor-suspeito", etc..
- Em caso de acidente de trânsito, considerou-se "via pública", mesmo quando não havia indicação precisa do local.
- situa-se no mesmo bairro da residência da vítima.
9. Local onde a vítima foi encontrada
- ◆ Inform. Transcrita da descrição dos fatos ou deduzida a partir de indicações genéricas, presentes neste mesmo campo.
 - ◆ Idem
10. Outros policiais foram vitimados?
- ◆ Inform. Baseada na descrição dos fatos, ou do número de vítimas policiais arroladas em campo próprio.
15. Houve vítimas civis?
- ◆ Inform. Baseada na descrição dos fatos, ou no número de vítimas civis (de ofensa corporal) arroladas em campo próprio. Alguns documentos indicam que civis foram vitimados mas não informam exatamente quantos foram. Nestes casos foi possível, algumas vezes, resgatar a informação a partir de indicações laterais sobre a cena da ocorrência.
 - ◆ "havia sangue no carro que os meliantes abandonaram após o confronto com os policiais".
16. A vítima policial foi levada para o hospital?
- ◆ Referências: a) descrição dos fatos; solicitação do BAM ou de guias de remoção, por parte do(a) delegado(a); b) função do comunicante (quando se trata de médico ou policial servindo em unidade hospitalar); - Nos casos em que o policial-vítima encontrava-se ferido, mesmo quando o doc. não indicava a unidade hospitalar para onde foi conduzido, considerou-se que houve atendimento médico, toda vez que a RO mencionava a presença de um "socorrista".
17. O socorro foi prestado por:
- ◆ Referências nos casos em que houve socorro: descrição dos fatos (indicação de socorrista; o fato de haver outros policiais envolvidos na cena da vitimização; o fato de haver parentes ou amigos da vítima na cena da vitimização). Referências (isoladas ou complementares) nos casos em que não houve socorro: descrição dos fatos (indicações de que não houve lesões ou indicações de que a vítima se auto-socorreu); informação do documento de que vítima é também comunicante. (considerou-se como socorro, tanto o encaminhamento para hospital, quanto a remoção do cadáver para unidade médica ou policial)
18. Tipo de autor/suspeito
- ◆ Referências:
 - 1) consideraram-se "s/e" os casos em que, apesar de haver uma autoria, o doc. não explicitava o tipo de autor/suspeito.
 - 2) consideram-se "sem autoria", os casos de encontro de cadáver ou remoção de cadáver que demandavam investigação posterior, para determinar se se tratava de homicídio, suicídio, acidente, etc..
 - 3) o autor é apontado como "outros policiais", "civil" ou "a própria vítima", segundo informações

- constantes da descrição dos fatos; no título da ocorrência (como auto-lesão, suicídio, etc.), ou nos campos 04 e 05, destinados à qualificação de autores/suspeitos.
19. Relação da vítima com o provável autor da vitimização
- ♦ Com base na descrição dos fatos, considerou-se:
 - 1) “s/e”, quando o doc. não oferecia indícios; 2) “**ignorada**”, nos casos de remoção ou encontro de cadáver em que não era possível determinar a autoria; nos casos em que se apresentava a seguinte dúvida: o policial teria sido vitimado por alguém interessado na sua morte ou por um mandante? Normalmente, em casos de execução, tocaia ou emboscada, o autor pode ser desconhecido, mas o mandante pode ser conhecido da vítima. 3) “**desconhecido**”, nos casos de acidente de trânsito, assalto, morte acidental, etc., nos quais é praticamente nula a possibilidade de haver alguma relação entre vítima e agressor (salvo indicação em contrário); 4) “**conhecido da polícia**”, quando se trata de policial (parte da corporação) ou de “meliantes” mencionados pelo nome ou apelido; nos casos em que o autor era um adolescente e havia a indicação: “consta passagem na DPCA”; 5) “**conhecido do policial**” e 6) “**a própria vítima**”, quando o documento explicita ou fornece indícios claros, através da descrição dos fatos.
20. O autor suspeito encontrava-se praticando contravenção ou atividade criminosa?
- ♦ Inform. Extraída da descrição dos fatos; do título da ocorrência ou de indicações presentes nos campos 04 e 05, relativos ao autor/suspeito.
 - ♦ “**direção perigosa**” - se o autor/suspeito avançou o sinal luminoso; “**porte de armas**” - se os meliantes estavam “**fortemente armados**”; “**formação de quadrilha**” - se se trata de traficantes, etc..
21. Situação do policial no momento da vitimização (em serviço ou fora de serviço)
- Inform. Extraída da descrição dos fatos ou deduzida nos casos em que o dado não foi explicitado pelo RO. Considerou-se “**em serviço**” o policial que se enquadrava em uma ou mais de uma das seguintes situações, isoladas ou combinadas: a) encontrava-se próximo ao local de trabalho (delegacia, BPM, presídio, etc.); b) estava uniformizado; encontrava-se em viatura policial; c) desempenhava oficialmente atividade reservada às forças policiais. d) Portava uma arma da PMERJ. Considerou-se “**fora de expediente / folga / atividade informal**” o policial que se enquadrava em uma ou mais de uma das seguintes situações isoladas ou combinadas: a) em se tratando de PM, Agente Penitenciário e Bombeiro, o policial se encontrava fora da circunscrição de seu batalhão ou fora do presídio onde trabalha (esse critério não se aplica para a PC); o policial se encontrava próximo à sua residência ou em seu interior; o policial estava desempenhando outras atividades profissionais; o policial encontrava-se em seu próprio carro. Considerou-se como “**inativo/reserva/licenciado**”, o policial que tinha idade avançada; estava internado em unidade hospitalar ou encontrava-se detento.
22. O doc. Menciona o n. de policiais que compunham originalmente a guarnição?
- ♦ Informação
 - 1) transcrita da descrição dos fatos (quando precisado o número de policiais ou sugerida a quantidade)
 - 2) deduzida da descrição dos fatos (quando o número de policiais não era explicitado, mas havia indicações de que o policial encontrava-se só ou operava em conjunto (caso em que considerou-se “alguns”).
 - ♦ “**muitos/vários/diversos**” - se se tratava de uma operação especial de ocupação de favela; “**alguns**”, se o policial (militar)

		realizava patrulhamento motorizado e comunicante e/ou testemunha pertenciam ao mesmo batalhão da vítima, etc..
23. Tipo de serviço desempenhado pelo policial, no momento da vitimização	<ul style="list-style-type: none"> • Informação 1) transcrita da descrições fatos, quando explicitada ou 2) deduzida com base em informações subsidiárias. Considerou-se que o(s) policial(is) estava(m) em P2. quando o doc. fazia referência à "viatura descaracterizada" 	<ul style="list-style-type: none"> • "O PM fazia guarda em frente a um órgão público ou presídio" (sentinela) ; • "o policial foi acionado por Maré Zero" (R.P./atendimento emergencial,); "O policial fazia guarda no Batalhão ou Delegacia, (planta), etc..
24. Tipo de atividade empreendida pelo policial no momento da vitimização	<ul style="list-style-type: none"> • Informação 1) transcrita da descrições dos fatos, quando explicitada ou 2) deduzida com base em indicações subsidiárias. 	<ul style="list-style-type: none"> • "O policial tentou impedir (ou reagir)a um assalto (captura/perseguição e/ou "delito flagrante) ; "O policial foi baleado quando se aproximou do carro com dois elementos " (abordagem/colisão com suspeito), etc..
25. Modalidade de ação desempenhada pelo policial	<ul style="list-style-type: none"> • Informação deduzida da questão anterior. 	<ul style="list-style-type: none"> • "O policial foi vitimado quando tentava apartar o conflito entre o marido e a esposa" (dissuasão) ; "O policial tentou impedir um assalto" (repressão) , etc..
26. Natureza da ação policial	<ul style="list-style-type: none"> • "ativa", se o policial foi vitimado quando exercia atividade preventiva; "reativa", se a vitimização se deu quando procurava intervir em ação já em curso (seja ela delituosa ou não). 	<ul style="list-style-type: none"> • " O policial foi baleado quando entrava na favela do Campinho, em operação especial" (ativa); "O policial foi alvejado quando tentou impedir um assalto (reativa) ".
27. O doc. menciona outros policiais envolvidos no momento da vitimização?	<ul style="list-style-type: none"> • Informação 1) transcrita da descrição dos fatos (quando precisado o número de policiais ou sugerida a quantidade deles) 2) deduzida da descrição dos fatos (quando o número de policiais não é explicitado, mas há indicações de que o policial encontrava-se só ou de que havia outros policiais na cena (caso em que considera-se "alguns"). 	
28. Material apreendido	<p>Informação extraída da descrição dos fatos. Consideram-se, neste caso, os objetos recuperados pela polícia, das mãos dos autores/suspeitos, assim</p>	

- 29 O documento enumera cidadãos presos ou encaminhados à Delpol?
- como munições deflagradas pelos mesmos.
- ◆ Informação extraída da descrição dos fatos.
 - a) transcrita, quando explicitada pelo documento e b) deduzida, quando há indicações consistentes de que testemunhas e outros partícipes da cena da vitimização prestaram depoimento (espontânea ou compulsoriamente) nas dependências da DP, onde foi feito o RO.

ANEXO IV

DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

I. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PMERJ

1. Relatório de Gestão - PMERJ, 1991 / 1994.
2. Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.
3. Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro.
4. Aditamento ao Boletim da PM n.º 114, 6 de agosto de 1982.
5. Diretriz para o Funcionamento da Escola Superior de Polícia Militar (D.4) - Nova Redação - Aprovação; Boletim da PM n.º 133, 18 de julho de 1988.
6. Nota de Instrução n.º 001/95 - Aditamento ao Boletim da PM n 121,5 de julho de 1995.
7. “Decreto n.º 21.753 - Concede Premiação em Pecúnia por Mérito Especial - 8 de novembro de 1995” - Boletim. da PM n.º 210, 10 de novembro de 1995.
8. “Resolução SSP n.º 80 - Institui a Comissão do Mérito Especial - 28 de novembro de 1995” - Boletim da PM n.º 222, 30 de novembro de 1995.
9. “Premiação em Pecúnia por Mérito Especial - Normas”; Boletim da PM n.º 127, 8 de julho de 1996.
10. “Premiação em Pecúnia por Mérito Especial - Indicação do GCG - Esclarecimento” - Boletim da PM n.º 21, 31 de janeiro de 1997.
11. Plano de Carreira - Promoções por Tempo de Serviço na PMERJ, Decreto n.º 22.169 de 13 de maio de 1996.
12. "RD - PMERJ - Instruções Complementares"; Estado Maior - PM/1.
13. Regulamento de Promoções de Praças (RPP) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
14. Decreto-Lei n.º 216 de 18 de julho de 1975 - que dispõe sobre Promoções de Oficiais da Ativa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.
15. Decreto-Lei n.º 279, de 26 de novembro de 1979 - "Dispõe sobre a remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e dá outras providências".
16. "Cartilha de Humanização e Qualidade no Serviço Policial Militar I e II"; Estado Maior-PM/1 - PMERJ.
17. "Polícia Militar - Síntese Histórica"; Estado Maior - PM/1 - APOM.

18. Situação de Saúde da PMERJ - Quadro Demonstrativo das doenças de maior incidência ocorridas durante os anos de 1993,1994,1995 e 1996; DGS - HCPM.
19. Nota de Instrução n 172 - Estado Maior / G / PM/3, 16 de dezembro de 1997.
20. Relatório de Atendimento - Centro de Reabilitação RENASCER, novembro/dezembro de 1992,1993,1994,1995 e 1996; DGS - HCPM.
21. Relatório de Internação - Centro de Reabilitação RENASCER, novembro/dezembro de 1992,1993,1994,1995 e 1996; DGS - HCPM.
22. Programa Especial de Saúde para Dependentes Químicos - Centro de Reabilitação RENASCER; DGS - HCPM.

II. GUARDA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

1. “História da Guarda Municipal Através de Seus Ex-comandantes” (1934-1964); Assessoria de Comunicação Social.
2. Decreto Municipal de criação Empresa Municipal de Vigilância S.A; .n.º 12.000 - 30 de março de 1993.
3. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.
4. Estatuto da Empresa Municipal de Vigilância S.A; Assessoria Jurídica.
5. Relação dos Grupos de Operações Especiais (GOEs); Coordenadoria de Controle Urbano; Guarda Municipal.
6. Mapa das Inspetorias e suas respectivas áreas de atuação; Coordenadoria de Segurança e Vigilância.
7. Regulamento disciplinar da Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiro; Assessoria de Comunicação Social.
8. “A Municipalização da Segurança e Criação da Guarda Municipal” - (texto da palestra proferida pelo Superintendente Executivo da Guarda Municipal, Paulo César Amêndola de Souza; IV Encontro Nacional de Vereadores e prefeitos; 28 de julho de 1996.
9. Demonstrativo do Efetivo das Inspetorias (IGMs), referente aos meses de agosto de 1997 a fevereiro de 1998; Coordenadoria de Segurança e Vigilância da Guarda Municipal da cidade do Rio de Janeiro.

10. Demonstrativo do Efetivo dos Grupos de Operações Especiais (GOPs), referente aos meses de setembro de 1997 a fevereiro de 1998; Coordenadoria de Controle Urbano da Guarda Municipal da cidade do Rio de Janeiro.
11. Demonstrativo da Situação do Efetivo em Exercício, março de 1998 - Coordenadoria de Recursos Humanos da Guarda Municipal da cidade do Rio de Janeiro.
12. Estatísticas de atendimento do Departamento de Serviço social; Diretoria de Planejamento da Guarda Municipal do Rio de Janeiro.
13. Folheto da Guarda Municipal, referente ao funcionamento da instituição, sua missão institucional, organização e concurso de admissão; Superintendência da Guarda Municipal.

III. AGENTES PENITENCIÁRIOS

1. Texto da Lei n.º 944 de 18 de dezembro de 1985 - (Lei que dispõe sobre a criação regulamentação estatutária dos cargos de Inspetor e Agente de segurança Penitenciária).
2. Anexos I e II da referida Lei n.º 944/85.
3. Quantitativo de Funcionários Ocupantes dos Cargos de Inspetor e Agente de Segurança Penitenciária; Divisão de Registros Funcionais; Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
4. Quantitativo de Inspetores e Agentes divididos por gênero, média etária e estado civil; Divisão de Registros Funcionais; Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
5. Estatística das Principais Clínicas e Atendimentos Médicos Mais Comuns relacionados pelo Serviço de Perícia e Concessão de Licenças Médicas; Superintendência de Saúde da Secretaria de Justiça dos Estado do Rio.
6. “Direitos e Deveres dos Funcionários” - Opúsculo contendo informações sobre direitos, vantagens, assistência, concessões e regime disciplinar dos funcionários do DESIPE.

IV. HOME PAGE

1. <http://www.hps.com.br/pmerj>
2. <http://www.policiacivil.rj.gov.br>
3. <http://www.abdetran.com.br>
4. <http://www.proderj.rj.gov.br>
5. <http://www.ibge.gov.br>

6. <http://www.datasus.gov.br>
7. <http://www.proderj.gov.br/esfopm>
8. <http://www.alternex.com.br/~esfao>
9. <http://www.fbi.gov/ucr/>
10. <http://www.statcan.ca:80/english/pgdb/State/Justice/legal>
11. <http://www.ifs.univie.ac.at/uncjin/mosaic/bpolice>
12. <http://www.ojp.usdoj.gov/bjs/>

V. ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS

1. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 1995; CIDE; CD-ROM.
2. Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro 1995; IPLAN/RIO.
3. Statistical Abstract of th Unitede States 1995 - The National Data Book; U.S. Departament of Commerce; Bernan Press; Maryland.
4. Statistical Abstract of th Unitede States 1996 - The National Data Book; U.S. Departament of Commerce; Bureau of the Census; Washington.

VI. LEGISLAÇÃO

1. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1988.
2. Constituição do Estado do Rio de Janeiro - Atualizada com Emendas Constitucionais. Rio de Janeiro, Editora Destaque, 4^a edição.
3. Código de Processo Penal. São Paulo. Editora Saraiva, 37^a edição, 1997.
4. Código Penal. São Paulo. Editora Saraiva, 35^a edição, 1997.

ANEXO V**Áreas de competência das Organizações Policiais Militares do Comando de Policiamento da Capital até julho de 1999.¹**

OPMs	Área de atuação
1 ^o BPM	Sta. Tereza; Cidade Nova; Estácio; Catumbi e <u>parte</u> do Rio Comprido.
2 ^o BPM	Botafogo; Laranjeiras; Cosme Velho; Urca; Humaitá e Jardim Botânico. <u>Parte</u> da Lagoa; Flamengo e Catete.
3 ^o BPM	Todos os Santos; Méier; Rocha, Riachuelo; Sampaio; Cachambi; Maria da Graça; Engenho de Dentro; Encantado; Abolição; Pilares; Lins; Água Santa; S.F.Xavier e Piedade. <u>Parte</u> do Jacaré; Engenho Novo; Del Castilho; Inhaúma; Quintino; Cascadura; Engenho Rainha e Tomás Coelho.
4 ^o BPM	São Cristóvão; Caju; Mangueira; Saúde; Gamboa; Santo Cristo e <u>parte</u> de Benfica.
5 ^o BPM	Centro
6 ^o BPM	Tijuca; Praça da Bandeira; Maracanã; Andaraí; Grajaú; Alto da Boa Vista; Vila Isabel e <u>parte</u> do Rio Comprido e Engenho Novo.
9 ^o BPM	Campinho; Praia Seca; Valqueire; Bento Ribeiro; Marechal Hermes; Madureira; Turiaçu; Vaz Lobo; Vigário Geral; Colégio; Oswaldo Cruz; Engenheiro Leal; Acari; Coelho Neto; Rocha Miranda; Jardim América; Honório Gurgel; Cavalcante. Parte de Cascadura; Quintino; Coelho Barros; Irajá; Parada de Lucas; Guadalupe; Vicente de Carvalho; Pavuna e B.Filho.
13 ^o BPM	Glória; Lapa e Bairro de Fátima. Parte do Catete e do Flamengo.
14 ^o BPM	Senador Camará; Ricardo Albuquerque; bangu; Magalhães Bastos; Realengo; Anchieta; P. Anchieta; Padre Miguel; Deodoro; Sulacap; Mariópolis; Mallet; Vila Militar; Campo dos Afonsos; Guadalupe; Barros Filho; Pavuna e Santíssimo.
16 ^o BPM	Olaria; Penha; Penha Circular; Vila da Penha; Brás de Pina; Cordovil; Vila Cosmos e Vista Alegre. <u>Parte</u> de Ramos; Parada de Lucas; Inhaúma; E.Rainha; T.Coelho; e Vicente de Carvalho.
17 ^o BPM	Ilha do Governador; Ilha do Fundão e Ilha de Paquetá.
18 ^o BPM	Jacarépaguá; Anil; Gardênia Azul; Cidade de Deus; Curiacica; Freguesia; pechincha; Taquara; Camorim; Vargem Grande; vargem Pequena e Tanque.
19 ^o BPM	Copacabana e Leme
22 ^o BPM	Bonsucesso; Triagem; Manguinhos e Higienópolis. <u>Parte</u> de Benfica; Jacaré; Del Castilho; Ramos e Inhaúma.
23 ^o BPM	Leblon; Ipanema; Gávea; São Conrado; Arpoador e Vidigal. <u>Parte</u> da Lagoa.
27 ^o BPM	Santa Cruz; Sepetiba; Mangaratiba e Itaguaí.
7 ^o CIPM	Barra da Tijuca, Joá; Itanhagá; Grumari e Recreio dos Bandeirantes.

¹ A partir de agosto de 1999, todas as áreas de competência das unidades operacionais da Polícia Militar e da Polícia Civil foram redefinidas, sendo criadas as atuais Áreas Integradas de Segurança Pública em todo o Estado do Rio de Janeiro.